



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 46

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 18 de Abril de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 20 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia

Para dar continuidade ao debate iniciado no dia anterior suscitado pela intervenção do Sr. Deputado Manuel Azevedo (*PSD*) sobre a reconstrução, usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Em seguida, e após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*) sobre transportes aéreos, intervieram os Srs. Deputados José Manuel Nunes (*PSD*),

Herberto Rosa (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Período da Ordem do Dia

- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Sistema Regional de Planeamento dos Açores (SIRPA).

Para apresentar a proposta, usou da palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*), seguido das intervenções dos Srs. Deputados Dionísio Sousa (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*) e Fernando Lopes (*PS*).

Submetida à votação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

– Propostas de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1998”

– Propostas de Resolução “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1999”.

Após a apresentação das referidas Propostas de Resolução pelo Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*), usaram da palavra os Srs. Deputados Andreia Cardoso (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Decq Mota (*PCP*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

As propostas supracitadas foram aprovadas por maioria.

- Proposta de Resolução que declara findo o período legislativo de Abril.

Submetida à votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 30 minutos)

Presidente: **Bom dia Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.**

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 20 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Dionísio Mendes de Sousa

Emanuel Mendonça Furtado

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Francisco Couto de Sousa

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José António Cabral Vieira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Humberto Medeiros Chaves

José do Nascimento de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira Campos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria da Natividade da Luz

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: **Estão presentes 43 Srs. Deputados.**

Pode entrar o público. Declaro aberta a Sessão.

Não havendo correspondência na Mesa para ser lida, vamos retomar o Período de Antes da Ordem do Dia no ponto em que terminámos ontem.

Eu tinha inscritos 3 Srs. Deputados e o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Como sabem e de acordo com a conferência de líderes, o período de antes da ordem do dia termina às 13 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu queria felicitar expressamente o Sr. Deputado Manuel Azevedo pela forma como trouxe o problema da reconstrução, no seu estado actual, a esta câmara.

Já aqui foram feitas diversas intervenções políticas rigorosas, declarações políticas formais, formas de abordar precisas. O Sr. Deputado Manuel Azevedo, de forma literária, trouxe uma fotografia ou um filme daquilo que há bem pouco tempo um conjunto de deputados de todas as bancadas que constituem a comissão, puderam observar na Ilha do Pico.

Penso que não exagero se disser, como testemunho, que a sensação de todos os deputados, depois daquela visita às freguesias do Pico e daquelas reuniões, foram certamente sensações diferentes, mas comuns nalguns aspectos, nomeadamente no que respeita a certos aspectos da ineficácia do processo de reconstrução neste momento.

Posto isto e neste período de esclarecimentos gostava de lançar ao debate algumas ideias.

Passaram 4 anos sobre o sismo. O processo de reconstrução foi definido, a estrutura foi montada e passado todo este tempo, vemos situações que penso que ninguém gosta que elas estivessem a acontecer, mas infelizmente verificam-se.

São grandes empreitadas que não resultaram; a qualidade de trabalho prestado é deficiente; a fiscalização talvez não tem possibilidades de ter uma actuação eficaz; as prioridades legalmente definidas foram todas tripudiadas; todo um conjunto de situações relativamente a processos individuais a sua situação ainda é desconhecida pelo próprio sinistrado; apesar do senhor vogal do CPR do Pico já ter recebido 800 e tantas pessoas, como disse ontem o Sr. Deputado, o CPR continua longíssimo dos sinistrados (isto não quer dizer que o vogal esteja a trabalhar pouco, mas que a estrutura não é adequada à realidade).

Nós temos na mesa um conjunto gravíssimo de problemas que tinham que ser claramente afrontados e resolvidos

Penso que o próprio relatório da Comissão Eventual que foi lido pelo Sr. Deputado Norberto Messias na Terça-Feira, na sua singeleza e na crueza das palavras, caracteriza a situação que se viveu no Pico. Quem o ler com atenção percebe o que é que se passou naquela ilha.

O Sr. Deputado Manuel Azevedo claramente enriqueceu aquele relato e veio trazer a esta Casa um retracto muito vivo.

Estou perfeitamente convicto de que a Comissão Eventual de Acompanhamento da Reconstrução, toda ela, está perfeitamente disponível para colaborar no encontro de soluções que possam vir a resolver estes muitos casos pendentes e atrasados que existem.

É preciso que da parte do CPR e do Governo Regional haja disponibilidade, o que não tem havido, de colaborar com a Comissão. Basta referir a grande dificuldade que se põe – se o Sr. Presidente da Comissão entender, esclarecerá – para que a Comissão ouça o Sr. Delegado do CPR em relação à situação actual. Há meses que se arrasta a decisão de ouvir o Sr. Coordenador do CPR a esse respeito. É preciso que as coisas fiquem claras.

Antes de terminar gostaria de dizer que o problema mais complicado, é aquele que nós vemos no terreno, no Pico e no Faial, acrescido de uma questão de carência financeira objectiva.

Se com carência financeira objectiva, com a verba deste ano absolutamente gasta para satisfazer compromissos do ano passado, temos esta situação e temos no terreno o que vemos, o que é que o Governo Regional pensa fazer? Que seja dito com toda a clareza.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem ouvimos uma notável intervenção do meu colega, Deputado Manuel Azevedo. Ele apresentou-nos histórias da reconstrução que, apesar do seu fino recorte literário e de algumas alterações de nomes e pormenores, são histórias verdadeiras, relatam casos vividos na reconstrução da Ilha do Pico e existem semelhantes na Ilha do Faial.

Por serem verdadeiros, ontem, quando o ouvíamos, todos os Deputados da Comissão do sismo, em especial, reconheceram as situações e os casos que ele aqui nos trouxe.

Por isso, o Sr. Deputado Hernâni Jorge, numa contenção que só lhe ficou bem, reagiu de uma forma equilibrada, procurando fazer o que lhe competia: amenizar o impacto da intervenção e dar-lhe algum contraponto. Fê-lo com equilíbrio e moderação sem pôr em causa nada do que havia sido dito.

Entre as coisas que referiu o Sr. Deputado Hernâni, estava a afirmação de que os exemplos da má construção foram um pequeno número de casos. Todos reconhecemos que é verdade. Não temos elementos para saber se os casos que conhecemos são só as árvores ou se já vão constituindo uma pequena floresta.

A verdade que se impõe que se reconheça, é que já são muitos os casos que temos conhecimento, tanto no Pico como no Faial. Alguns deles já entraram na cidade da Horta no domínio da anedota.

São muitos os casos para uma reconstrução que fez – e muito bem – da qualidade o seu lema.

São muitos os casos, ou melhor, são já casos demais, para uma reconstrução que se apontou como um ensinamento para o país.

São estes casos graves, porque eles existem por si, que se permitiu que eles acontecessem e são graves, sobretudo, porque se permite que persistam.

Piro do que tudo, são graves porque apesar de denunciados, eles nunca são assumidos com humildade pelo CPR.

Vou dar um exemplo para a câmara perceber do que é que estamos a falar:

A Junta de Freguesia da Matriz fez um levantamento da situação da reconstrução no Bairro da Boa Vista. Essas casas foram entregues (reabilitadas e recuperadas) em 2000. De um rol de queixas e de erros apresentados na reconstrução dessas casas, figuram coisas impensáveis, porque uma parte delas continuam com infiltrações de água, há cozinhas em que os azulejos não foram todos colocados porque faltaram e hoje continua lá o lugar para eles serem colocados, há azulejos que entretanto já estão a cair com a humidade. Isto são coisas básicas. Não se pode autorizar habitar numa casa sem, por exemplo, ter sido feita a extracção de fumos do fogão e do esquentador, ou se fizeram taparam-lhe a chaminé e a extracção não é feita para o exterior.

Todos estes casos foram apresentados num relatório da Junta de Freguesia da Matriz à Comissão do Sismo e estas casas foram entregues aos sinistrados em 2000.

Presidente: Sr. Deputado, receio que tenha que continuar em próxima intervenção.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

O CPR escreve um notável naco de prosa acerca disto e diz que “estas obras foram executadas por empreitada e fiscalizadas pelo Gabinete Técnico de Apoio do CPR, merecendo o agrado geral dos moradores.” Se calhar nunca lá foram!

Depois diz que “as pequenas anomalias verificadas foram registadas ficando o empreiteiro obrigado a executar as devidas correcções”.

Termina: “algumas dessas reparações abrangiam as coberturas e só podiam ser efectuadas com bom tempo”.

Meus amigos! Dois anos à espera de bom tempo para reparar pequenas infiltrações de água?!

Durante estes dois anos as casas sofreram infiltrações de água e está a apodrecer todo o resto que foi feito no seu interior. Este é o exemplo das más construções que existem por aí e que não são corrigidas no devido tempo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo tem consciência de que este tema recorrente da reconstrução será até ao final das suas empreitadas, porque o Governo não pode assumir a responsabilidade directa do que se passa com as administrações directas.

Gostaria de dizer que a peça literária, como já aqui foi dito, do Sr. Deputado Manuel Azevedo, pode ter, como qualquer peça literária, as suas virtualidades, mas tem também, conforme dizem os linguístas, uma carga conotativa que não tem nada a ver, por exemplo, com o rigor mais denotativo ou referencial dos factos e dos números.

É por isso que o Sr. Deputado Hernâni Jorge, ontem, começou por desmontar aquilo que já vem sendo habitual na reconstrução. Senão, vejamos:

Desde o princípio – e o Governo Regional já tem sete grandes calamidades, finalmente e bem resolvidas – o Governo Regional avançou com o mesmo espírito para esta reconstrução: com o espírito denodado de quem precisa responder a um problema complexo porque tem pessoas; com um espírito de

que tem que arranjar recursos financeiros extremamente vultosos para uma Região pobre como a nossa.

Esperemos que aqueles que agora têm responsabilidades saibam defender com a mesma veemência o processo da reconstrução com que defendiam, porque isto é comprovado.

Os 5% da chamada curva de Gauss – para que aqueles que são da alínea f), da científico-naturais e que não estão tão habituados a sermões – numa estatística, corresponde às margens do grosso da coluna que constituem problemas, mas são situações que não podem ser tomadas como a normalidade de toda a reconstrução.

É abusivo – e já o disse aqui várias vezes – querer fazer uma generalização abusiva, com base em casos de satisfação que felizmente os há e que não se manifestam. Eu tenho a certeza que hoje já são mais do que aqueles que estão insatisfeitos, porque os números também nos dizem assim.

Os senhores, sistemática e periodicamente, porque pensam que isso é motivo de notícia, muito mais por isso do que pela defesa intransigente em alguns casos – e não digo que não haja intenções rectas e sãs em algumas intervenções da vossa bancada – nesta Casa e nesta Região, desde o princípio vêm sempre com o mesmo discurso.

A comunicação social já se apercebeu disso, por isso cada vez mais vai dando menos crédito ao mesmo discurso de sempre, ao mesmo derrotismo, à mesma desesperança de sempre.

O Governo Regional sabendo que este processo é difícil, sabendo que ele não acaba hoje e por isso quando mais tempo levar, até ao fim do contrato das suas empreitadas, mais situações vão estar insatisfeitas porque decorreu um maior tempo, sempre teve uma atitude de nunca baixar os braços independentemente dos senhores virem sempre com o mesmo discurso, o discurso da insatisfação e da desesperança. É o discurso que felizmente vai-se extinguindo pelo processo natural da conclusão das empreitadas.

Portanto, está no vosso papel fazerem esse discurso, está no vosso papel apresentar os problemas que bem entendem, mas está no nosso papel aproximarmo-nos com seriedade de situações que nós reconhecemos que podem não estar a correr bem, algumas derivadas de empresas que não cumprem.

Quem é que já fez uma casa por administração directa e não lhe meteu um pingo de água dentro dela?

Quem é que não teve problemas com um mestre na sua administração directa e ele próprio foi o fiscal?

Se calhar, todos os senhores deputados, se calhar todos aqueles que já fizeram obras em casa. Isso é muito diferente de avaliar um processo dando vultoso complexo e sistematicamente fazer generalizações abusivas, pegando em casos que existem e traçando uma linha dominante da reconstrução à custa desses casos, por mais importância que eles tenham.

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo terminou.

O Orador: Na segunda intervenção terei oportunidade de responder a algumas perguntas dos Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção que o Sr. Deputado Manuel Azevedo fez ontem nesta Casa, com o estilo a que já nos habituou e habituou certamente alguns dos OCS da nossa Região, tive pena que não tivesse retido uma expressão, do ponto de vista linguístico, que me marcou no segundo dia, da voz de uma senhora que suponho que tinha mais de 70 anos e que disse esta frase lindíssima: “Quando tudo estava quase amanhadinho, o Sr. Armando desconcordou”. Não que ela seja mote daquilo que aconteceu nos quatros dias que estivemos na Ilha do Pico, mas porque demonstra a riqueza que os testemunhos dos populares, que tratando de assuntos muito sérios, foram capazes de ter com a nossa Comissão,

que provou uma vez mais que o contacto entre eleitos e eleitores, quando se quer, pode surtir efeito.

Eu não pertenço ao grupo daqueles que diz que tudo está mal, senão, com a minha formação de filólogo germânico, viria para aqui dizer que tudo vai mal no reino da Dinamarca. Felizmente não vai, por isso eu ainda aqui estou. Tal qual como quando fui Presidente da Câmara da Horta, sempre que faltava água na torneira de alguém, a voz dos que eram felizmente para mim e para quem estive comigo na câmara, um número menor, o volume aumentava para que se criasse a sensação de que era o mesmo problema que estava a ser tratado. É nessa perspectiva que eu também tenho consciência de que, baixando da filologia para a linguagem popular, “o rabo vai ser o mais difícil de esfolar”.

Com a frontalidade com que gosto de tratar as situações e como tenho caracterizado a minha vida política, gostaria de dizer que fiquei mais preocupado do que esperava ficar, após a visita ao Pico.

O ano passado fiquei com a sensação – embora não haja deputado de ilha, por esta brilhante criação de nós concorrermos por uma ilha, mas depois sermos deputados regionais – de que no Faial, o círculo pelo qual fui eleito, as coisas estavam bastante pior do que no Pico. Este ano, com toda a sinceridade, e pedirei desculpa a quem tiver que o fazer se este meu juízo estiver errado, fiquei com a sensação de que o Faial rural está melhor do que o Pico, porque do Faial urbano eu ainda pouco sei.

Não contava ter sessão plenária hoje de manhã. Tinha uma reunião agendada com o Sr. Coordenador do CPR para as 11 horas a fim de tratar de algumas coisas, portanto estou aqui um pouco, devido à minha ausência de uma semana da Região, desintonizado do que se possa ter passado nos últimos tempos. Mas quero ter a certeza relativamente à questão que o Sr. Deputado José Decq Mota me colocou.

Antes de partir para os Estados Unidos accionei os mecanismos com vista à audição do Sr. Secretário da Habitação – ofício 2418, datado de 8 de Abril...

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que concluísse.**

O Orador: **Se o Sr. Presidente quiser ser tão generoso comigo como tem sido para com os outros, eu usarei da sua benevolência regimental...**

Presidente: **A generosidade é absolutamente igual para todos, Sr. Deputado.**

O Orador: **Exactamente por isso, Sr. Presidente, mas gostaria de deixar esta última informação.**

Já foi accionado um mecanismo para que a Comissão possa ouvir – sugeri o dia 29 ou 30 deste mês, em horário a combinar – o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, acompanhado dos Srs. Coordenador do CPR e vogal do Conselho Coordenador. O motivo da audição prende-se com o balanço da reconstrução feito pelas Juntas de Freguesia do Faial e questões colocadas por cerca de 215 sinistrados na recente visita à ilha do Pico.

Eu contava ter esta informação ainda durante estes dias para poder accionar os mecanismos relativamente à convocatória.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.**

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

Eu temo não cumprir o Regimento à risca, porque não me foram pedidos esclarecimentos. Os poucos pedidos de esclarecimento à minha intervenção, foram pedidos durante ela mesma, isto é, os Srs. Deputados que não pertencem à Comissão de Acompanhamento iam perguntando aos seus colegas do lado:

- Aquilo é mesmo verdade?

E tinham como resposta:

- É verdade!

Os esclarecimentos quanto à minha intervenção estão dados.

Relativamente ao meu estilo, Sr. Secretário, não tem muito de conotativo. A minha intervenção podia ter algum recorte literário, mas conotativo não. Ele foi inteiramente denotativo.

Eu prefiro ter este estilo – como dizia Bufond “Le stille c’est l’ homme!” – do que ter o estilo daqueles que falam em capicuas catilinárias e muitas outras coisas deste género.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Relativamente às generalizações que eu fiz na minha intervenção, Sr. Secretário, cada vez que a Comissão vai aparecendo nas freguesias do Pico e do Faial, os casos que nos aparecem são sempre mais, embora com conotações diferentes.

No Pico, que não tem nenhuma comparação com o Faial em termos de dimensão de estragos, apareceram-nos 220 pessoas. Eu concebo que uma pequena percentagem dessas pessoas que lá foi, não para reclamar grande coisa, nem os seus casos seriam muito preocupantes, mas a maioria eram casos preocupantes, alguns deles dramáticos, como eu especifiquei na minha intervenção. Sobre isto ninguém pode ter dúvidas. Falem com os Srs. Deputados da Comissão.

Srs. Deputados da posição, falem com os vossos colegas da Comissão e digam se não há muitas lídias, deolindas e antónios!

A prova de que já há muitos casos a reclamar foi aquilo que disse o Sr. Deputado Hernâni Jorge. O Sr. Deputado disse que o Vogal do CPR já tinha recebido mil e tal pessoas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): *Oitocentas!*

O Orador: Eu concebo isso e concebo também que ele não recebe mais não por má vontade, mas porque se ele recebesse todas as pessoas que querem falar com ele para reclamar, não fazia outra coisa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por que é que isso acontece?

É porque a reconstrução é uma bagunça, por isso é que há todos esses casos para reclamar.

Foram esses casos que nos apareceram e muitos outros que não apareceram, porque as pessoas umas não souberam – e não foi por culpa do Sr. Presidente, porque fez os anúncios muito bem feitos – e outras não tiveram coragem de aparecer. Acham que aparecendo podem ser prejudicadas por isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Termino por aqui. Continuarei depois se me derem possibilidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Passando concretamente a alguns esclarecimentos, eu gostaria de desmontar, porque é disso que se trata, algumas coisas que foram ditas aqui ontem no discurso de V. Exa..

As prioridades, desde o princípio, foram estabelecidas com as autarquias locais.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): É mentira!

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): É verdade!

O Orador: Se há alguns problemas que hoje existem em matéria de prioridades, alguns até vão ser processados judicialmente, por indicações de Presidentes de Juntas que deram más informações. Curiosamente no Pico, há uma informação que foi dada para a reconstrução de uma casa de um ex-deputado do PSD. Isso vai ser tratado como deve ser, não tenha dúvidas, esse e outros casos.

Gostaria de dizer que há situações postas nesta reconstrução que são complicadas, mas que hão-de ser tratadas como deve ser.

Gostaria de dizer ainda que em matéria de prioridades, o Governo Regional tem a flexibilidade suficiente, e teve através do CPR, para resolver casos pontuais que foram acontecendo e decorrendo no processo.

Gostaria de dizer também que é falso que o Governo Regional tenha alguma vez coarctado a iniciativa de pessoas que querem fazer por administração directa. Tomara, o Governo Regional, ter neste processo muitos sinistrados – que não os tem no Pico, tem mais no Faial, por acaso – que quisessem fazer as suas obras por administração directa, mas as pessoas sabendo que estão no primeiro escalão, obviamente que endossam e endossaram isso ao Governo Regional, porque assim mais fácil receber, sem nenhuma preocupação, tudo aquilo que é feito ao abrigo do regime das empreitadas.

Há outra coisa que devo dizer nesta Câmara. Este processo de reconstrução vai ficar marcado no fim, não por estes aspectos colaterais, mas por uma intervenção arquitectónica que foi feita nos Açores como não há história nos Açores, nem em parte nenhuma do mundo.

Não há intervenções apoiadas a fundo perdido em nenhuma parte do mundo, como se faz aqui nos Açores. Provem-me o contrário que eu aceito se me provarem com alguma intervenção, em qualquer parte do mundo, onde há calamidades, que seja apoiada a mais de 90% a fundo perdido.

Basta olhar para a história dos Açores para ver como é que no vosso tempo apoiavam as calamidades.

Não precisamos ir para nenhuma parte do mundo. Podemos ficar nos Açores para ver como apoiavam essa questão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O Orador: Deixe-me terminar, Sr. Presidente, só para dizer que objectivamente as pessoas têm sido recebidas, como foi dito aqui e ao contrário do discurso, pelo Sr. Vogal do CPR mais que uma vez por semana e isto significa que as pessoas são também recebidas tanto no Faial como no Pico.

Gostaria também de dizer aqui que este processo representa uma preocupação do Governo Regional, para dar um pouco a resposta ao Sr. Deputado Decq Mota, ...

Presidente: Agradecia que concluísse.

O Orador: ... em termos financeiros futuros, porque como já foi dito aqui também, nós já fizemos investimentos na ordem dos 16 milhões de contos, mas ainda faltam, no caso do Faial, 40% da reconstrução e no caso do Pico quase 50% e isto significa também que há aqui uma preocupação financeira que está instalada pelo nível de participação que a Região está obrigada a dar.

É essa resposta que os senhores vão ter que ser chamados a participar neste tipo de problemas, porque o Governo Regional sabe o que é que vai fazer, mas sabe que desde o princípio só o poderia fazer se contasse com a solidariedade nacional, como contou noutras épocas. Essa questão está instalada, porque o Governo Regional está resolvendo ainda problemas do sismo de 80 e foi o Governo Regional, do Partido Socialista, que no Continente e nos Açores pagou a factura do sismo de 1980.

Portanto, nós cá estaremos para ver qual é a vossa postura em relação a esta matéria, porque ela é a matéria principal da reconstrução, até ao final de 2004.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para prestar esclarecimentos, porque nestas circunstâncias o Regimento não nos permite apenas pedir esclarecimentos.

Começaria, na sequência da intervenção do Deputado José Decq Mota, por dizer que o Sr. Deputado Manuel Azevedo trouxe ontem uma fotografia, mas, Srs. Deputados, é preciso revelar todo o rolo e é para isso que nós estamos aqui.

Estamos aqui disponíveis para colaborar na discussão, para encontrar soluções para preocupações que são nossas.

Quanto ao incumprimento de algumas empresas, felizmente poucas, quanto a alguns problemas relacionados com a fiscalização, quanto a falhas em canais de comunicação que nós também detectámos e que nos preocupam, quanto às

denúncias que foram feitas e não foram historiadas de declarações falsas da reconstrução de casas desabitadas, atestadas não se sabe por quem ou até se sabe, estamos aqui para revelar todo o rolo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Ah! Vão revelar? Se esse não der eu trago outro!

O Orador: Estamos aqui para, com seriedade, todos juntos, procurarmos encontrar soluções, emitir opiniões, fazer sugestões a quem de direito para que os problemas dos sinistrados do Pico e do Faial sejam resolvidos da melhor maneira e no mais breve espaço de tempo.

Não estamos aqui para sermos co-produtores de um qualquer drama, de uma qualquer ficção que brinque, que abuse e que use partidariamente os problemas de muitas pessoas que ainda continuam por ver os seus problemas resolvidos. Não contem connosco!

Não é verdade também – e não estamos aqui para compactuar com isso – que a maioria dos casos relatados sejam situações dramáticas.

A verdade obriga a que seja dito que a maioria dos casos relatados foi referente ao início da obra.

Quanto às prioridades onde as juntas tiveram intervenção, é verdade e há histórias que podemos relatar quanto a isso.

Não é verdade que a reconstrução seja uma bagunça e muito menos é verdade que existam ameaças e que no processo da reconstrução exista qualquer clima de terror, que as pessoas tenham medo de procurar o delegado do CPR, que as pessoas tenham medo de conversar com quem quer que seja, que as pessoas tenham medo de expor o seu problema.

Duzentas e quinze e não duzentas e vinte, dirigiram-se aos deputados, expuseram os seus problemas, muitas delas foram lá apenas para desabafar. Esta nota a bem da verdade.

É falso! Não é verdade, que existe ameaça e terror no processo da reconstrução!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem ! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.**

Deputado Manuel Azevedo *(PSD)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

Eu tenho que começar por uma parte, porque borbulham-se-me as coisas na cabeça. Vamos começar pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Obrigado pela preferência!**

O Orador: **Eu não falei em ameaças, Sr. Deputado. Eu falei que as pessoas tinham receio e todos nós sabemos que, quando, individualmente, vêm falar connosco sobre as questões da reconstrução, normalmente olham à volta. Eu não as levo a mal.**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Só se é consigo, Sr. Deputado. Connosco não é assim!**

O Orador: **Eu não levo a mal as pessoas que não tenham coragem de vir à Comissão, porque temem que possa haver problemas. Eu levo a mal é outra coisa!...**

Passamos agora às Juntas de Freguesia.

É falso que as Juntas de Freguesia estabeleçam prioridades.

No Pico, há um caso de um bom Presidente de Junta que não quis ouvir aquilo que o Sr. Secretário Francisco Coelho disse no dia 22 de Julho de 1998, na Madalena: “- Vocês não se metam nisto!”

Ele não quis ouvir para ajudar as pessoas e ajudou a dar algumas prioridades. Posso dizer quem foi, porque ele confessou à Comissão, foi o Presidente da Junta das Lajes do Pico.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Não é verdade!**

O Orador: **Mais nenhum Presidente de Junta, a não ser o da Candelária.**

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Também não é verdade!**

O Orador: **Sr. Deputado, olhe para aquele decreto que diz que foi mal feito (mal feito é o que está em vigor!), para o artigo 11º:**

“Os serviços competentes do Governo Regional deverão:

- **proceder ao levantamento rigoroso das situações por técnicos devidamente habilitados;**
- **certificar a qualidade de sinistrado”.**

O que as Juntas de Freguesia têm feito é passar atestados (e muito bem!) para se livrarem, porque ninguém quis que eles se metessem nisto. O que eles atestam é o que atesta sempre uma Junta de Freguesia, ou seja, fulano tal reside na freguesia.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Na casa tal!**

O Orador: **Quem disse isso?**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Sou eu que lho digo!**

O Orador: **As casas nem sequer têm número!**

Sr. Deputado Hernâni Jorge, quem deve certificar a qualidade de sinistrado são os serviços competentes do Governo Regional.

Vamos continuar nas generalizações.

O Sr. Secretário já tentou várias vezes levar-me para o discurso dos milhões do futuro, mas eu não vou. Como José Régio, sei que não vou por aí. Eu recuso-me a ir por aí!

O que eu falo são dos milhões do Orçamento e do Plano de 2002, os milhões que o senhor e o Governo cortaram 1.2 milhões em relação ao Plano a Médio Prazo,

aquilo que os Srs. Deputados do Partido Socialista cortaram em relação à nossa proposta que queria repor esse milhão cortado. Eu quero é falar desses milhões!

Sr. Secretário José Contente, em vez de falar em generalizações venha comigo ver as deolindas. Vamos ver quantas deolindas há no Pico.

Eu vou desviá-lo do deficiente surdo mudo, porque ele não fala nem ouve, mas vê televisão e penso que ele já conseguiu identificar o senhor.

Vamos ver a tia Deolinda! Eu penso que a tia Deolinda, nos seus 70 anos, depois de já ter contado a tanta gente o seu drama, ainda vai ter forças para contá-lo a si.

Vamos ver o tio António! Vamos encontrá-lo na Rua de Cima, de mãos atrás das costas, passeando, pachorrentamente, a ver as obras de uns e outros.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: A ver aquela casa que os mestres já abandonaram, vai para dois meses, e começaram outra mais a cima, mas que agora já abandonaram e começaram outra mais além.

Os tios antónios vão-lhe dizer:

- Mas a minha nunca mais começa!

Vamos à casa da Lídia!

Presidente: Sr. Deputado, vamos terminar também.

O Orador: Vamos terminar, vamos à casa da Lídia, já agora, porque falei nela. A tal que o marido fez uma barraca para ela fritar os chicharros. Se calhar, até oferece uns charrinhos com bolo de milho e um copinho de vinho, mas no fim vai pedir-lhe:

- Sr. Secretário, vamos lá ver se a minha casa, depois de um ano parada, vai recomeçar!

O senhor vai-lhe dizer:

- Sim, vamos tentar.

E ela dirá:

- Mais um copinho para a viagem, Sr. Secretário!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD e do PCP)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.**

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Este debate é não só necessário como é importante e fundamental nesta ocasião.

O Sr. Secretário Regional da Habitação mantém, desde o início, o mesmo discurso e uma das frases que diz repetidamente é que os deputados da oposição dizem sempre a mesma coisa.

Gostava de lembrar e de chamar a atenção que o Sr. Secretário José Contente está há 4 anos a dizer a mesma coisa, muito embora a evolução da situação seja diferente daquilo que ele tem dito.

O Sr. Secretário disse a mim e aos outros deputados do Faial, junto com o Sr. Presidente do Governo, que no final deste ano de 2002, nesta ilha do Faial, iam estar concluídas 809 casas das empreitadas lançadas até Dezembro de 2000. O Sr. Secretário sabe que nem metade ficou pronto. Mantém o mesmo discurso fugindo à realidade.

Ninguém fica satisfeito pelas coisas estarem a correr mal, mas todos queremos contribuir para que as coisas corram melhor.

Os prazos estão todos ultrapassados. A vossa afirmação de que no ano 2004 o processo estará concluído e os pagamentos estarão concluídos em 2005 e 2006, está completamente cilindrada pela vida, pela FERSEQUE e por outras empresas que não cumpriram, pelos sub-empregados que iniciam a casa e

depois interrompem, estão 3, 4 ou 5 meses sem acabar, porque são acabam quando o empreiteiro lhes paga, quando têm essa garantia.

A fiscalização não funciona, porque quando o ano passado houve atrasos de pagamento, é evidente que o dono da obra ou um representante de um dono da obra foi fiscalizado e lhe foi dito que aquilo está mal feito, o empreiteiro disse-lhe logo para ele pagar primeiro o que lhe devia.

O Sr. Secretário diz que sabe tão bem quanto eu. Passe mais tempo no Faial e no Pico, permaneça aqui e observe. Não se deixe levar pelas informações que recebe.

Diz que está 40 ou 60% feito no Faial e 50% no Pico. Ainda bem! Mas devia estar muito mais.

Como é que estamos na estrutura de custos da reconstrução?

Qual é a relação de custos entre a parte que diz respeito a serviços e concepção e a parte que diz respeito à execução?

A Comissão precisa de ter conhecimento desses dados e eles não são dados à Comissão. Porquê?

Sr. Secretário e Deputados da bancada do Partido Socialista:

A Resolução proposta pelo Partido Socialista e aprovada aqui por unanimidade, quando é que é cumprida? Que passos se dão no seu cumprimento? Por que é que os senhores não mudam? Por que é que os senhores não consideram que há coisas a rectificar? Por que é que os senhores não consideram que é evidente o que se mete pelos olhos de toda a gente?

O que está bem feito, bem feito está e é bom que esteja.

Este custo destes milhões de contos não vai corresponder àquilo que os senhores queriam que correspondesse. E não vai corresponder por teimosia vossa, por falta de maleabilidade, por governamentalização do processo, por falta de vontade de ouvir os outros, por quererem que a Comissão não funcione durante meses, por causa das eleições. Por politiquice, Sr. Secretário Regional!

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP)*: **Muito bem!**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Politiquite, é isso, Sr. Deputado!**

O Orador: **Quem está empenhado? Eu estive e outros estão, tanto daí como daqui. Há deputados nesta Sala eleitos pelo Faial e pelo Pico que são diariamente abordados por sinistrados que não instrumentalizam nada disso. Há deputados que vêm falar comigo e com o Sr. Deputado Renato Leal e tratamos ambos, do caso deles.**

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que concluísse.**

O Orador: **Nunca incentivámos ninguém a atitudes que possam constituir entraves ao processo.**

Os senhores e o Sr. Secretário, em especial, tiveram uma intervenção rígida, dogmática, fechada e arrogante neste processo. Isso não é aceitável! Eu não aceito!

Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: **Muito bem! Muito bem!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.**

Deputado Costa Pereira *(PSD)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos:**

Eu não lhe admito a insinuação que fez de que estamos à procura de notícia à custa da reconstrução, porque notícia procuram os senhores quando vão entregar chaves e levam a comunicação social atrás de si.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: **Muito bem! Muito bem!**

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos *(José Contente)*: **O que não procuram é pessoas satisfeitas!**

O Orador: **Notícia, Sr. Secretário, procuram os senhores quando um sinistrado diz que tem um problema e que se não vierem para tentar resolvê-lo denunciam-no à SIC ou à TVI. No outro dia, estão lá para tapar a boca ao sinistrado. Isto foi contado várias vezes na Comissão do Sismo.**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: ***Muito bem! Muito bem!***

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (***José Contente***): **Isso era no vosso tempo quando escondiam as barracas!**

Deputado Manuel Azevedo (***PSD***): **Não era no nosso tempo. É agora!**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (***José Contente***): **Nós não temos barracas nas terras como na Graciosa e noutros sítios!**

O Orador: **Sr. Secretário, nós levantamos as questões, levantamos os problemas porque estamos ao lado das pessoas, porque estamos ao lado dos sinistrados e é por eles e só por eles que temos levantado as questões. Temos esse direito, Sr. Secretário, porque como dizia aqui, acerca de um ano, o Sr. Presidente do Governo: “- Enquanto houver um caso da reconstrução por resolver, eu estou preocupado!”**

O Sr. Deputado Hernâni Jorge ontem disse a mesma coisa. Todos nós dizemos a mesma coisa, mas o Sr. Secretário diz que não, que estes casos que nós levantamos são as malhas da curva de Gauss.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (***José Contente***): **E são. Mas tenho a mesma preocupação!**

O Orador: **Sr. Secretário, tenho que lhe dizer, olhos nos olhos, que o que mais me indigna nisto tudo é a falta de humildade em assumir frontalmente o que está mal!**

O que mais me indigna é nunca mostrarem vontade firme de alterar procedimentos!

É a falta de vontade e de sensibilidade social e humana para os problemas que se tratam!

É a falta de humildade em assumir que os sinistrados são pessoas, não são números na ladainha dos milhões!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Isso é pura demagogia!**

O Orador: **É esta atitude que a Comissão do Sismo tem tido. É esta a faceta que o senhor e o CPR nunca conseguem atingir. Basta dizer-lhe um exemplo, de entre muitos que podia referir:**

A Comissão do Sismo, por duas vezes, no mesmo caso, deu razão a um sinistrado. O CPR admitiu o erro e disse que apesar de ter errado, não ia alterar a sua decisão. Foi preciso a Comissão do Sismo dizer a esse sinistrado para ele recorrer aos tribunais, porque ela já não conseguia resolver o problema.

É essa sensibilidade humana para os problemas que nós temos na Comissão e que o senhor e o CPR nunca conseguem ter.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.**

Deputado Renato Leal (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Muito rapidamente para dizer que penso que, tanto eu como a Comissão, temos vindo a fazer um esforço importante para que a construção venha a ser cada vez melhor.

Penso que se tudo aquilo que ouvimos corresponde rigorosamente à realidade, isto é, se as pessoas não tentaram, com alguma explicação que é perfeitamente plausível, pôr uns pózinhos a mais do que está a ser feito, temos que reconhecer

muito claramente, Sr. Secretário, que é importante que a fiscalização trabalhe melhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Eu não gostaria que me apoiassem. Eu prefiro que não me batam palmas, porque me perturbam depois.**

Com muita frontalidade gostaria de deixar registado aqui que se é verdade tudo aquilo que nos disseram, é preciso que a fiscalização trabalhe melhor.

Eu tenho alguns amigos que trabalham na fiscalização, mas gostaria de distinguir as duas águas: uma questão é o profissionalismo, uma questão é aquilo que está contratualizado, outra questão é o apreço e o respeito que temos pelas pessoas.

Da mesma maneira, penso que percebi até aqui que, das intervenções dos meus camaradas e companheiros da oposição, ninguém está a pedir o saneamento de ninguém. O que se está a pedir é que talvez, por aquilo que tanto quanto eu sei se chama o método das aproximações sucessivas, este processo seja despartidarizado...

Deputado José Decq Mota (*PCP*): **Apoiado!**

O Orador: **... e, sobretudo, o bom exemplo que penso que tenho conseguido fomentar no seio da Comissão, porque não é uma Comissão fácil, porque não estamos a tratar de resíduos sólidos urbanos, estamos a tratar daquilo que há de mais sagrado que são as pessoas, que são a causa da nossa existência aqui e que fazem com que, sem dizer que há deputados que trabalham mais do que outros, haja um grupo de deputados dedicados, sobretudo a esta causa, que passam mais tempo a ouvir as pessoas na tentativa muito digna de contribuir para a resolução dos seus problemas.**

É nesse sentido que penso que ontem, embora cansado da viagem dos Estados Unidos para os Açores, interpretei bem – e não quero entrar pela interpretação mais política de alguns silêncios – que posso contar com a participação de todos os que aqui estão, designadamente das bancadas do PSD e do CDS para esta

luta, para que se consiga trazer para a Região o dinheiro que estava previsto, que estava prometido e que faz falta para que este processo possa continuar cada vez melhor.

Eu percebo os entusiasmos do plenário.

Por vezes, na Comissão, nós também – permitam-me utilizar uma linguagem popular – nos “erichamos”, mas penso que estamos todos, cada um a seu jeito, muito empenhados para que efectivamente este processo decorra o melhor possível.

Não gostaria de terminar sem deixar uma pequena nota sobre o período de tempo em que a Comissão não reuniu. São interpretações. Já tivemos oportunidade de trocar opiniões sobre essa matéria. Eu respeitarei as dos senhores deputados da oposição, mas continuarei sempre a dizer que foi por grandes dificuldades que não consegui reunir a Comissão e os senhores que defendem tanto a verdade e o rigor, fazem o favor de meter os dois meses de férias generosas de que nós beneficiamos, tal qual como os senhores magistrados, no pacote.

Claro, quando é para levar pancadaria o Renato Leal, que penso que tem demonstrado um certo “fair-play” nestas coisas, encaixa, mas encaixa com alguma mágoa.

Gostaria de dizer neste plenário que não entrarei por aí.

Penso que a Comissão fez um esforço para reunir, tem continuado e continuará a fazê-lo.

Quando acharem que é oportuno chegarmos às conclusões, gostaria que do calor da discussão, de alguma verbosidade mais elevada, nós saíssemos todos convictos de que o processo há-de melhorar, porque ele precisa de ser melhorado, não saneando as pessoas, mas mudando alguns procedimentos.

Deputados Fernando Lopes e Natividade Luz (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Para que fique claro nesta Casa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista rejeita qualquer imputação de politiquice ou de abordagem política relativamente a estas matérias da reconstrução.

Este Grupo Parlamentar, quer em plenário, quer nas reuniões da Comissão – a criação desta Comissão resultou de uma proposta desta bancada – tem dado provas claras disso mesmo.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: ***Muito bem!***

O Orador: Qualquer deputado desta bancada, ou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não recebe lições de humanidade nem lições de solidariedade de quem quer que seja. Que isto fique claro!

Sr. Deputado Manuel Azevedo, não vou convidá-lo a ir a casa de nenhum sinistrado, vou convidá-lo a retornar a uma Casa do Povo de uma freguesia sinistrada do Pico e, não com a qualidade literária do senhor, vou contar uma história:

O José, Presidente da Junta, começou logo, bem ensaiado, por dizer: “- As Juntas de Freguesia não tiveram nada a ver com a definição das prioridades. Que isso fique claro!”

Os 18 sinistrados que lá estavam para conversar com a Comissão, foram-se dirigindo à mesa, um por um, até que chegou a Gestrudes que, baixinho, nos confidenciou a preocupação pelo facto da obra avançar lentamente, apesar de ter sido a primeira a começar na freguesia. Logo, o José, Presidente da Junta, apressou-se a dizer: “- Esta situação é urgente e fui eu que a pus em primeiro lugar”.

Sr. Deputado Manuel Azevedo, este chama-se José. Não se trata nem do João, nem do Vitorino.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência)

Deputado Manuel Arruda (PSD): Isso não é politiquice!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que é importante nesta altura, apesar de tudo, dar os números, porque os números correspondem à actividade do que está feito para as pessoas. Os números não representam uma entidade abstracta. Os números representam algo que já foi feito.

É bom que tenhamos noção daquilo que eu dizia há pouco e que estatisticamente é verdade, ou seja, as margens do sistema e não as pessoas que devem ser marginalizadas, porque uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não confundamos.

Neste processo, há uma tentativa da repetição de incorrecções ou de inverdades, para ver se se instala uma ideia.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Decq Mota, que várias vezes intervém nesta matéria, que há uma coisa que vindo da sua bancada, não colhe no Governo Regional. Nós podemos ter tudo e mais alguma coisa menos aquilo que é apanágio do seu partido: atitudes dogmáticas e rígidas.

Deputado José Decq Mota (PCP): Essa imagem é sua: dogmático e arrogante!

O Orador: Isso é o que o senhor pensa, mas obviamente essa parte eu não aceito, porque o Sr. Deputado – e eu já ando há tempos para lhe dizer isto e vou dizer hoje – não tem o dom da verdade nesta Região Autónoma dos Açores.

Portanto, pode e deve todas as vezes que quiser fazer intervenções exprimindo as suas opiniões, mas não com a ideia de que é a última palavra e é a última verdade sobre as questões.

Eu falo mais em relação ao processo da reconstrução, porque o Sr. Deputado tem uma participação activa na sociedade açoriana e toda a gente percebe que é importante em determinadas situações e em muitos casos, mas obviamente que em relação ao processo de construção, por uma coisa ou por outra, exagera muitas vezes no modo como diz que o Governo pensa ou age.

Nós não nos revemos nessa posição e eu tinha que lhe dizer isso, em abono da minha consciência, porque é uma coisa que já ando há tempos para lhe falar.

Gostaria de lhe dizer que em relação àquilo que é a reconstrução no Pico, nós já concluímos 1,9 milhões de euros de obras públicas e é importante que isto fique registado.

Toda a gente fala nos pré-fabricados e ainda ontem se falou aqui. O pré-fabricado, em alguns casos e infelizmente pela inexistência de política de habitação nesta Região Autónoma dos Açores, muitas vezes é bem melhor do que as casas que as pessoas tinham antes.

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): E alguns são piores!

O Orador: Até 1998, os senhores foram responsáveis por não haver uma casa de banho em muitas casas desta Região. Agora respondem como se fossem os paladinos da resolução dos problemas habitacionais.

As próprias casas que foram danificadas representam também, em parte, a omissão de 20 anos de Governo nesta Região Autónoma, que nunca tratou de cuidar de questões estruturais do parque habitacional, antigo e degradado, incapaz de resistir a crises sísmicas.

Isso só aconteceu um pouco na Terceira depois do sismo de 80, porque as outras ilhas têm o mesmo problema habitacional que agora vai ser um pouco tratado pelo diploma que foi aprovado nesta Casa sobre habitação degradada. Qualquer crise do tipo daquela que ocorreu no Faial, irá dar os mesmos resultados em cada uma das ilhas.

Os senhores têm mais saudades do que memória. Infelizmente a vossa saudade é sempre de situações que não querem relembrar.

Isto significa muito claramente que em matéria de habitação não há uma única lição que possa provir dessa bancada perante um parque habitacional degradado, fraco em termos anti-sísmicos e que não teve uma intervenção estrutural em nenhum ano da vossa governação.

Os senhores aplicaram a política do saco de cimento/voto. Foi isso que conduziu a que as habitações hoje em dia caíssem com tectos novos e foi por isso que nós entregámos nesta Assembleia e vamos pôr em prática uma política de habitação de acordo com os recursos da Região, mas que já devia ter começado há muito tempo.

Não é dando subsídios e sacos de cimento para casas degradadas que a qualquer sismo caem e elas caíram independentemente de estarem muito “embonecadas”, como dizem os faialenses.

No Faial, 70% das casas caíram porque não estavam adaptadas aos sismos desta Região.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Os senhores nunca fizeram nada por isso.

Esta é uma situação que convém lembrar na Região Autónoma dos Açores, porque esta é uma situação grave que existe e que está começando a ser debelada, mas já devia ter sido há muito mais tempo.

É um problema estrutural que não está resolvido.

De resto, gostaria de voltar a lembrar mais números, para terminar.

A administração directa no Pico, que são os casos menores, representa 2,7 milhões de euros...

Presidente: Sr. Secretário Regional eu tenho que...

O Orador: ... em 155 casos concluídos e em curso e no caso das empreitadas, estão em curso e concluídas 302 intervenções.

Têm que falar, se foram rigorosos e sérios, não naquilo que ainda falta fazer, mas em termos do que está ou não a ser bem resolvido.

No final da legislatura estaremos cá, como tivemos para todas as outras calamidades, a responder pela intervenção do Governo Regional.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Mas não com demagogia. Com a certeza que esta foi a intervenção estrutural no parque habitacional mais bem feita na história da autonomia e na Região Autónoma dos Açores. Isso não vale a pena ninguém esconder.

Os senhores deixaram, até 98, casas sem casas de banho, casas disponíveis para qualquer solicitação sísmica caírem e foi por isso que elas caíram.

Agora vêm com grande arrogância dizer o que ainda falta fazer e o que não foi feito.

É essa a vossa falta de memória e é essa a vossa saudade do que não devia existir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu às vezes penso – cá para mim, nunca disse isto a ninguém – que o senhor anda a ser enganado pelos senhores que mandam no CPR, no Faial e no Pico. Não é possível ouvir aquilo que nós temos ouvido, em Comissão ou

individualmente, por estas ilhas, e vir aqui fazer um discurso desses. Esse discurso para a televisão ou para a outra comunicação social, pode interessar para o resto das ilhas, mas para o Faial e para o Pico não interessa nada, porque as pessoas que têm problemas não se interessam com isso. O que elas querem são os seus problemas resolvidos.

Os casos que já estão resolvidos não lhes interessam. Nós pretendemos dar voz e fazer eco dos casos que não estão resolvidos.

O Sr. Secretário e esta câmara, em geral, parece-me que estão desfasados da realidade.

Fala-me do antigamente, de obras mal feitas, sem casas de banho.

E então as que estão feitas recentemente e que já têm a tinta e os azulejos a cair e as fossas já deitam por fora?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quantas são?

O Orador: Vá contá-las, se quiser. Conte-as e vai ter surpresas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): São 16!

O Orador: Enquanto lá fora o vosso camarada Jorge Coelho e outros já dizem que não interessa o que ontem se passou com o Governo Socialista, o que interessa é agora, o senhor volta com o discurso dos 20 anos. Pode voltar que esse discurso não interessa aos sinistrados. O que interessa aos sinistrados é resolver os problemas que os senhores não resolvem.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E têm que ser resolvidos já!

O Orador: Esse é o vosso discurso lá fora.

O Sr. Secretário disse que nós andamos para aqui a repetir coisas para se instalar uma ideia. Isso é – e agora vou divergir aqui um bocadinho para o Sr. Deputado Hernâni Jorge – o que vocês andaram a fazer no Pico relativamente às Juntas de Freguesia. Andaram a repetir que as Juntas de Freguesia é que tinham indicado as prioridades para se instalar essa ideia, mas ela não pegou a não ser naquele caso que eu citei e que é a exceção.

Há pouco, quando eu falei aqui nos trabalhos da Comissão, disse que nem todas as pessoas se dirigiam à Comissão, umas com receio, outras porque não tinham tido conhecimento e esqueci-me de dizer uma, ou seja, porque muitas não acreditam no trabalho desta Comissão. Eu pertenço a ela, mas tenho que dizer isto.

Isto não tem nada a ver com o trabalho efectuado pelo Sr. Presidente da Comissão, sobretudo nesta deslocação que nós fizemos ao Pico. Foi um trabalho eficientemente organizado, um trabalho com tempo para ouvir as pessoas. Foi um trabalho exemplar que importa continuar, mas temos que convir: as pessoas não acreditam muito neste trabalho e também pelo método que está instalado não é possível acreditarem. Porquê?

Porque a eficiência do CPR em responder às questões que as pessoas nos colocam e que são postas por carta, é pouco mais que nula. Por isso, não podemos dar as respostas aos sinistrados.

Como é que – é humanamente impossível – o Sr. Presidente da Comissão vai fazer quase 200 cartas para o CPR a pôr problemas, o CPR responder e depois o Sr. Presidente responder aos sinistrados? Isto é praticamente impossível.

Tudo porque o processo que está instalado por este Governo é não prestar contas atempadamente, a tempo e horas, a este Parlamento.

O que devia acontecer é que após estas audições, nós tivéssemos apresentado as questões ao senhor do CPR ou ao Governo e eles viessem esclarecê-las à Comissão para nós podermos transmitir...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Agradecia que concluísse.

O Orador: Já acabou? Foi rápido.

Obrigado.

Presidente: Quem faz esse controlo é o Sr. Deputado Raúl Rego, não sou eu.

O Orador: Eu posso manifestar a minha admiração. Passou depressa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma observação sobre esta questão das prioridades.

Não deixa de ser um pouco cansativo esta polémica constante que na Comissão e nos meios de transportes que a Comissão utilizou, durante o trabalho no Pico, ouvimos. É as Juntas, não é as Juntas, é o CPR, não é o CPR, etc....

Eu não queria entrar nessa polémica, mas gostaria de chamar a atenção para um aspecto. Os serviços são obrigados a fazer o levantamento das situações. Independentemente de qualquer indicação dada pelas Juntas de Freguesia, tem que haver a sensibilidade e o conhecimento para se fazer a apreciação dos casos.

Como é que se explica que dezenas de casais idosos ou que vivem sozinhos, no Pico e no Faial, tenham ficado completamente para trás? Por que crivo é que isto passou? Que assistentes sociais é que deram o parecer ou não o deram? Quem é que não actuou?

Como é que se explica que em muitas freguesias desta ilha e daquela, ainda persistam estas situações? Por causa das Juntas de Freguesia? E os serviços? E os serviços sociais? E o apoio social do CPR? E as assistentes sociais?

Não vamos mistificar um problema simples.

Como é que se explica que uma senhora que tem dois irmãos deficientes, tenha ficado para trás? Ficou para trás porque não sabe nada do projecto? Como? Porquê?

Expliquem-me isto.

Trata-se de uma ineficácia total, para não dizer e fazer juízos de outra natureza, que não queria fazê-los, pelo menos neste momento.

Segunda questão:

Não me preocupa absolutamente nada o juízo que o Sr. Secretário José Contente, Sr. Secretário Regional, meu velho amigo e conhecido, possa fazer sobre a minha intervenção política.

Faço-a há muitos anos e continuarei a fazer. Enquanto tiver força, é esta a minha actuação e é de acordo com aquilo que observo e vejo, que penso que actuo.

Eu não sou teimoso, Sr. Secretário Regional, nem sou arrogante. Sou entusiasmado, o que é diferente, porque vivo as situações e continuarei a vivê-las.

Neste processo da reconstrução eu tenho procurado, como cidadão, como vereador que fui, como deputado que sou e como dirigente, ter uma actuação que seja um contributo positivo, tanto por escrito, como em propostas, conversas consigo, com o Sr. Presidente do Governo, com o Sr. Coordenador do CPR.

Eu estive presente em cada momento, desde que começaram, desde o dia 28 de Julho de 1998 na sala do restaurante do Club Naval da Horta, e o senhor sabe.

Uma realidade é certa, de todas as observações feitas, se não correspondiam à sua ideia, o senhor nunca atendeu qualquer uma, vinda de mim ou de outros.

Quando foi chamada a atenção sobre o realojamento, o senhor deu instruções para fingirem que o realojamento já tinha acabado e deu instruções para tirarem as tendas porque vinha aí uma comitiva qualquer. Porquê?

Fez isso para melhorar o processo? Ou fez para a imagem?

O senhor anunciou em Agosto de 98 as tabelas que esta Assembleia aprovou e em Setembro criou outras. Porquê?

O senhor tem que dar explicações, não sou eu.

Eu não tenho que dar explicações nenhuma e continuarei com este tom entusiasmado, com este empenho e com este esforço.

Apesar de tudo, queria dizer também que a situação é tão difícil que os senhores vão ter que torcer, ou seja, os senhores vão ter que rever.

O Governo vai ou não cumprir a resolução que foi aqui aprovada por proposta do PS? Mas aplaudiu um Secretário Regional que não quer cumprir a resolução que eles propuseram e aprovaram.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O senhor vai cumprir ou não vai?

Diga, porque este processo vai complicar e os senhores têm que mudar. O Sr. Secretário tem que mudar o seu estilo, o Sr. Secretário tem que valorizar a Comissão, tem que dar valor político à Comissão, ao Presidente da Comissão e a todos os membros da Comissão se quer salvar este processo.

Se quer dar “tiros nos pés”, continue a dar, mas em si.

Muito obrigado.

Deputados Humberto Melo e Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem a preocupação de fazer um discurso literariamente muito elaborado, gostaria que ficasse registado que esta bancada parlamentar tem maioria na Comissão de Acompanhamento da Reconstrução.

Foi reconhecido por todas as bancadas o trabalho exemplar e a isenção com que a Comissão tem vindo a desenvolver o seu trabalho.

Penso que se poderia perguntar, Srs. Deputados, onde é que está a arrogância desta bancada?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Por outro lado e reportando-me exclusivamente à questão do Pico e à visita que fizemos àquela ilha, eu gostaria de sublinhar que é preciso distinguir

casos preocupantes de situações dramáticas e todos os casos de todos os sinistrados, em todas as situações que ainda não estão resolvidas, são preocupantes. Disto ninguém tem dúvidas.

Mas é preciso distinguir dos casos preocupantes as situações dramáticas.

Relativamente aos sinistrados que nos abordaram, a generalidade não eram situações dramáticas. Com isto, não estou a dizer que não havia também situações dramáticas.

Efectivamente algumas coisa falhou entre a definição de prioridades que no papel estava correcta e a passagem para os empreiteiros.

Nós, o Governo e esta bancada, estamos atentos, como aliás os senhores deputados na Comissão puderam constatar, pelas inúmeras referências que os sinistrados fizeram, relativamente ao facto de a nós, Deputados Lizuarte e Hernâni, já se terem dirigido e estarmos a par dessas situações.

Por outro lado, gostaria de sublinhar que das situações de obras com deficiências que foram aqui referenciadas relativamente a 215 sinistrados – não são exactamente 215 sinistrados, porque alguns faziam uma grande confusão entre habitação degradada e o direito de terem acesso a apoios do sismo e convém registar aqui que houve informação que não chegou, houve algumas falhas de informação – dos 16 casos referenciados, alguns são obras que ainda não estão entregues. Portanto, essas correcções serão feitas antes da entrega das obras.

Mesmo que esses 16 casos fossem obras já entregues, corresponderiam a cerca de 7% das situações analisadas.

Também convém registar, e aqui é um alerta para o CPR, para a fiscalização – tal como disse o Dr. Renato Leal nem sempre tem funcionado bem e nalguns casos nem tem funcionado – e para o Sr. Secretário, que 80% destas obras correspondem a duas empresas. Julgamos que é possível resolver esta situação relativamente a estas empresas de maneira a que isso não se arraste para novas obras que estas empresas irão começar, porque 80% dos casos dizem respeito a

uma freguesia e dizem respeito a duas empresas. São situações localizadas quer do ponto de vista territorial, quer do ponto de vista dos empreiteiros.

Há outras situações que também são preocupantes.

Nós não andamos a espalhar pelo Pico que os Presidentes de Junta tinham culpa nas empreitadas ou na definição de prioridades. Lamentamos que alguns deles não tenham querido participar e agora, sempre que esteja pronta uma casa, vão lá dizer que ela já está pronta porque eles é que a colocaram como prioritária, naquela empreitada.

Também é lamentável que um Presidente de Junta diga que participou na definição de prioridades, mas não assuma isso publicamente.

Isto já foi dito aqui e estou a referenciar novamente porque agora não importa quem tem culpas no quê ou em como.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): O Governo é que tem culpa!

O Orador: O que importa é que, imbuídos no mesmo espírito e preocupação, tentamos resolver estas situações que estão bem encaminhadas. Resolvidos estes pequenos problemas, do ponto de vista habitacional e do ponto de vista do parque habitacional, serão um sucesso sem precedentes nesta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, para reafirmar a posição do Governo no sentido de continuar a considerar este processo como uma prioridade, porque abrange muitas famílias destas duas ilhas e, naturalmente, saber que sob o ponto de vista daquilo que o Governo tem que executar, baseado num Decreto Legislativo Regional que dá tudo a todos, e sob o ponto de vista de um Decreto Legislativo Regional que reforça estruturalmente o parque habitacional destas duas ilhas, que dá garantias de condições aos agregados familiares em termos

de adequação da área ou espaço que não tinham, retirando também pessoas de zonas de risco, é uma tarefa grande, mas que – e gostaria de reafirmar isto aqui – representa cada vez mais um problema, sobretudo financeiro, sob o ponto de vista do tratamento dos casos contratualizados ou dos casos que estão na administração directa.

Isto é um problema regional que se põe com mais acuidade agora que temos notícias de alguma incerteza sob o ponto de vista de o que é ou em que é que se vai materializar a dita solidariedade do Estado.

Tal como no passado, é importante que esta questão seja bem pensada, porque só há duas possibilidades: como o processo habitacional dos Açores não tem possibilidade de concorrer – como já foi dito ontem aqui pelo Sr. Deputado José Decq Mota – a fundos comunitários, obviamente que os fundos da reconstrução serão fundos regionais provenientes da receita da Região, ou do endividamento, como parece que não será muito possível, pelas notícias que nos chegam, ou da solidariedade regional.

É importante que saibamos que esta questão coloca-se, porque ainda faltam muitos milhares de contos, ou mesmo, neste caso, milhões de euros, para concluir esta resolução, como está também intimamente associado a esta questão a situação da resolução que o Sr. Deputado Decq Mota falou aqui há pouco.

É cada vez mais um problema instalado em termos financeiros, porque há algumas empresas que podem estar a cumprir mais ou menos, e isso são situações contratuais das empreitadas, que os particulares também têm. Qualquer particular que já fez obras ou que está a fazer obras, pode ter situações de mais ou menos insatisfação.

Nós consideramos que a questão da fiscalização é importante. Isto significa que fiscalizar a fiscalização é uma tarefa que, consoante a fricção daquilo que está contratualizado no parecer que precisa de rectificação, lá estaremos para podermos rectificar essas situações.

Eu gostaria de reafirmar que o grosso das situações que impendem sobre a recuperação habitacional do sismo do Pico e do Faial, estão devidamente enquadradas sob o ponto de vista da adjudicação ou das administrações directas que são da responsabilidade dos particulares.

Portanto, esta tarefa tem fim. O fim depende – e gostaria mais uma vez de deixar esta palavra aqui – não só daquilo que o CPR e o Governo Regional tiverem para fazer no âmbito da execução e da fiscalização, mas depende grandemente da questão financeira que já foi colocada nesta Câmara e que os açorianos também conhecem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O seu tom mudou significativamente.

Sr. Deputado Hernâni, esta bancada nunca chamou, pelo menos que tenha ouvido, arrogante à bancada do Partido Socialista. Arrogante foi, sim, o CPR e o Sr. Secretário nesta última intervenção.

Basta ver a diferença do tom e do conteúdo dos discursos dos Srs. Deputados do Partido Socialista que usaram da palavra e o tom e o conteúdo dos discursos do Sr. Secretário.

Relativamente à ladainha dos milhões que o senhor gosta muito de repetir, era bom que explicasse a esta Casa a situação que se criou com as empreitadas que puseram a concurso em Agosto e que V. Exa. anulou – e disse-o nesta Casa – com o objectivo de moralizar os preços do mercado.

O Sr. Secretário já deve ter conhecimento do parecer do Tribunal de Contas que, relativamente a esta intenção proposta por V. Exa., é demolidor. O Tribunal de Contas diz que o valor da adjudicação que os senhores fizeram, acabou por ser superior em 35%...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Moralizou por cima!

O Orador: ... à soma dos preços bases fixados anteriormente.

É evidente que poupar dinheiro desta maneira é muito fácil, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **O senhor não sabe o que é que está a dizer. Há mais casos!**

O Orador: **Sei. O senhor já leu o parecer?**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **O Tribunal de Contas o que fez foi visar os contratos.**

O Orador: **Mas sabe por que é que o Tribunal de Contas visou?**

Única e exclusivamente o Tribunal de Contas disse – e está escrito – que visavam o contrato apenas porque na cidade da Horta continuam a existir muitas pessoas por realojar, porque o processo de reconstrução na Horta, neste momento, está limitado a 21 moradias e já deveriam estar a ser intervencionadas 143 (137 de reabilitação e 6 de construção).

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Por isso é que se fez.**

O seu ponto de vista sobre empreitadas e adjudicação é zero!

O Orador: **A comunicação social já deu eco disto.**

Sr. Secretário, eu vou repetir um repto que já foi lançado aqui e o senhor teima em não responder.

Diga a esta Assembleia, diga ao Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se a recomendação que foi aprovada em Junho, por unanimidade nesta Casa, é para ser cumprida.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Já respondi isso ao Sr. Deputado José Decq Mota!**

O Orador: **Eu não ouvi a resposta.**

Diga neste plenário o que é que é feito dela. E os estudos?

Os sinistrados do 2º e 3º escalão continuam pendurados à sua espera.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Continuam pendurados à minha espera?**

O Orador: **Responda às questões.**

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Já respondi ao Sr. Deputado José Decq Mota!**

O Orador: **Não quer responder aqui!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Mais uma intervenção para esclarecimentos.

O que se nota neste debate, interessante, animado e importante é que à medida que vamos folheando o “álbum” da visita da Comissão ao Pico, vamos apercebendo-nos que afinal a história é composta por mais histórias.

Também nos vamos apercebendo que a Comissão começa a derivar para questões laterais e ultrapassadas, como essas questões de legalidade, de apreciações de legalidade e dos pareceres do Tribunal de Contas.

Vamos fugindo ao essencial da intervenção que suscitou este debate, vamos fugindo às histórias e às fotografias que afinal são mais do que uma, da visita ao Pico e do processo de reconstrução naquela ilha.

Quero deixar claro, em nome desta bancada e em nome do Partido Socialista, que o que importa neste momento, não obstante a Comissão ainda não ter reunido para analisar o resultado da visita ao Pico, não obstante da Comissão ter que o fazer e ter que concluir sobre essa matéria, é que em sede de Comissão essa análise seja feita de uma forma séria em relação aos problemas que existem, mas que não são tantos como pretendem fazer crer, e que sejam tiradas as recomendações com seriedade, pondo sobretudo e acima de tudo os problemas dos sinistrados, os problemas das populações que ainda hoje não têm os seus problemas resolvidos ou que têm alguns problemas nos seus processos.

Era este desafio que eu queria deixar a todo este Parlamento, a toda a Comissão da reconstrução, reiterando sempre a disponibilidade do Partido Socialista e da sua bancada para resolver da melhor maneira, o mais rapidamente possível, com a solidariedade, com a cooperação de todos, inclusivamente a solidariedade e a cooperação nacional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, já que não me quis responder, eu faço-lhe uma outra pergunta.

Em 5 de Abril de 2001, disse nesta Casa:

“O Governo, como anunciou relativamente há pouco tempo, já fez o estudo do número e das condições sócio-económicas dos agregados do 2º e 3º escalões que estão pendentes.

No Faial temos, no 2º escalão, 85 casos e no 3º temos 32.

A partir de agora há condições para começar a trabalhar em termos de empreitadas em relação a este problema que tem sido levantado com dados mais fidedignos.”

Nessa altura o Sr. Secretário dizia que havia 117 casos do 2º e 3º escalões no Faial, que desses casos já tinha sido feito o estudo e que havia agora condições para se começar a trabalhar.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Dá a iniciativa e tira a iniciativa!

O Orador: Em 16 de Novembro de 2001, o senhor diz:

“Os casos do 2º e 3º escalão que não estão todos estudados no sentido de poderem integrar o regime de empreitadas são só 378.”

Sr. Secretário, os estudos do 2º e do 3º escalões estão ou não feitos?

Em Abril estavam. Em Novembro já não estão todos feitos.

São 117 casos, como diz em Abril, ou são 378 como diz em Novembro?

Isto tem a ver com a Resolução que foi aprovada na Assembleia.

Estes casos continuam pendurados no senhor, no seu governo, porque a bancada do Partido Socialista, no último plenário, disse pela voz do Sr. Presidente que esperava e tinha fé que o seu Governo iria cumprir com esta resolução.

Já se passou quase um ano e nada sabemos. O senhor continua hoje sem nos querer dizer nada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Provavelmente o Sr. Deputado estava distraído há pouco, porque tentei dizer ao Sr. Deputado José Decq Mota que o Governo Regional, no âmbito daquilo que lhe compete, tem de entender e atender na medida da sua actividade, às resoluções desta Câmara.

Também já disse, aliás, nem é novidade, que o Governo Regional faz depender essa questão, que não é uma questão prioritária à luz da legislação – é uma Resolução da Assembleia Legislativa Regional – do financiamento que este processo terá e isto para sermos muito claros, porque há aqui uma situação que é preciso perceber. O regime de empreitadas e obras públicas não pode, de um momento para o outro, introduzir acrescentamentos depois de um contrato estar estabelecido.

Há duas situações que têm a ver com o problema da Resolução:

Por um lado, nós não entendemos muito bem o vosso discurso de ter iniciativa e de dar iniciativa e agora querer alucar tudo ao Governo Regional.

Sempre houve uma contradição que se instalou. Por um lado, o Governo Regional é o mau da fita porque tirou a iniciativa às pessoas, porque não

permitiu que as pessoas fizessem por administração directa, mas por outro lado já se está a reclamar, depois de ter passado algum tempo da entrada em vigor da legislação, que os casos do 2º e 3º escalões que são de iniciativa privada, agora passem para as empreitadas.

Os senhores têm essa enorme capacidade de ser e não ser.

É uma capacidade que ninguém entende à luz do que foi aprovado aqui.

O Sr. Deputado Costa Pereira que bastas vezes traz este assunto à Câmara, devia saber, como aliás a vossa bancada já tem dito, que é preciso, para executar situações do âmbito da reconstrução, saber financeiramente com o que é que nós contamos.

Nós precisamos saber – temos esse problema instalado – financeiramente com o que é que contamos para podermos instalar um processo de execução que tem a ver fundamentalmente com questões financeiras.

Isso não tem nada a ver com a aplicação da resolução.

O trabalho que há para fazer está feito. É preciso partir para a segunda fase, mas só depois, como é óbvio, de estarem garantidas as condições exigíveis para o cumprimento integral das empreitadas que estão no decreto legislativo regional.

Não queiram, porque nós não vamos fazer isso, abarcar mais problemas sob o ponto de vista financeiro, sem termos a questão legal e objectiva, resolvida. Não queiram isso, porque nós não vamos fazer isso.

Essa é fundamentalmente a nossa posição responsável porque o que está contratualizado é para cumprir dentro do esquema de financiamento que a Região terá – e vamos ver quais são nos próximos anos – e são as pessoas do 1º escalão que estão no regime de empreitadas.

A partir daí essa é uma segunda prioridade.

Nós não escusamos a questão que foi posta aqui para casos que possam ser ponderados, mas a nossa primeira prioridade é a prioridade das empreitadas, é a prioridade daqueles que estão no primeiro escalão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para deixar aqui duas breves notas que têm a ver com afirmações do Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Em primeiro lugar, uma referência que penso que registei e descodifiquei bem, relativamente às muitas pessoas que não acreditam no trabalho da Comissão.

O Sr. Deputado Manuel Azevedo também já foi executivo. É, porventura, um dos privilegiados nesta Sala para perceber o formigueiro que eu por vezes sinto depois de ter sido executivo na Câmara Municipal, durante cerca de 11 anos, e na Junta Autónoma do Porto da Horta, durante cerca de 4, embora não se possam somar os 11 mais 4, porque algum deste tempo é sobreposto.

Tenho tentado, dentro das minhas possibilidades e experiência, fazer tudo o quanto sei e posso para que efectivamente as pessoas acreditem cada vez mais na Comissão. Eu sei que não deu “o puxão de orelhas” nesse sentido.

Gostaria de dizer que do ponto de vista católico não sei se é pecaminosa ou semi-pecaminosa, mas do ponto de vista psicológico conforta o ego e leva à auto-estima, ouvir da boca dos funcionários desta Casa que os deputados do Faial, designadamente o Deputado Costa Pereira, o Deputado José Decq Mota e eu, recebemos mais povo nesta Casa do que em anos passados. Não estou a criticar quem esteve cá antes de nós.

Da ilha do Pico também me chegam rumores dessa prática.

Isso significa que há efectivamente quem confia em nós e utiliza por vezes a estratégia que a gente sabe, de correr os 3, na esperança de que haja um que tenha mais sorte do que o outro e que ajude a resolver o seu caso.

O que há efectivamente é um bom clima de relacionamento, pelo menos aqui no Faial, e por aquilo que me chega, no Pico.

Tenha muita dificuldade, Sr. Deputado, em aceitar, porque sei isso o que foi no passado, que haja medo e receio. Eu não estou dizendo que não há. Eu não estou dizendo que aquilo que o senhor disse é mentira.

O que eu quero dizer aqui, e não preciso de elevar mais a voz, é que vou continuar a lutar para que se efectivamente houver muitas situações dessas – eu espero que não – elas desapareçam. Não faz parte do meu manual de procedimentos contactar e aceitar realidades dessas. Se elas ainda subsistem, quer nesta ilha, quer na vizinha ilha, podem todos continuar a contar com o meu empenhamento e a minha colaboração para que esse medo ou esse receio, desapareçam.

Nós já vivemos no Século XXI. Há pessoas que são mais desassombradas do que outras, mas nós não podemos tolerar, de maneira nenhuma, que nos dias de hoje ainda possam perpassar indícios de medo ou de receio, na relação entre eleitos e eleitores e entre cidadãos e a Administração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas referências muito rápidas, espero eu.

Em primeiro lugar, em relação àquilo que o Sr. Deputado Renato Leal acabou de dizer, porque corresponde exactamente à verdade. Nós recebemos muitas pessoas que nos vêm expor os seus casos, os seus problemas. Nós não as procuramos, elas é que nos procuram e se elas nos procuram, sobretudo aqueles deputados que estão na oposição, é porque esgotaram toda a sua capacidade de relacionamento e de resolver os problemas junto do CPR. Isto é que é a realidade não é a fantasia que às vezes nos querem trazer aqui.

O Sr. Deputado insinuou e é profundamente verdade que muitas vezes o que elas procuram em nós é termos a sorte de resolver o seu caso no CPR, não é a situação de justiça objectiva, o caso que está em causa, porque a isso o CPR não liga. É a sorte de quem é que consegue resolver o problema, porque no relacionamento com o CPR impera mais a sorte do que a justiça do caso e a oportunidade da situação.

Sr. Secretário, o senhor leu a Resolução aprovada na Assembleia o ano passado?

Resposta: Leu ou não ?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não leu! Não leu!

O Orador: Se o senhor tivesse ligo a Resolução, aquilo que disse não tem sentido nenhum. Nessa Resolução, aprovada nesta Casa por unanimidade e proposta pela sua bancada, não se pede ao senhor para fazer obras no 2º e 3º escalões. O que se pede à sua Secretaria e ao CPR é que façam os estudos, saibam qual é o ponto da situação dos sinistrados do 2º e 3º escalões, o que é que vão fazer concretamente, quais são os casos que vão ser ponderados. Isso o senhor nunca respondeu, porque ninguém sabe aqui o que é que os senhores vão fazer.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Nós sabemos de todas as famílias e o senhor sabe de algumas!

O Orador: Não, o senhor não sabe o que é que vai fazer e da bancada do seu partido eu desafio alguém que saiba para dizer o que é que vai ser feito no caso dos 2º e 3º escalões.

Se o senhor sabe, diga nesta Assembleia o que é que o Governo pretende fazer aos sinistrados do 2º e 3º escalões, relativamente aos estudos que são pedidos, para ficarmos elucidados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.**

Deputado Costa Pereira (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Para concluir que, perante este desafio que coloquei ao Sr. Secretário e à bancada do Partido Socialista, a conclusão é óbvia: nenhum deles sabe o que é que vai ser feito aos sinistrados do 2º e 3º escalões, cuja situação era aconselhada e estudada na resolução que foi aprovada há quase um ano nesta Casa.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Vai-se aplicar a lei, Sr. Deputado!**

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.**

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Em aparte o Sr. Secretário acabou de dizer tudo: vai aplicar-se a lei e executar-se o que está na Resolução, inclusivamente o Sr. Deputado já disse que já foi feito.

O que está na Resolução é claro. O que é preciso agora é desbloquear a questão financeira, seja por via do endividamento, seja por via do cumprimento dos compromissos assumidos pelo anterior Governo, para que se possa, o mais rapidamente possível, avançar para a execução e para a resolução desses problemas.

A resposta a essa questão não tem que sair daqui nem dali, tem que sair daí, meus senhores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: ***Muito bem! Muito bem!***

Presidente: **Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.**

(Eram 12 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 30 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os transportes são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer País ou Região; poder-se-á mesmo dizer que sem transportes nunca existiu desenvolvimento e que com maus transportes o progresso é lento e deficiente. Ou, até por outras palavras, numa Região as localidades bem servidas por transportes desenvolvem-se mais rapidamente do que as localidades mal servidas; ou ainda, numa Região cujos responsáveis pretendem um desenvolvimento a várias velocidades, exigem bons transportes para onde pretendem uma evolução mais rápida e eficiente, e preocupam-se menos com os transportes em relação àquelas zonas que também menos os preocupam.

Uma Região como os Açores, constituída por Ilhas, está hoje exclusivamente dependente dos transportes aéreos e marítimos, mas em relação a algumas dessas Ilhas, como é o caso das Flores, o transporte fundamental é o aéreo, porque é esse que devia ser diário, é esse que tem maior peso na movimentação das pessoas e é esse que regularmente e durante todo o ano permite a saída e a chegada dos seus habitantes e daqueles que por motivos de trabalho, negócios, turismo ou outro qualquer, demandam a Ilha. Ou seja, o transporte aéreo influiu enormemente no maior ou menor desenvolvimento da Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As considerações que acabamos de fazer queremos enquadrá-las com a oferta de transporte aéreo que o Serviço Público – SATA AIR AÇORES – se propõe oferecer durante a presente época, a chamada época alta ou de Verão, e relativamente à Iha das Flores. Apenas iremos fazer algumas referências aos aspectos que nas Flores maiores preocupações têm causado às pessoas que nos têm abordado sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, a primeira anomalia; hoje, em qualquer escritório da SATA ou agência de viagens estão disponíveis os horários da SATA Internacional para o Verão, válidos de 31/03/2002 a 26/10/2002, mas não existem ainda horários da SATA AIR AÇORES, que quando aparecerem serão válidos a partir de 31 de Março, mas que ainda não são conhecidos. Porém, em função das preocupações que muitas pessoas nos expressaram fomos à sua procura através dos horários que a SATA disponibiliza pela Internet.

Voos aos Domingos:

Apenas será possível viajar para as Flores, ao Domingo, nos meses de Julho e Agosto, ou seja, a SATA propõe-se fazer tão somente aquilo que já fez no ano transacto, o que se revela muito pouco, até porque é do conhecimento público a procura que o voo nesse dia da semana teve, sempre que constou dos horários. É imperioso que a SATA proporcione voos ao Domingo para as Flores durante um período de tempo mais amplo. Será mesmo desejável e necessário que de Abril a Outubro existam voos para as Flores ao Domingo. Não se compreende, com a ocupação que tiveram no ano passado todos os voos do Domingo de e para as Flores, que se mantenha o voo por um período tão curto.

Ligações ao Corvo:

Entre a Ilha mais próxima das Flores, o Corvo, a SATA entende que não deve haver turismo por via aérea, na medida em que tão somente existem voos às 2^{as} e 6^{as} feiras.

Duas Ilhas tão próximas natural e tradicionalmente têm contactos frequentes; sempre muitos turistas que visitam as Flores, com algum tempo de estadia,

procuram passar pela Ilha do Corvo. E, se muitos estão dispostos a deslocarem-se por via marítima, também há aqueles que só se deslocam se lhes forem proporcionados meios aéreos. Isso, neste momento, não acontece nas devidas condições. Havia necessidade de maior número de voos entre o Corvo e as Flores.

Incentivo à vinda de pessoas do exterior da Região, nomeadamente do Continente: A Ilha das Flores desde há muitos anos que é visitada por turistas das mais variadas proveniências; até mesmo em alturas que o destino Açores era mal conhecido e o destino Flores ainda menos, o qual normalmente era conhecido através da Estação Francesa de Medidas e de algumas pessoas que lá trabalhavam, que da Europa havia turistas que visitavam a Ilha; ou aqueles que por meio dos emigrantes ouviam falar dela e provenientes do Continente Americano também a visitavam. Hoje a situação é diferente e o turismo que procura as Flores é proveniente de toda a parte, por isso as condições de transporte, em termos de oferta e preço, deviam ser iguais às existentes para qualquer outra Ilha.

Não são admissíveis anomalias como as infelizmente existentes. Assim, os passageiros vindos do Continente com tabela de excursão só podem possuir 2 *coupons-flights* nas viagens na Região Autónoma dos Açores. Acontece que a SATA não proporciona, em alguns dias, essa possibilidade em relação à Ilha das Flores. Hoje, 5ª feira, a saída das Flores só é possível pelo voo SP 841 das Flores à Terceira, com partida às 13h50 e chegada às 15h00; ao chegar à Terceira o avião volta a sair, julgamos que para fazer o Terceira/Graciosa/Terceira; e só após esse voo o passageiro pode ir da Terceira para São Miguel. Assim, as pessoas têm o inconveniente de chegarem à Terceira e ficarem retidas no aeroporto por algum tempo, mas pior do que isso, por que muda o número de voo têm um *coupon-flight* que só lhes é emitido por conveniência da SATA, mas por isso são penalizadas em 74,59€ (o que corresponde quase a 15 mil escudos para melhor nos entendermos).

Outro aspecto também penalizador para aqueles que se destinam às Flores, vindos do Continente via Ponta Delgada e por isso através da SATA Internacional, é não terem disponível a tabela usualmente conhecida por *PEX* se adquirirem a sua passagem numa qualquer agência de viagens, embora conste que a terão se adquirirem a passagem na loja de vendas da SATA, só que o turismo não se compadece com estas anomalias e não se pode, nem se deve fazer apenas através dos escritórios da SATA, mas tem de se fazer por todos os operadores que existam no mercado.

Aliás, começam a preocupar alguns agentes de viagens diversas facilidades concedidas em passagens, se são adquiridas na Loja de Vendas da SATA, o que nos parece poder estar em causa uma concorrência desleal, proibida em legislação Comunitária.

Consideramos muito válido que a SATA AIR Açores incentive o intercâmbio entre as Ilhas e do exterior para a Região, mas não podemos aceitar que existam critérios diferentes em função de quem vende a passagem. Há que estipular regras precisas que poderão ser postas em prática de igual modo tanto pelas lojas de vendas da SATA como pelas agências de viagens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje é possível viajar das Flores directamente para Ponta Delgada, Terceira e Horta. Estamos de acordo e considerámos positiva essa possibilidade e facilidade de se poder viajar directamente de e para a minha Ilha, mas continua a existir a impossibilidade de chegar em muitos dias ao Faial e à Terceira; como criticamos o facto de se chegar ao Faial e aguardar várias horas para se seguir para a Terceira ou chegar-se à Terceira e aguardar várias horas para se seguir para São Miguel. Tinha sido possível programar melhor.

Continua-se sem poder viajar directamente das Flores para o Faial às 3^{as} e 5^{as} feiras mesmo durante a época alta, e agora também não se viaja directamente das Flores para a Terceira às 4^{as} feiras, Sábados e Domingos. Repito, consideramos ser possível programar melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Procuramos abordar algumas questões relacionadas com as ligações aéreas das Flores para o resto da Região e o Continente.

Admitimos haver alguma deficiência na análise, porque como disse, a SATA AIR AÇORES ainda não publicou o horário que está a praticar e por isso utilizamos os documentos disponíveis através dos meios informáticos.

Disse.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço imensa desculpa. Cheguei um pouco tarde e não ouvi totalmente a sua intervenção. Gostaria de ter uma cópia para poder responder com mais acuidade à sua argumentação.

Daquilo que eu pude ouvir, gostaria de dizer que a SATA tem à venda nas suas lojas os mesmos preços que têm à venda todas as agências de viagem. Não podia ser feito de outra forma.

Se fosse feito de outra forma, as agências de viagem estavam a fazer, em coro, um protesto enorme que se ouviria desde Santa Maria até ao Corvo.

Os preços de venda nas lojas da SATA são exactamente os mesmos preços que se praticam nas agências de viagem.

Há um caso excepcional – o dos militares – que foi debatido com a Câmara de Comércio. Trata-se de um protocolo feito entre a SATA e os militares, em situações muito específicas, no domínio de contrapartidas que a SATA tem com a Força Aérea. De resto, não podia ser feito de outra forma.

Gostaria que explicitasse melhor, porque quando eu cheguei já estava no fim da sua intervenção e não me apercebi bem.

Muito obrigado.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.**

Deputado José Manuel Nunes (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:**

Desde há muito tempo que, quando o Dornier cancela o voo na Sexta-feira para a Ilha do Corvo, por razões meteorológicas ou outras, o voo não é repostado para o Sábado.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): **Nem para o Domingo!**

O Orador: **Automaticamente o voo passa logo para a Segunda-Feira. Por que é que isto acontece?**

Ainda há bem pouco dias, numa Sexta-feira, havia 30 passageiros a entrar e a sair e, apesar do esforço do Sr. Director Regional dos Transportes, a Administração da SATA esqueceu-se dos corvinos.

Isto já vem acontecendo há muito tempo.

Gostaria de saber se o Sr. Secretário vai ou não resolver este problema no futuro.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.**

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Estamos a fazer diligências para que, ainda durante este debate, o Sr. Secretário possa ter o conteúdo da minha intervenção.

Gostaria de referir que existem anomalias. Resumindo, é o problema da falta de voo ao Domingo, é o problema da assiduidade de voos ao Corvo e também – na altura o Sr. Secretário já cá estava – e que eu considero gravíssimo, o facto da SATA ter necessidade do avião parar num aeroporto, no caso da Terceira, ir a outra ilha e o passageiro ficar retido 2 horas e só depois ir para São Miguel. Pelo facto de haver mais um *coupon-flight* que não está previsto na regulamentação em relação às pessoas que vêm de fora da Região, as pessoas

são penalizadas no percurso em que surgiu o novo *coupon-flight*. É o caso concreto da Quinta-Feira, e poderá informar-se em qualquer agência da SATA.

Qualquer passageiro com a tabela turística que visite as Flores e que no dia de hoje regresse, vai pagar aproximadamente mais 15 mil escudos pelo facto da SATA ter necessidade desse voo ir e vir à Graciosa, só depois levando o passageiro a São Miguel. Isto é uma penalização que em relação ao passageiro, da passagem de residente, foi resolvida porque é mencionado que o passageiro tem direito a mais um *coupon-flight*, no caso das Flores e do Corvo, mas que não é resolvido em relação àqueles que nos visitam. Isto é penalizador.

Em relação ao problema que o Sr. Secretário refere, não é verdade que não existam preços e facilidades excepcionais, em relação aos passageiros das agências, aos voos vendidos pela SATA. Aliás, quando o afirmamos é porque podemos afirmar e temos provas.

Tenho na minha frente um fax que foi enviado pelo responsável de um dos escritórios da SATA na Região Autónoma dos Açores, para alguém que tinha pedido venda de passagens e nesse ofício a SATA afirma:

“A SATA Air Açores concede um desconto de 15% sobre a tarifa de residente, desde que os bilhetes sejam comprados na nossa loja de vendas”.

Quando sabemos que a SATA dá 10% de desconto aos agentes, mas que para além disso faz concessões que valem os 15%, se o bilhete for comprado na sua loja de vendas, consideramos que está em causa uma concorrência desleal.

Deve haver e deve ficar registado que se é um grupo de 10 pessoas o desconto pode ir até “x”, se é um grupo de 20 o desconto vai até “y”, se é um grupo de 50 o desconto vai até “z”, para que os agentes também possam entrar neste negócio nas mesmas condições que a loja de vendas da SATA.

Aquilo que nós pensamos que está errado é que o voo vendido pelas lojas de venda da SATA possa ter um preço e o voo vendido pelos agentes possa ter outro preço. Se me disserem que dão ao agente a mesma facilidade e que ele não quer negociar, o problema é do agente. **Aí, tudo bem.**

O que está errado é que se dê ao agente determinada margem e a loja de venda da SATA possa ultrapassar todas as margens possíveis e imaginárias.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Independentemente de um esclarecimento mais profundo de toda a intervenção, que o farei com muito gosto quando a tiver por escrito, gostaria de esclarecer aqui alguns dos pontos que ouvi.

Reparem: a SATA gere os voos inter-ilhas. Existe uma série de ligações inter-ilhas que eu não domino, portanto, não me pode ser pedido que saiba exactamente o que é que está a ocorrer na SATA, com todo o detalhe e minúcia.

O Sr. Deputado traz aqui um caso pontual que por acaso não sei.

Em relação ao Corvo existem duas tripulações para o Dornier. Naquele fim-de-semana, porque eu também me envolvi neste processo, uma tripulação estava de férias. Depois de 5 dias de trabalho, eles têm direito a 48 horas de descanso. Se eles fizessem o voo ao Sábado, na Segunda-Feira não poderiam efectuar o voo. São regras da IATA, não havia outra volta a dar.

O Sr. Deputado pode dizer que poderia haver uma terceira tripulação, mas nós só podemos comportar duas tripulações para um serviço específico, como é o Corvo.

Naquele momento uma delas estava em férias e a outra já tinha cumprido o seu horário. Foi isso que me foi dito na SATA Air Açores.

No Sábado, previa-se mau tempo.

Em relação aos *flight-cupons*, vamos ser claros. Neste novo concurso nós conseguimos que os residentes ficassem salvaguardados em todas as suas circunstâncias, ou seja, uma pessoa que esteja no Corvo, nas Flores, que tenha

que tomar mais que um avião, pode ser dado a possibilidade de mais um *flight-cupon*.

É preciso perceber que o serviço público está dirigido para os residentes dos Açores. Para quem não é residente nos Açores, há uma certa resistência do Governo da República, porque não está disponível para pagar o turismo. Em relação ao turismo nós temos que conversar de uma forma muito serena com o Governo da República.

No concurso anterior tínhamos três *flight-cupons* que permitiam todo este processo, mas em 95% dos casos, os dois *flight-cupons*, eram suficientes.

Com a quantidade de dinheiro que nós tínhamos disponível para os Açores, das duas uma: ou se aumentava as passagens mais do que foram aumentadas ou reduzia-se alguma coisa. Preferiu-se reduzir os dois *flight-cupons*.

É evidente que quem vem aos Açores e que não é residente cá, pode escolher sempre o dia que pode ir às Flores, na altura que pode fazer essa ligação, sem pagar mais nada.

O agente que lhe vende o bilhete com certeza que dirá que no dia tal pagará mais 15 contos, mas em tal dia não paga mais nada.

Nós não podemos ter tudo. Eu gostaria de ter passagens mais baratas, ter sete *flight-cupons* para as pessoas andarem à volta dos Açores, visitando todas as ilhas, só que o dinheiro é escasso e será sempre escasso.

Nós temos que gerir muito bem o nosso desenvolvimento económico que passa pela manutenção de regalias para todas as ilhas dos Açores, isto é, direitos iguais para todos os residentes, mas também temos que gerir o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas.

Eu sei que o turismo é fundamental para um desenvolvimento harmónico. Eu sei que todos os turistas têm tendência em visitar todas as ilhas. Visitar Flores também é importante para nós, mas não podíamos aguentar aquela gratificação que se baseava basicamente no problema do turismo.

Em relação aos descontos especiais que a SATA faz, devo dizer que esta é a regra de ouro. A SATA pratica sempre o mesmo tarifário que praticam os agentes de viagens, por isso é que dá 7% de Comissão às agências de viagem. Certamente que faz descontos especiais, em grande quantidade, para os turistas, não 15% mas 20%, quando são grandes operadores que entram no mercado.

Eu não sei do que é que o Sr. Deputado está aqui a falar, mas trata-se de algo que eu poderei analisar com mais detalhe.

O que é certo é que as Câmaras de Comércio estão extremamente atentas. Elas têm tido bastas reuniões em relação a isso e, neste momento, não vejo qualquer reclamação.

Na última Quarta-feira, eu tive uma reunião com a Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, com agentes de viagem e com a mesa de turismo de Angra do Heroísmo e não me foi colocado qualquer problema em relação à venda de bilhetes ou à concorrência desleal que os postos de venda da SATA estão a fazer nas diversas ilhas dos Açores ou no Continente.

Muito obrigado.

Presidente: Informo a bancada do Governo que já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira coisa que me ocorre dizer na sequência de todo o debate que aconteceu durante esta manhã é que é verdade que, felizmente, as Ilhas das Flores e do Corvo não são sísmicas, porque se situam noutra placa. Mas, como sabem, temos outros problemas, sendo um deles a distância, o isolamento e concomitantemente a questão das acessibilidades.

Se isto é verdade, manda também a verdade que se diga, que se houve sector nesta Região que nos últimos anos se verificou uma evolução positiva e

assinalável, foi sem dúvida alguma o sector dos transportes, mesmo no Grupo Ocidental.

Não vou relembrar tudo, mas posso referir, por exemplo, em relação à Ilha das Flores, o alargamento dos voos ao Sábado e o alargamento do voo ao Domingo, sendo este último apenas no período de Verão, que já ninguém se lembra, mas foi no tempo dos Governos Socialistas que se iniciaram essas viagens.

Relativamente ao transporte marítimo, tivemos o abaixamento das tarifas e não me vou alongar muito mais.

Está tudo feito? Certamente que não. Não estamos satisfeitos, mas a insatisfação é parte integrante da natureza humana.

É possível fazer sempre mais, fazer melhor e o próprio Governo Regional assumiu o compromisso, numa das últimas visitas às Flores, de continuar a pugnar e a trabalhar para o alargamento de uma melhoria sustentada da qualidade do transporte para a Ilhas das Flores, nomeadamente o transporte aéreo, que obviamente tem aqui uma componente essencial.

A questão que se coloca – o Sr. Secretário de alguma forma já a respondeu – Sr. Deputado Paulo Valadão, é que em nenhuma parte do mundo, que eu conheça, as coisas funcionam como o Sr. Deputado as quer colocar.

Não são os transportes que se adaptam à vontade, em última instância, individual. Eu não gosto sair de manhã, gostaria que todos os voos fossem a partir das 5 da tarde. Muitas vezes tenho que me levantar às 6 e às 7 da manhã para apanhar o avião. Vou ao horário, vejo as minhas necessidades e adapto-me aos horários que estão em vigor. Isto é válido nos Açores, em Portugal e penso que na China.

Temos uma disponibilidade para os aviões, para os *cupons*, para os barcos, para o ferry, para tudo.

Nós temos que nos adaptar aos transportes que existem e os horários são criados em função dos fluxos, não de uma intenção ou de uma vontade

individual, porque nem nos países ricos isso acontece. Numa região pobre como a nossa, muito mais difícil será isso acontecer.

Isto leva-me a colocar uma questão muito concreta: o Sr. Deputado dispõe neste momento de elementos, de números – sinceramente, eu não disponho – que estejam em contradição com aquilo que o Governo se comprometeu (o alargamento sustentado do transporte aéreo para as Flores, o horário deste ano não tem redução, no caso do Domingo e do Sábado mantém-se, noutros dias há um ligeiro reforço de voos)...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Eu já concluo.

... quer em termos do passado histórico, quer em termos da projecção para o próximo ano, e que indiquem que os voos previstos para as Flores são insuficientes e não dão resposta cabal às necessidades da Ilha?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Tenho imensa pena que o senhor não tenha tempo para me poder responder.

Eu tenho aqui um documento da sua Secretaria que diz:

“A integração do Dornier 228 na frota da SATA deveu-se fundamentalmente às condições altamente restritivas da operação na Ilha do Corvo”.

O Dornier voa para o Corvo às Segundas, Quartas e Sextas. Cancelou na Sexta e passou automaticamente para a Segunda, quando devia ter sido repostado para o Sábado.

Compreendo perfeitamente quando o Sr. Secretário diz que necessitava de mais uma tripulação – como é evidente isto traz custos – porque havia uma de férias.

Se a tripulação não voou na Sexta-feira para o Corvo, deveria ter voado no Sábado.

Eu sei de fonte segura que era passada uma autorização especial e que a tripulação podia voar para o Corvo.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Ela esteve lá à disposição e não pôde voar!

O Orador: O que aconteceu foi diferente, Sr. Secretário. A SATA precisou dessa tripulação para voar na Sexta-feira, não para o Corvo, mas para outra ilha, usaram as horas e no Sábado já não podiam voar.

A Administração da SATA devia ter tido a atenção de fazer com essa tripulação não preenchesse as horas na Sexta-feira, para no Sábado estar disponível para voar para a Ilha do Corvo

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou intervir tendo em atenção que o Sr. Secretário não poderá responder.

No entanto, perante as questões colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Herberto, tenho alguma coisa a dizer e gostaria também de referir algo em relação ao Corvo.

Desde há muitos anos, desde a altura em que sou Deputado Regional, nesta tribuna, tenho lutado para que o transporte aéreo melhore nas Flores.

Temos que reconhecer que o salto entre aquilo que havia há uma dúzia de anos e aquilo que há hoje, é substancial.

Há handicaps que ainda existem e há aspectos de pormenor que pioraram.

Penso que pelo meu interesse, pelo seu e de todos aqueles que vivem o problema do isolamento e da distância das Flores, temos que pensar seriamente, por um lado, nas melhorias e, por outro lado, em não se retroceder em relação a alguns aspectos.

Em relação a melhorias, no caso do voo ao Domingo, eu penso que foi importante há 3 ou 4 anos termos conseguido pela primeira vez o voo ao Domingo. Como o senhor sabe, o voo ao Domingo, ainda o ano passado, durante dois meses, foi um êxito.

Era de esperar que se alargasse o tempo do voo ao Domingo para que esse êxito não se resumisse a dois meses, mas que pudesse ser alargado no sentido de podermos ter voos todos os dias.

Desde 75 ou 76 que a SATA viaja para as Flores. O primeiro voo programado para as Flores foi um voo, através do antigo avião da SATA, o Avro, que fazia São Miguel, Terceira, Horta, Flores.

Desde há 27 ou 28 anos, que os florentinos há Quarta-feira podem deslocar-se para o Faial, para a Terceira e para São Miguel.

Hoje, um florentino se tem necessidade de ir à Quarta-feira para a Terceira tem que ir das Flores para São Miguel e de São Miguel para a Terceira.

Nós consideramos que é possível programar melhor.

Se a SATA atendesse a isto e nos dias que nós só temos ligações para o Faial ou para a Terceira, via outra ilha, o preço fosse o mesmo, eu até aceitaria. Agora é impensável que se eu quiser ir à Quarta-feira para Terceira, tenha que ir por São Miguel e tenha que pagar São Miguel/Terceira.

Eu não admito nem aceito que um indivíduo qualquer, um turista vindo do Continente, que pague a sua viagem turística para ir do Continente para qualquer ilha e regressar, se for às Flores, esse regresso, essencialmente feito à Quinta-feira, que é o dia que nós estamos a falar hoje – há pessoas que, como todos nós sabemos, não podem ir à Quarta ou à Sexta, em vez de ir à Quinta-Feira, – por imperiosa necessidade da SATA, no uso do seu próprio aparelho, tenha que pagar mais 15 mil escudos.

Eu penso que esta regulamentação tem que ser feita indo ao encontro daquilo que é justo.

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

O Orador: **Sr. Presidente, eu já termino.**

Se o passageiro, por culpa da SATA, pára, penso que este problema pode e deve ser resolvido.

Em relação à programação havia muito que dizer. Há que melhorar muito a programação.

Em relação aos problemas do Dornier, há muito que fazer, porque o Dornier não está servindo as Flores, não está servindo o Corvo como devia servir e no seu serviço ao Corvo poderia contribuir com uma maior ligação entre o Corvo e as Flores e não serve.

Desta maneira, com voos do Dornier só à Segunda e Sexta-Feira, ligando o Corvo e as Flores, é muito pouco, mas sobre esta matéria ainda voltarei a falar.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.**

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Algumas das questões aqui levantadas pelo Sr. Deputado José Manuel Nunes, foram objecto do requerimento apresentado ao Governo, na passada Terça-Feira, pelo Partido Popular. Pela sua pertinência, mereciam uma outra posição da parte do Governo, nomeadamente do Sr. Secretário Regional da Economia no que respeita à questão que envolveu e que vem envolvendo uma certa prática da SATA Air Açores, relativamente à não reposição de voos extra sempre que surgem situações de cancelamento.

O Sr. Secretário, nesta matéria, remeteu-se para uma justificação perfeitamente técnico-laboral.

É preciso ter consciência – e repiso isso – que relativamente à Ilha do Corvo, perante o cancelamento do voo da Sexta-Feira, se se remeter todos os passageiros para o voo normal seguinte, ele só se realiza na Segunda-Feira. A

ilha em apreço fica sem ligações aéreas de Quarta a Segunda, como já foi enfatizado.

Nós compreendemos que sob o ponto de vista operacional isto possa gerar uma perturbação na gestão da empresa. Não é isso que está em causa. Mas no caso concreto do Corvo, Sr. Secretário, não me parece difícil compreender, que tem que ser tratado de forma especial, porque é uma ilha que está penalizada por não ter voos diários.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Deputado, foi a título excepcional.

Se não tivesse a outra tripulação de férias, teria voado no Sábado!

O Orador: Interpretando a afirmação feita pelo Sr. Secretário, foi a título excepcional que não ocorreu esse voo de substituição.

A preocupação legítima dos corvinos, V. Exa. compreende e todos nós, é de que isso não se transforme em regra.

Um caso excepcional, será sempre um caso excepcional.

Para nossa satisfação, ficamos todos com a garantia de que no caso do Corvo também se manterá as reposições dos voos no dia seguinte, ou logo que seja tecnicamente possível.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos à hora regimental nos termos acordados na Conferência.

Tenho dois deputados inscritos para esclarecimentos, mas em bom rigor não lhes posso dar a palavra.

Estão interrompidos os nossos trabalhos.

Retomamos às 15 horas.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: **Boa tarde, Srs. Deputados.**

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

Em nome da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, “In the name of Azorean Parliament”, queria cumprimentar um grupo de 8 alunos da Bishop Connely High School of the Fall River, acompanhados do seu Director, Professor Anthony Nunes, da Sra. Professora Elisabete Simões e também acompanhados dos Professores Ilda Fraião e Paulo Taveira da Escola Dr. Manuel de Arriaga da Horta.

Bem-vindos à Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(Aplausos da Câmara)

Vamos dar início ao Período da Ordem do Dia.

O primeiro ponto refere-se à Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Sistema Regional de Planeamento dos Açores (SIRPA)”.

Para apresentar do diploma, tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus *(Carlos Corvelo)*:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que institui na Região Autónoma dos Açores o Sistema Regional de Planeamento, visa propor formalmente a substituição do DLR 12/91/A, de 26 de Agosto, incorrectamente designado por Orgânica Regional de Planeamento, assim como as alterações posteriormente

aprovadas no DLR 1/2001/A, de 13 de Janeiro, que dizia respeito a certos prazos para apresentação do Plano a Médio Prazo, adequando-as ao estabelecido no artigo 14º da Lei Quadro de Planeamento (Lei 43/91 de 27 de Julho).

A proposta agora em apreciação foi objecto de uma análise cuidadosa por parte do Governo Regional, foi debatida e analisada pelo Conselho Regional de Concertação Social em 3 de Dezembro de 2001 e discutida no âmbito da Comissão Permanente de Economia desta Assembleia, em 6 de Fevereiro de 2002, suportando algumas alterações propostas pela Comissão, tendo assim cumprido todos os trâmites para que a sua apreciação e aprovação em plenário seja hoje possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta não representa, contudo, apenas um esforço de adequação do Sistema de Planeamento da Região à legislação em vigor, à orgânica do Governo Regional ou ao papel que actores tão importantes como o Conselho Regional de Concertação Social e os Conselhos de Ilha desempenham no quadro do desenvolvimento económico e social da Região.

Esta proposta pretende bastante mais do que isso.

Em primeiro lugar, visa uma melhor adequação do Sistema de Planeamento e dos instrumentos que o suportam à evolução da economia global designadamente atendendo ao grau de abertura da economia regional e à multiplicidade de influências exógenas que ela suporta.

O comportamento das economias mudou, o processo económico torna-se mais complexo e é cada vez mais difícil prever os movimentos cíclicos do sistema face aos efeitos da globalização e da evolução das tecnologias da informação. Nesse sentido torna-se imperioso flexibilizar os mecanismos e instrumentos da programação material e financeira do Sistema de Planeamento por forma a permitir a sua melhor adequação à realidade que os condiciona.

Em segundo lugar, há que procurar uma melhor compatibilização do sistema de financiamento do plano com as limitações orçamentais que, conjuntural ou estruturalmente afectam de forma indirecta a nossa economia, com os sistemas comunitários de co-financiamento proporcionado pela União Europeia (créditos que

dispomos num prazo alargado) e associados muitas vezes a necessidades de intervenção que se evidenciam urgentes e aleatórias ao longo do tempo (e na Região temos tido bastas oportunidades de verificar essa reafecção de fundos a certas intervenções) e com instrumentos financeiros que evoluem de acordo com os processos negociais possíveis de se desenvolverem ao longo do tempo, como seja o caso da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Em terceiro lugar, este quadro de incerteza que caracteriza a economia mundial, que se manifestou ao longo dos últimos anos, levou ao desenvolvimento de um conjunto de instrumentos diversificados e complementares do sistema, objecto desta proposta de decreto, mas que ela deverá integrar, designadamente quando falamos no Médio Prazo. Neste caso, consideramos essencial a utilização de alguns instrumentos de análise prospectiva associados à elaboração de cenários e à percepção da dinâmica de relacionamento dos diferentes actores económicos e sociais, a avaliação ex-ante que é necessária concretizar para termos uma leitura correcta da consistência interna do sistema de planeamento e da coerência externa dos planos regionais e a avaliação global dos impactos produzidos no sistema económico regional e decorrentes do investimento público sectorial então concretizado, o que pressupõe a elaboração de quadros input, output, de entradas e saídas, em que possamos fazer uma avaliação concreta das políticas sectoriais e do seu impacto global na economia.

Nesse sentido houve que introduzir algumas alterações nas três grandes componentes que constituem o SIRPA.

Em primeiro lugar, as Orientações de Médio Prazo que visam substituir o PMP. A alteração nesta designação está associada à necessidade de dar uma maior flexibilidade a essas orientações, por forma a que a sua adequação, em cada momento, à realidade e a sua actualização, sejam condizentes com a realidade que nos condiciona.

Assim, a nossa proposta vai no sentido do Conteúdo das Orientações de Médio Prazo integrarem um diagnóstico prospectivo da situação – o que significa a capacidade de se elaborar alguns cenários face a possíveis alternativas de comportamento das variáveis macro-económicas e das variáveis económicas do sistema – a parametrização da política de desenvolvimento económico e social

integrando uma estratégia global associada a grandes objectivos que decorrem do programa do Governo aprovado em cada legislatura, uma estratégia sectorial associada a programas que irão desenvolver ao longo da legislatura, a projecção financeira quantificada, quanto possível rigorosa ao longo dos 4 anos por grandes objectivos e uma avaliação ex-ante constante dessas orientações que permitirão, como eu já disse, verificar a consistência interna do Plano e a sua coerência com as variáveis exógenas do sistema.

Em segundo lugar, o Plano Regional Anual, manterá a mesma configuração do Plano Regional actual, em termos de pormenorização de acções, em termos de dispersão sectorial e territorial das intervenções e contemplando as outras componentes do investimento público, seja dos fundos autónomos, das empresas públicas e das autarquias locais, designadamente no que respeita à cooperação que as autarquias têm com o Governo Regional.

Finalmente, a terceira grande componente do sistema está associada ao sistema de acompanhamento e de controlo dos Planos, das Orientações e do Plano Anual, que são consubstanciados em relatórios trimestrais de execução financeira e no relatório anual de execução material e financeira relativo aos Planos Anuais e a um relatório proposto pela própria Comissão Permanente que faça uma avaliação final das Orientações de Médio Prazo.

O sistema tem como “chapéu de chuva” um conjunto de princípios subjacentes a todas estas questões que estão associados:

Orientações de Política Governamental, consubstanciada no Programa do Governo aprovado nesta Assembleia;

Disciplina Orçamental, que integra o peso relativo do Plano de investimentos no âmbito do Orçamento Regional e a sua articulação com componentes de funcionamento desse orçamento;

Supletividade Público-Privada, em que se procurará, em cada Plano Regional e nas Orientações de Médio Prazo, integrar todo o apoio possível a conceder à iniciativa privada e a permitir aos parceiros privados e às associações empresariais terem uma ideia dos limites da sua intervenção no processo de desenvolvimento que pretendemos;

Participação Social, consubstanciada, desde o início, através dos órgãos instituídos e através de todas as audições que sejam necessárias fazer no âmbito desses programas;

Compatibilização com instrumentos comunitários, que são um elemento fundamental do financiamento do Plano de Investimento, instrumentos comunitários e outros instrumentos de carácter nacional que vêm consubstanciados na Lei das Finanças das Regiões Autónomas e que são créditos garantidos para a consecução do Plano;

Execução descentralizada, quer a nível sectorial, quer a nível territorial, dada a complexidade que este último nível implica no âmbito do sistema de planeamento.

O diploma contempla também as componentes orgânicas do Plano, ou as entidades que organicamente intervêm no sistema de planeamento a nível político, técnico e consultivo.

No primeiro caso, a nível político, cuja competência da sua aprovação é por decreto legislativo, esta Assembleia tem a responsabilidade máxima. Ao Governo, compete elaborar e propor à Assembleia a aprovação do Plano.

No segundo caso, à Comissão Técnica de Planeamento que é um órgão de apoio técnico ao nível das diferentes secretarias governamentais para a elaboração do Plano, e à DREPA, que é a quem compete elaborar os documentos e adequá-los às propostas de emenda que vierem a ser aprovadas

No terceiro caso e na perspectiva dos órgãos consultivos do Plano, desde o início do processo, temos envolvidos o Conselho Regional de Concertação Social e os Conselhos de Ilha, cujos prazos de parecer foram alargados, a sua participação foi intensificada designadamente através das reuniões que acharem por bem fazer, ou pelo menos duas reuniões com esses órgãos antes do Plano ser apresentado a esta Assembleia. Isso reflecte de alguma forma a nossa preocupação em tornar essa preocupação mais alargada.

A proposta de Decreto Legislativo Regional procura ainda contemplar de uma forma algo diversa e mais esclarecedora a necessidade de responder a alterações que sejam necessárias fazer no Plano.

As alterações referentes às transferências de verba de programa para programa que sejam necessárias introduzir por factores alienatórios ou por outros que surjam, continuarão a competir à Assembleia Legislativa Regional.

As transferências de verbas entre projectos serão da competência do Conselho do Governo. Será o Conselho do Governo a responsabilizar-se por essas transferências, de projecto a projecto, enquanto que a reafecção de verbas entre acções, continuará na competência dos membros do governo por elas responsáveis sempre com conhecimento quer do Conselho do Governo, quer desta Assembleia, sempre que o pretenda saber.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que agora trazemos à vossa consideração não é mais do que uma outra iniciativa do Governo Regional no sentido de caminharmos, nos tempos de incerteza que vivemos, para uma maior transparência, um maior rigor e uma mais alargada participação dos actores económicos e sociais no processo de desenvolvimento sustentado que os governos do Partido Socialista têm intransigentemente defendido para a Região Autónoma dos Açores

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PP e dos Membros do Governo)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.**

Deputado Dionísio Sousa *(PS)*: **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Algumas breves e leves considerações neste debate sobre o diploma relativo ao Sistema de Planeamento Regional. Eu gostaria de fazer essas considerações à volta de um resumo de princípios que enformam e conformam este diploma, na generalidade, e que eu poderia tentar resumir em 4 conceitos, em 4 palavras.

Com este diploma propõe-se um sistema de planeamento flexível e democrático. São 4 termos (2 substantivos e 2 adjectivos) que resumem os princípios que estão na base e na raiz deste diploma.

Em primeiro lugar, um sistema, como foi referido pelo Sr. Secretário, está no título do próprio diploma e na designação do próprio instrumento de planeamento regional, que contrasta com a simples designação de orgânica do anterior diploma que não correspondia ao seu conteúdo. O conteúdo do anterior diploma já era o conteúdo de um sistema como tem que ser todo o planeamento, ou seja, um conjunto de vários elementos articulados para uma determinada finalidade, o que pressupõe fins, opções, meios operacionais, níveis diferentes de actuação, acções de orientação, de coordenação e de compatibilização, princípios, aspectos globais e sectoriais, diferentes fases desde a preparação até à execução e à avaliação final.

São esses diferentes aspectos que, concatenados uns com os outros, definem um sistema e não apenas a orgânica. A orgânica é apenas um elemento deste sistema e deste conjunto.

Salientaria alguns desses elementos – evidentemente estavam no planeamento anterior e no diploma anterior – não só o enunciado e a explicitação dos princípios que foram aqui referidos pelo Sr. Subsecretário e que estão num dos artigos que iremos apreciar e votar daqui a pouco.

Para além do aspecto de planeamento prospectivo, salientaria o aspecto de avaliação, que foi bem referido pelo Sr. Secretário, e que permite uma análise anterior e interna ao próprio documento que, conjugando os seus diferentes aspectos e conteúdos, quer no Plano a Médio, quer no Plano Anual, permite avaliar a sua conformidade eterna e sua coerência global.

Outro aspecto seria o do planeamento flexível. Aqui há um avanço. Todos nós sabemos que o planeamento é uma herança da segunda metade do século passado e que se prolonga no presente. Alguns técnicos comparam o plenamente a uma norma jurídica, ou seja, pretendendo pelo menos a sua

realização plena, na herança de um Estado intervencionista que caracteriza a forma dos Estados Modernos que abrangeram, durante muito tempo, cada vez mais sectores, cada vez mais a produção de bens e serviços ou pelo menos a regulação desses bens e serviços.

É esta tentativa de superar a espontaneidade do mercado e passar do mercado à norma, passar – usando a terminologia francesa consagrada – do *laissez faire* ao *faire aller*, da espontaneidade das puras forças do mercado, à orientação e racionalização desse mesmo mercado para finalidades e opções que se fazem para um futuro mais ou menos longo ou mais ou menos próximo (ou anual ou de 4 anos).

Essa orientação pode assumir contornos diferentes, pode pecar por dois defeitos ou por excesso de flexibilidade – isso torna o Plano juridicamente ineficaz, portanto, se não existe algo que efectivamente seja para concretizar num determinado prazo, quase que o plano pode desaparecer – e é preciso encontrar um meio termo entre esse excesso de flexibilidade que torna o Plano eficaz do ponto de vista jurídico e o excesso de rigidez que torna o Plano ineficaz do ponto de vista económico.

O nosso ponto de conciliação entre essas duas necessidades é o Programa, os Projectos e as Acções. No Programa deve-se fazer o ponto de encontro entre a necessidade de conjugar as exigências da eficácia jurídica com a capacidade do próprio Plano se adaptar à mobilidade social dos factores, à coacção social, financeira, com as restantes componentes não só da política económica, mas das restantes políticas, porque – e aqui volta a comparação com a norma – por sua natureza o planeamento tende a ser exclusivista e expansionista, tende a abranger todos os aspectos e essa abrangência, maior ou menor, pode chegar ao exagero.

Nós tínhamos, na actual situação de elaboração dos Planos, um modelo único de planeamento para o Médio Prazo e para o Plano Anual. Era o mesmo modelo com os Programas, os Projectos, as Acções, a discriminação sectorial e a quantificação.

Com este diploma introduzimos uma nova flexibilidade para o Plano a Médio Prazo. Tecnicamente era possível ir mais longe. A proposta inicial poderia até pensar ir mais longe, mas neste aspecto há que contar com as limitações, nomeadamente estatutárias que nos obrigam a que qualquer planeamento na Região, quer no longo, quer no médio prazo, tenha como ponto de barreira e de separação entre a competência política da Assembleia e do Governo, o Programa.

É por isso que se introduziu, por sugestão da Comissão, esta barreira como separação entre um modelo para o Médio Prazo e um modelo para o Plano Anual, mas há este avanço no sentido da flexibilidade e no sentido da tal adequação entre a eficácia económica do Plano e a obrigatoriedade jurídica e a eficácia política do próprio Plano. Conseguiu-se uma nova fase de equilíbrio, um modelo diferente, ao contrário do que acontecia até agora, entre o planeamento a Médio Prazo que corresponde a essa volatilidade dos factores de influência e à própria dinâmica social. Portanto, uma necessidade de corresponder e de facilitar, quer a responsabilidade política do Governo perante a Assembleia, em termos concretos, quer a eficácia da execução do Plano pelo próprio Governo.

Outro aspecto que já foi salientado e que está na ideia de todos, é o sistema de planeamento flexível e democrático. O termo democrático é não só entendido no sentido de que é uma legitimação feita pelos órgãos legítimos que se pronunciam em nome da sociedade, mas implica um elemento novo, porque esses órgãos políticos (o Estado em geral ou a Região, no caso concreto), já não são os únicos órgãos de definição do interesse geral. Eles sozinhos por si não conseguem definir, não são um lugar único exterior à sociedade em que se define o interesse geral.

Foi mais longe. A herança que nós temos do Estado Social, ou do Estado de Providência, como queiram chamar, é precisamente a união de uma separação que existia antes entre aquilo que era competência única do Estado que definia

o interesse geral por si só e tornava vinculativamente esse interesse como sendo o lugar da definição e o lugar único da realização desse interesse geral.

Hoje, na complexidade da sociedade moderna isso já não acontece. Na definição do interesse geral devem interferir também outras forças, continuando o Estado ou os órgãos de execução política como responsáveis dessa definição última.

Dada a complexidade e dada a interferência de novos factores que estão para além das simples necessidades do mercado, bastará pensar na defesa do ambiente, na saúde, ou na educação, percebe-se que são factores de realização do bem-estar social e do bem-estar individual que não estão sujeitos às forças do mercado, mas que precisam da negociação colectiva que, consoante as áreas em que se faz, recebe nomes diferentes. Se for no domínio do trabalho é negociação colectiva, se é noutros domínios é concertação social. Neste caso é participação adequada na preparação do próprio Plano, através dos conselhos de ilha, através do Conselho de Concertação Social. Daí a designação que eu tentei resumir, os princípios que enformam essa proposta como um sistema de planeamento flexível e democrático nesse sentido moderno, actualizado de democracia que se pode designar por democracia participativa.

Assim, na generalidade, o PS dá a sua concordância a estes princípios que enformam o diploma, porque ele preenche estes dois objectivos que é concretizar aquilo que se exige ao Plano que seja redutor de incertezas, que introduza alguma garantia em relação ao Médio Prazo, em relação ao sentido para que caminha a evolução económica e social, e ao mesmo tempo seja um aperfeiçoamento do Estado de direito.

São estas duas coisas que se reúnem na acção do planeamento e que são o instrumento mais aperfeiçoado da função social do Estado e da democracia, que não é só uma democracia de fins, mas uma democracia de meios em que não só o Estado se obriga ao exercício do poder, mas a garantir as condições de democracia e a influenciar positivamente os meios da própria concretização da democracia.

É este conjunto de princípios que me parece estar expresso neste documento, daí a concordância na generalidade com o mesmo.

Na especialidade voltaremos novamente a fazer uma apreciação.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que estamos a apreciar não representa, como eventualmente poderia parecer, “a descoberta de um novo caminho marítimo para a Índia”.

Basicamente é uma actualização em termos dos instrumentos de planeamento e do seu enquadramento relativamente ao que já tínhamos.

Aliás, a norma habilitante deste documento, que é a Lei Quadro do Planeamento, a Lei 43/91, já ela própria habilitava o anterior Decreto Legislativo Regional 12/91/A, com o qual temos vivido até hoje.

O que está aqui em causa são as alterações de pormenor, algumas não tanto de pormenor quanto isso, mas essencialmente a questão das Orientações de Médio Prazo que, em vez de uma matriz de dupla entrada onde tínhamos não só o desenvolvimento sectorial, mas também uma desagregação espacial, nos indicam qual o caminho, em termos de planeamento, que a Região pretende atingir, quais as opções e quais as estratégias.

A este nível, tão simples quanto isso, mas significativo, temos uma actualização referencial relativamente àquilo que é a evolução natural e normal recente, em relação à estrutura do planeamento.

Já foi falado aqui anteriormente a outros níveis, quando se discutia o Plano a Médio Prazo e noutros casos, que era preciso adequar um pouco este sistema de planeamento até porque na República e noutros países, estão-se a privilegiar cada vez mais as Orientações de Médio Prazo, porque dão as orientações suficientes para a sociedade civil e para os agentes económicos, em relação

àquilo que são estratégias do poder instituído e não condicionam a condições de variabilidade que hoje em dia e cada vez mais são permanentes na evolução do planeamento.

Por isso mesmo o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este diploma na generalidade. Na especialidade, teremos algumas questões para referir quanto a outras questões que neste novo diploma são ligeiramente alteradas.

No que se refere à questão dos prazos, nomeadamente para os pareceres do Conselho de Concertação Social e para os agentes privados, nós concordamos, porque o seu peso e valor que em termos discursivos lhe queremos dar, também tem que ter a sua tradução prática em momentos de planeamento como é este que estamos a preparar.

Há algo também importante que já foi referido aqui em vários debates no passado e que tem a ver com o acompanhamento do planeamento. Aliás, a fiscalização do acompanhamento são processos que fazem parte da própria definição do planeamento.

Nessa medida, o facto de neste diploma, com as alterações que surgiram da Comissão, se prever a apreciação em sede do Parlamento regional dos relatórios, nomeadamente da execução e da avaliação material e financeira do Plano, pensamos que é algo de positivo. Não quer dizer que já não se fizesse hoje em dia com o sistema que tínhamos, bastava uma iniciativa qualquer em termos do período de antes da ordem do dia, ou outra iniciativa parlamentar, mas fica consignado no próprio diploma.

As questões que vamos colocar na especialidade têm a ver, a primeira, com uma questão técnica e meramente linguística, a segunda, com os prazos para esses relatórios de execução serem apresentados e a terceira com a análise neste Parlamento dos relatórios.

De qualquer modo isso será analisado e avaliado na especialidade. Desde já fica muito simplesmente a nossa concordância com este diploma que não vem

descobrir nada de novo, não vem revolucionar nada, mas vem actualizar aquilo que é o Sistema Regional de Planeamento.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria, efusivamente, dar os parabéns ao Sr. Subsecretário pela sua capacidade, aqui revelada, de pegar num diploma – já vi muitos dos seus colegas de Governo, com matérias bem mais importantes, por serem bem mais inovadoras, fazerem aqui apresentações mais ou menos de remissão para o texto e para a evidência dos factos – e num contributo saudável, louvável e inegável, da dignificação desta Assembleia e da assunção plena do direito de iniciativa legislativa, honrando o Parlamento e trazendo ao mais alto patamar da análise parlamentar, conseguiu introduzir o diploma de uma forma, como é natural e decorre da sua formação, técnica e adequada, como se nós 25 anos depois do 25 de Abril, estivéssemos aqui a assistir à introdução do Sistema de Planeamento na Região Autónoma dos Açores. Parabéns sinceros por isso!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra alternativa teria sido V. Exa. optar por uma síntese, abandonando essa sua capacidade filosófica que o caracteriza, distinguindo aquelas matérias, como foi feito pelo Sr. Deputado Duarte Freitas. Todos nós estamos convencidos que elas serão contributos positivos e enriquecedores para o nosso Sistema de Planeamento e para o nosso processo. Tinha sido muito mais rápido e prático, mas talvez muito menos interessante.

O Sr. Subsecretário sabe muito bem – e é um desejo que eu deixo – que um dos órgãos internos fundamentais para o êxito e para o cumprimento de muitas das metas que estão previstas na competência e responsabilidade orgânica do Governo, é o bom funcionamento da Comissão Técnica de Planeamento, que depende sobretudo, e diria quase exclusivamente, da vontade política dos

membros do Governo Regional, do bom funcionamento, da eficácia e da vontade em cumprir e se integrarem nos objectivos e nas metas que estão aqui previstas.

Infelizmente, ao longo dos anos parece ser histórica a dificuldade, talvez até pela grandiosidade de alguns departamentos do Governo em matérias, por exemplo, do Plano – não acredito que seja por falta de boa vontade – de colaborar com esse importante sistema e instrumento de acção governativa e de apreciação pública. Faço votos que, em resultado dessa mexidela, haja um crescente empenho de todos os membros do Governo para que as tarefas do planeamento tenham êxito e funcionem o melhor possível.

Como o Sr. Subsecretário sabe, em matéria dos documentos de execução e da sua divulgação, não se tem conseguido grandes avanços em matéria de prazos.

Nós próprios, Parlamento, constamos limitações sérias. Acho que todos gostariam que os documentos de acompanhamento de execução fossem entregues atempadamente, até para nos possibilitar sermos mais interventivos nesta Casa.

Muitas vezes, surgem aqui relatórios – e estou a lembrar-me do Sr. Deputado Francisco Oliveira que nos preza todos os anos com um relatório excelente que obtém junto dos Serviços de Desenvolvimento Agrário Regional e traz com grande fervor e benefício para todos nós – que devem entrar no Sistema de Planeamento, mas nós temos sempre acesso a eles pela voz do nosso colega.

É pena que não haja no Grupo Parlamentar do PS um deputado afecto a cada Direcção Regional. Se houvesse um deputado afecto a cada Direcção Regional, nós dispensaríamos, em, certa medida, alguns dos instrumentos que V. Exa., filosoficamente, aqui muito bem apresentou. É um apelo que eu faço. Se cada Deputado do Grupo Parlamentar do PS trazer os documentos, ficamos conhecedores dessa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós vamos votar favoravelmente com muito gosto essa alteração.

Evidentemente é fundamental, ao contrário do que outros desejariam, acautelar que mesmo no documento de planeamento de Médio Prazo, as competências desta Assembleia sejam devidamente salvaguardadas.

Aí, parece-me que não é preciso teorizar muito a matéria. Caso contrário, não se tem em conta a nossa pequenez. No fundo é isso, há sempre uma tentação de aproximar muito mais a nossa realidade, da realidade nacional.

Em matéria de planeamento temos que ter a noção se estamos mais próximos do Estado ou mais próximos das autarquias. Isto sem complexo. A nossa relação com a realidade está ao nível do Estado, das grandes opções ou está ao nível de uma autarquia.

No nosso entendimento, sem prejuízo da dignidade própria, nós estamos saudavelmente mais próximos da autarquia, sob esse ponto de vista, com a competência própria do Parlamento e com a legitimidade que ele tem. Por isso é que nós conhecemos as ruas pelos seus nomes, por isso mesmo é que alguns companheiros nossos se indignam porque às vezes entramos aqui numa discussão de âmbito municipal.

Às vezes há a tentação de dizer que isso é um problema da Serreta ou da Ribeira do Nabo.

A nossa realidade positiva é essa, é o que se ouve aqui no período de antes da ordem do dia, é o que se fez hoje sobre a reconstrução. É isso que nos caracteriza positivamente, sem complexos, sem prejuízo da elevação que muitas vezes é preciso trazer e que é trazida por todos.

Aí, nós temos ideias muito claras sobre essa matéria, há muitos anos e entendemos que deve ser visto assim.

O Governo não pode querer elevar as matérias quando quer tirar competências da Assembleia e diz que agora discutimos só as grandes opções porque não se querem amarrar ao nível dos programas, porque historicamente há sempre o combate entre o interesse governamental e o interesse parlamentar.

Noutros aspectos até contribui para a análise paroquial, porque ele próprio é um governo paroquial. Se nós somos deputados com alguma componente paroquial, eles que são o nosso Governo, também têm essa componente paroquial e trazem-na a esta Casa.

Sob esse ponto de vista, acho que é preciso assumir isso sem complexos.

Estamos de acordo e achamos que a redacção e o contributo que a Comissão dá também é positiva, na medida em que garante que as competências deste Parlamento estão salvaguardadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois da apresentação do Sr. Subsecretário, das breves e leves considerações do Sr. Deputado Dionísio Sousa, das sintéticas declarações do Sr. Deputado Duarte Freitas e das polifacetadas declarações do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, a mim resta-me uma breve declaração sobre esta matéria.

Gostaria de fazer uma observação prévia.

Este documento não é a “descoberta do caminho marítimo para a Índia” no planeamento.

O Cabo das Tormentas, no planeamento regional, foi passado em 1988 quando o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional a orgânica que até àquele momento vigorava e que impunha que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores apenas aprovava, na generalidade, sem propostas de alteração, sem qualquer possibilidade de modificação, o orçamento e o plano.

Foi declarado inconstitucional em função de um pedido de verificação da inconstitucionalidade, um pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da

República. O Cabo das Tormentas do Planeamento Regional foi passado nessa altura e nesse ano.

Depois, as coisas evoluíram. A partir de 89 houve várias legislações com modificações e aperfeiçoamentos.

Quanto ao que está agora em discussão queria apenas dizer que o trabalho que a Comissão fez sobre este documento foi interessante, importante e rigoroso, porque não só melhorou o documento formalmente, mas melhorou-o substancialmente em relação à versão inicial apresentada pelo Governo, nomeadamente num aspecto que já foi aqui salientado que é o da preservação das competências da Assembleia Legislativa Regional, da manutenção das Opções de Médio Prazo, do nível de programa tal qual o Estatuto da Região Autónoma dos Açores obriga, como competência própria desta Assembleia.

Posto isto, pouco mais há acrescentar.

Queria apenas informar que o Grupo Parlamentar do PCP aprova o documento e acompanha as propostas da Comissão na especialidade.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que nos congratulamos, embora não “descobrimo o caminho marítimo para a Índia”, mas sabendo que o caminho marítimo para a Índia foi estratégico historicamente para o Império, ao ouvirmos que todos os grupos parlamentares aprovam este documento da iniciativa do VIII Governo Regional.

Foi também congratulante o trabalho da Comissão e, ao estar presente na Comissão Permanente de Economia e ao debater no âmbito dessa Comissão o documento em pormenor, permitiu à mesma fazer uma excelente proposta e um

conjunto de alterações com as quais estamos de acordo, porque nunca foi nossa intenção, nem de longe nem de perto, diminuir ou condicionar de qualquer forma o papel que a Assembleia Legislativa Regional tem no processo de planeamento.

Gostaria também de dizer que a dignificação da Comissão Técnica de Planeamento sempre foi nossa preocupação e minha pessoalmente. Quando fui convidado a assumir as funções de Director Regional de Estudos e Planeamento deparei-me com a situação de que a Comissão Técnica de Planeamento já não funcionava há mais de 8 anos. A partir desse momento ela passou a funcionar regularmente com representantes da Administração Pública Regional, na procura de um empenhamento, cada vez mais aprofundado da Administração Pública no seu conjunto, na elaboração destes documentos.

Gostaria também de fazer uma breve referência às intervenções dos Srs. Deputados Duarte Freitas e Alvarino Pinheiro relativamente aos prazos de apresentação dos relatórios.

Há uma questão que é fundamental na Administração Pública Regional, de uma maneira geral, e na Direcção Regional de Estudos e Planeamento, que é a limitação de recursos humanos que temos para conseguir abranger uma tão impressionante lista de funções que temos, desde a gestão dos fundos estruturais até à actividade de planeamento.

Só o Instituto de Gestão de Fundos Comunitários na Madeira tem 17 técnicos superiores, a Direcção Regional de Estudos e Planeamento tem 4 técnicos superiores. Tem funções de planeamento e tem funções de gestão dos fundos estruturais.

É uma intensidade de trabalhos, excepcionalmente grande que, face às limitações orçamentais, nós temos que gerir com muita cautela.

Esse facto implica também que muitas vezes, e embora nunca fugindo à responsabilidade e ao cumprimento do que está legalmente definido,

procuremos sempre, dentro das nossas limitações, cumprir todos os prazos que sejam estabelecidos no âmbito desta Assembleia.

A partir daí cumpre-me reconhecer que a vossa aceitação e aprovação deste diploma é o reconhecimento e a dignificação da função de planeamento e do papel importante e decisivo que o planeamento significa, numa Região dispersa como a nossa, em termos do desenvolvimento sustentado que temos vindo sempre a propor e a defender, muitas vezes dificilmente ultrapassando barreiras

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos proceder à votação do diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Para este debate é preciso considerar as propostas de alteração e de eliminação, entre outras, que vieram da Comissão de Economia e que foram subscritas pelo Partido Socialista, conforme documento que já fizeram chegar à Mesa. Também temos propostas do PSD que a seu tempo serão anunciadas.

Vamos iniciar o debate na especialidade pelo artigo 1º.

Para este artigo existe uma proposta de alteração oriunda da Comissão subscrita pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma explicação breve sobre o objectivo da alteração em Comissão que pretende densificar o conteúdo deste primeiro artigo não o reduzindo apenas à designação de Sistema de Planeamento Regional, mas acrescentando o próprio

conteúdo, enquanto conjunto de instrumentos e indicando as suas diferentes fases.

Esse é o objectivo da proposta de alteração, o que significa incorporar no artigo 1º o nº 2 do artigo 2º.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.**

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Nestes últimos tempos tem sido prática as propostas de Decreto Legislativo Regional do Governo serem reformuladas com intensidade inusitada pelas diversas Comissões Permanentes, onde são respectivamente analisadas, mas muito em particular pela Comissão de Economia, presidida pelo Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Devo dizer que em algumas circunstâncias achei pertinente e de melhorias significativas estas propostas de alteração vindas da Comissão, noutros casos já critiquei.

Por exemplo, no que diz respeito ao que ficou designado como FUNDOPESCA, tendo o articulado sofrido alterações meritórias, a Comissão cometeu um erro, sob o ponto de vista da técnica legislativa e de duvidosa constitucionalidade, ao republicar e considerar as adaptações de uma Lei Geral da República como se de alterações se tratassem.

Foram estas as críticas que fiz às Propostas de Decreto Legislativo Regional, oriundas do Governo Regional com muitas deficiências sob o ponto de vista técnico e até substantivo.

Desta vez parece-me que houve aqui um nítido esforço de melhoria substantiva, mas com alguns erros, na minha perspectiva, de técnica e didáctica legislativa.

Ao contrário do que diz o Sr. Deputado Dionísio Sousa, a minha opinião é que a solução do artigo 1º na proposta de decreto legislativo, está bem melhor do que

a proposta apresentada pela Comissão, porque tratando-se do objecto, não se deve confundir com a sua definição.

Aliás, se reparar, Sr. Deputado Dionísio Sousa, em termos de apresentação didáctica, fica o artigo 1º com o objecto e o artigo 2º com os objectivos, quando na verdade o próprio conteúdo do artigo 1º proposto pela Comissão mistura o objecto, como estava na proposta inicial, e acrescenta-lhe a definição que não tem nada a ver com o objecto.

Só por esta razão de apresentação didáctica e técnico-legislativa, o PSD vai abster-se.

Mas esta minha intervenção parece-me ter pertinência tendo em conta esta reflexão que importa ter na Assembleia Legislativa Regional, que é a de saber se devemos ou não aprofundar uma preocupação técnico-legislativa comum, que potencie uma reflexão sobre como devemos apresentar os nossos diplomas para redacção final.

Também estou convencido que a técnica que a Comissão apresenta nas alterações que propõe não é a melhor para facilitar a vida ao Sr. Presidente da Assembleia na votação.

É esta a minha preocupação, um contributo modesto que quero dar aproveitando, na minha opinião, esta deficiente técnica legislativa que agora a Comissão apresenta, não melhorando assim aquilo que vinha na proposta do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não me referindo às críticas que excedem este diploma, porque isso faz parte de uma outra sede para esta análise, mas mencionando aquelas que aqui vêm referidas, parece-me que, ao mesmo tempo que se indica a designação – era isso

que estava no artigo 1º, dar o conteúdo dessa designação, ou seja, dar o objecto e o conteúdo do que é o SIRPA, - quanto muito poderia exigir –se que na epígrafe estivesse objecto e definição. Não nos pareceu ser necessário esse rigor.

Quanto à objecção de que tínhamos na epígrafe do artigo 1º objecto e no 2º objectivos, também vale para o diploma do Governo que tinha como epígrafe no artigo 1º objecto e no artigo 2º definição/objectivo.

O que fizemos foi apenas omitir na epígrafe, mas também não é de rigor absoluto, suponho eu, que a epígrafe tenha explicitado cada um dos componentes do conteúdo do artigo. Dá o conteúdo fundamental e dominante dele que é o objecto. Podia ser a designação, se se quiser evitar a repetição de objecto e de objectivo, mas mesmo essa repetição é um falso problema, porque é apenas uma repetição de homofonia e não uma repetição de conteúdo que é aquilo que interessa em termos jurídicos.

Em todo o caso, como esta alteração foi aceite pela Comissão e como nos parece que a alteração dela obrigaria a reformular todas as seguintes, a hora da apresentação dela para uma nova apreciação do que está feito pela Comissão não é a melhor, vamos ficar com a alteração da Comissão, vamos ficar com a opinião do PSD na Comissão.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vamos passar à votação do artigo 1º que inclui uma proposta da Comissão que faz a fusão entre o nº 1 do artigo 2º e o artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração oriunda da Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para...?

Deputado Joaquim Machado *(PS)*: **Para interpelar a Mesa.**

Presidente: **Tem a palavra, Sr. Deputado.**

Deputado Joaquim Machado *(PS)*: **Sr. Presidente, solicitava que fizesse a recontagem da votação, porque me parece que o Partido Socialista não tinha 28 Deputados na Sala, como foi anunciado.**

Presidente: **Vamos repetir a votação.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: **O artigo 1º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.**

Presidente: **Artigo 2º. Para este artigo há uma proposta alteração com a epígrafe “objectivos”.**

Está aberto debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: **A proposta de alteração para o artigo 2º foi aprovada por unanimidade.**

Presidente: **Artigo 3º. Para este artigo, a Comissão propõe a divisão em 2 artigos do anterior artigo 3º.**

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para chamar a atenção para uma coisa que foi referida e que consta da alínea c) deste artigo, que é a introdução pela Comissão do relatório final das Orientações de Médio Prazo. Parece uma consequência dos novos objectivos que depois se concretizarão em artigo mais à frente dessas orientações que prevêem uma análise prospectiva. Portanto, a elaboração de cenários sobre a evolução da Região para os quadriênios ou para as legislaturas e como consequência devem ter uma apreciação final da evolução que se concretizará neste relatório final que aí fica referido na alínea c).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma dúvida.

A proposta do Governo refere-se a relatórios de execução dos Planos regionais anuais intercalares e finais, excluindo, por isso, as Orientações de Médio Prazo.

Na nossa opinião, isto tem alguma lógica, porque depois é o próprio Governo Regional que dá conta da execução dos seus relatórios.

Ao solicitar-se um relatório final das Orientações a Médio Prazo, gostaria que o Sr. Deputado Dionísio Sousa me esclarecesse, em que mandato é que isto sucede e quem fica responsável por apresentá-lo e que legislatura o recebe.

Tratando-se de 4 anos, correspondendo a uma legislatura, sem a explicação que o Sr. Deputado possa fazer, parece-nos que isto depois passa para um Governo e para uma legislatura posteriores.

É esta a dúvida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa *(PS)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que essa consequência é inevitável, mas não há forma de resolver esta quadratura do círculo. É para 4 anos, mas isso é um instrumento que pode servir de análise, de apreciação para o Governo seguinte que fará o relatório, como acontece com orçamentos, planos e relatórios de execução, de todos os outros instrumentos. O mesmo acontece com as contas e com os Planos anuais.

Portanto, não é possível sair desse triângulo das Bermudas. Tem que ser mesmo assim, a não ser que queiram prolongar a legislatura por causa de um relatório. Não me parece que seja a solução.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vamos votar a proposta de alteração apresentada para o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 3º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao artigo 4º. Peço a vossa atenção porque há aqui alguma dificuldade de numeração, como se pode constatar.

Pergunto aos membros da Comissão se consideraram que este artigo 4º que está na proposta é uma proposta de aditamento de artigo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa *(PS)*: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O objectivo desses dois artigos, o que acabámos de votar e o que estamos a apreciar agora, vem anunciado no parecer na Comissão, quando se diz, “quanto ao artigo 3º, a Comissão entende propor a sua divisão em dois artigos vincando a autonomização dos respectivos conteúdos”.

Este segundo artigo é a autonomização do nº 3 do artigo 3º. É evidente que quem fizer uma leitura completa do texto percebe. Quem se limitar a ler os artigos pode ter alguma dificuldade.

A questão que isso pode exigir é que se faça a leitura completa do texto. Feita essa leitura fica claramente esclarecido que o que era um artigo com dois números diferentes, passa a ser dois artigos um dos quais é o número 3 que passa a artigo 4º.

O objectivo, apesar do encolher de ombros, do desagrado e das discordâncias do líder do Grupo Parlamentar do PSD, passa a ficar independente como parece impor-se pelo relevo que tem o seu próprio conteúdo que é o enunciado dos princípios que presidem à elaboração do Plano.

Suponho que do ponto de vista técnico, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista de dar relevo àquilo que tem relevo, se justifica plenamente, mesmo com um encolher de ombros.

Presidente: Sr. Deputado, o artigo 4º do diploma apresentado pelo Governo mantém-se sem alterações?

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz-se a seguir que o artigo 4º passa a ser o artigo 5º, uma vez que um dos artigos foi desdobrado em dois, o conteúdo.

A segunda parte do artigo 3º passou a ser o artigo 4º.

O artigo 4º do texto original passou a ser o artigo 5º.

Presidente: Srs. Deputados, feitos estes esclarecimentos vamos procurar fazer a votação deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4º da proposta da Comissão, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: **Passamos ao debate do artigo 5º. Para este artigo temos uma proposta de alteração do PSD.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta propostas de alteração ao artigo 5º, nº 2, alínea e) e para o nº 5 alínea b).

Em relação ao nº 2, alínea e), é só uma questão linguística, embora não seja exclusivamente isso.

Quando se fala na avaliação ex-ante e do seu impacto para o quadriénio, especifica-se nomeadamente através da análise dos impactos agregados que, ao fim e ao cabo, as Orientações de Médio Prazo também definem.

É uma questão de pormenorização.

Em relação à alínea b) do nº 5, há uma proposta de alteração de outra índole de substância, porque o que se prevê é que exista apenas um relatório anual de execução e de avaliação material e financeira, perdendo-se aquilo que hoje em dia existe com a legislação actual, em relação aos Planos anuais, que é a existência de um relatório semestral e de um relatório anual de avaliação material e financeira.

Nós entendemos importante fazer-se, em termos semestrais, uma primeira avaliação e termos conhecimento, como órgão parlamentar e de fiscalização, do andamento da execução do Plano.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.**

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Para exprimir alguma dúvida ou incerteza em relação ao que acrescenta a alínea e) do artigo 5º, da proposta do PSD.

Suponho que o que está referido nesta alínea são esses elementos de avaliação, assim como a avaliação ex-ante ou o seu impacto para o quadriénio. Mais do que isso, não sei o que será possível.

Suponho que é a repetição do que está dito, acrescentando apenas “através da análise de impactos agregado”.

Se explicitarem efectivamente o que serão estes impactos agregados, é possível que cheguemos a algum acordo.

Não vejo que isso acrescente alguma coisa ao que está previsto no próprio texto do Governo e da Comissão, aproveitando para salientar que as alterações que se fizeram, algumas são meramente formais e são de introdução da alínea sobre a discriminação dos programas de investimento, que nos parece a tal baliza para a diferenciação entre as competências da Assembleia e as competências do Governo.

Quanto à outra alteração apresentada pelo PSD, a dúvida que se põe é se a diferença não é apenas querer mais um relatório semestral, além dos relatórios trimestrais e anuais. É apenas isso ou não é?

Em relação à outra alteração, o que é que se entende por “análise de impactos agregados”? Parece-me não ser muito compaginável com o objectivo proposto que é a avaliação do seu impacto futuro para o quadriénio, dentro do quadro de um planeamento e de um diagnóstico respectivo, como se refere na alínea a) deste n.º 5.

Presidente: Passamos ao debate do artigo 5.º. Para este artigo temos uma proposta de alteração da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à alínea e) do n.º 2 do artigo 5.º, o que se acrescenta com a nossa proposta de alteração, é uma especificação acerca do tipo de avaliação que deve

haver nestes documentos. Uma especificação em termos técnicos de análise dos impactos agregados, daquilo que se planeia nos documentos de planeamento.

A pormenorização tem a ver com essa especificação.

Em relação à alínea b) do nº 5 do artigo 5º, há relatórios trimestrais de execução financeira e há relatórios de execução material e financeira.

O que nós estamos aqui a propor é que, além dos relatórios trimestrais com os quais concordamos, de execução financeira, além do relatório anual de execução e avaliação material e financeira, exista também um semestral.

Não precisa de haver dois semestrais. Existe um semestral e um anual.

A nossa proposta é apenas isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há dramatismo nenhum. Há a necessidade de compreender o que se está propondo.

Pelas informações que eu tenho, não se está propondo nada que não esteja contido no texto do Governo e no texto da Comissão. Não consigo perceber o que é que se acrescenta.

A explicação do Sr. Deputado Duarte Freitas não contribuiu para esclarecer isso.

Não há essa melhoria e dado a impossibilidade de demonstrar a validade ou o interesse da alteração, não podemos aceitá-la.

Em relação ao relatório semestral de execução material, parece-nos que é criar mais um relatório, mais uma complicação para aquele quadro que foi há pouco definido pelo Sr. Secretário como de dificuldades concretas de execução desse tipo de relatório.

Pela mesma razão votaremos contra esse relatório semestral.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (*Carlos Corvelo*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi para intervir para fazer um esclarecimento adicional relativamente a estas questões que são levantadas pela proposta do Partido Social Democrata.

Em primeiro lugar, relativamente à questão dos impactos cruzados, quem tecnicamente trabalha com o conteúdo de uma avaliação ex-ante, sabe que essa avaliação é de impactos cruzados, que contém no seu conteúdo uma análise SWAT, faz uma avaliação de fraquezas, de potencialidades, de oportunidades. É uma análise complexa e que não só contém uma análise de impactos cruzados, mas muitos outros elementos.

Ao constar os impactos cruzados, é uma das componentes da avaliação ex-ante, mas o não constar continuaria a ser uma componente da avaliação ex-ante.

Em segundo lugar, e em relação à elaboração do relatório semestral de execução material e financeira, a minha experiência na Região, a trabalhar com esta Assembleia e com os documentos que produzimos para esta Casa, diz-me que o relatório de execução material e financeira semestral, é extremamente complexo de fazer e acaba por não ter um significado importante. Primeiro, porque vai integrar acção a acção, ilha à ilha, sector a sector, aquilo que está a ser executado em termos materiais, o que pressupõe um levantamento extremamente nubloso de fazer.

Se o relatório anual, com projectos fechados, com acções fechadas, é moroso de elaborar, um relatório semestral acabaria por estar pronto no fim do ano. Já não teria efeito de análise, porque o próprio relatório de avaliação financeira iria ser mais útil no fim do ano, do que o relatório semestral.

Relatórios trimestrais de análise financeira, sim, porque esses fazem-se com excepção do último, do anual, porque há sempre pagamentos em Janeiro

respeitantes ao ano anterior e aí demora-se mais algum tempo a elaborar o último relatório de execução financeira.

Os relatórios semestrais de execução material e financeira são extremamente morosos, extremamente complexos e a sua eficácia prática é quase nula e ao longo destes últimos quatro anos eu tenho verificado isso. Daí o facto de até mesmo na proposta do Governo isso não ser contemplado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às propostas do PSD, no que toca à alínea e), do ponto 2, do artigo 5º, não concordamos com a proposta. Achamos que ela não acrescenta nada ao que já existe. Aquilo que visa já está contemplado no texto.

O contrário pensamos no que respeita à alínea b), do nº5, do artigo 5º, no que se refere ao relatório semestral.

Nesta evolução que o Sistema de Planeamento tem que ter, no que respeita a diversos aspectos, não se pode aproveitar para que no andar da carroça, se possam eliminar aspectos que, podendo ser trabalhosos, e certamente serão, na nossa óptica são eficazes para a avaliação, quer política, quer da própria administração.

Todos nós sabemos que a tendência é para que a execução física ou material seja mais alta no segundo semestre do que no primeiro, mas é bom que a própria administração tenha a obrigação de a meio do ano avaliar a sua própria execução, porque não o fazendo corre o risco de haver distorções grandes.

Pensamos que o retirar o relatório semestral é um passo atrás, muito embora tenha ouvido com atenção a opinião do Sr. Subsecretário sobre a matéria.

Neste caso, vamos acompanhar a proposta do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para contribuir para o debate, do ponto de vista técnico, em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado José Decq Mota, apresentando a minha experiência técnica sobre o assunto.

Eu acho que o Sr. Subsecretário está a ser muito optimista e conciliador do ponto de vista da apresentação de um relatório de execução material anual.

Eu acho que a utilidade prática desse relatório anual, é extremamente reduzida.

Do ponto de vista meramente técnico, seria muito melhor ter um relatório intercalar a meio da legislatura que fosse bem elaborado e que permitisse um efectivo controlo da execução por esta Assembleia, do que o outro.

Do ponto de vista da economia de meios e da eficácia, também seria melhor.

Em termos de seguimento operacional, os relatórios de acompanhamento das obras têm alguma eficácia e existem outros órgãos para os fazer.

Era apenas este contributo, porque pensando-se que com mais papel neste caso se estará a melhorar a capacidade de fiscalização desta Assembleia, eu sinceramente não o vejo pelas deficiências que esse próprio relatório irá ter e pela dificuldade e comparabilidade, até porque os prazos de execução da maior parte das obras, das grandes obras, não tendem a ser anuais. Portanto, não faz sentido absolutamente nenhum.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vamos votar a proposta de alteração designada por artigo 5º, que vem da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 5º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta designada por artigo 5º, nº 2, alínea a), “diagnóstico prospectivo da situação”, vinda da Comissão e subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A alínea a) foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à alínea b), “quadro global de projecção...”.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A alínea b) foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea c): “parametrização da política”.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A alínea c) foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à alínea d), “discriminação por programas de investimento.”.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A alínea d) foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Alínea e). Para esta alínea existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta vinda da Comissão, porque deu entrada primeiro.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea e) foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Passemos à alínea f), “programas, iniciativas comunitárias etc....”.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A alínea f) foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Continuando na proposta vinda da Comissão, passamos para a alínea c) do nº 3.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A alínea c), do nº 3, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à alínea e).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A alínea e) foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos ao nº 4 (propostas de planos regionais).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O nº 4 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Finalmente, passamos ao nº 5 , alínea a).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O nº 5, alínea a), foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos à alínea b).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea b) foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Sendo assim, a alínea e) constante desta proposta do Partido Social Democrata, fica prejudicada.

Regressemos agora ao artigo 4º, da proposta inicial, que contém outra originalidade, para fazer uma votação para as situações que não foram contempladas nesta proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4º da proposta do Governo, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, é para registar que o PSD tem 17 Deputados e no momento da votação tinha 16 Deputados dentro da Sala.

Presidente: Srs. Deputados, vamos repetir a votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 17 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Srs. Deputados, vamos debater na especialidade o artigo 5º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa *(PS)*: Sr. Presidente, como consta na página seguinte, o artigo 5º passa a constituir o artigo 10º com a redacção que se propõe.

No fundo, propõe-se a eliminação do artigo 5º.

Presidente: Como podem observar, Srs. Deputados, no relatório da Comissão, a Comissão de Economia sugere que o artigo 5º da proposta passe a constituir o artigo 10º com a seguinte redacção.

A Mesa por uma questão de economia de meios e procurando resolver isto, põe em debate este artigo quando chegarmos ao artigo 10º.

Passamos agora para o Capítulo II, artigo 6º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 7º. Para este artigo há uma proposta de alteração da Comissão.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que a Comissão apresenta ao artigo 7º é uma proposta de alteração significativa, porque passa a exigir, ao contrário do que é habitual e do que existe no quadro legal actual, a aprovação na Assembleia Legislativa Regional, dos relatórios de execução. À partida, parece apenas um arranjo literário

diferente, mas que é significativo na exigência de aprovação dos relatórios de execução.

Por isso, gostaria de confirmar se é mesmo esta a intenção desta alteração e de saber se no quadro legal comparado, nacional ou noutras situações, os relatórios de execução também são aprovados nos respectivos Parlamentos.

Já agora, no Estatuto Político-Administrativo, onde encontra o Sr. Deputado Dionísio Sousa e a Comissão de Economia a forma de aprovação dos relatórios?

Não se prevê no Estatuto, como uma das competências da Assembleia Legislativa Regional, a aprovação de relatórios de execução. Não tem forma jurídica prevista para esta aprovação.

Por isso, gostaria de saber se é também esse o entendimento do Governo Regional e dirijo essa mesma questão ao Sr. Subsecretário Regional do Planeamento para que clarifiquemos se há essa intenção legislativa e como é que se enquadra legal e estatutariamente esta nova exigência de aprovação dos relatórios pela Assembleia Legislativa Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, creio bem que o que está no Estatuto é apreciar os relatórios de execução. Eu não tenho o Regimento comigo, mas penso também que está lá aprovar a conta e os relatórios de execução. Aliás, é o que se está fazendo actualmente com os relatórios de execução.

Se o problema é reproduzir o texto, pode-se substituir o aprovar por apreciar. Suponho que na prática não há grande diferença entre apreciação e aprovação.

Eu proponho que seja retirada do nº 1 a palavra aprovar e que fique:

“Compete apreciar as propostas de Planos regionais, bem como apreciar os relatórios de execução”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que assim fica clarificado que se trata de um lapso. Não havia enquadramento estatutário nem constitucional para a aprovação dos relatórios de execução. Qualquer um de nós e o Governo não saberia avaliar as consequências de uma não aprovação das contas.

Para quem estivesse mais desatento à proposta de alteração da Comissão, era uma situação não só ilegal como gravosa sob o ponto de vista do impacto de uma eventual não aprovação, além de não ter no direito comparado situações idênticas.

Por isso retomo a exigência que o Grupo Parlamentar do PSD já aqui fez de haver, tanto para avaliação das propostas de alteração como no cuidado da avaliação de diplomas que aprovamos, um esforço em benefício da melhoria da qualidade dos diplomas saídos desta Casa.

Gostaria de apelar a quem está encarregue de fazer a redacção final para não se esquecer de retirar a indicação de aprovar desta proposta de redacção e acrescentar *bem como apreciar*. Do modo como está a redacção proposta pela Comissão, parece que a exigência de apreciar e de aprovar se aplica não só aos Planos como também às contas.

Portanto, recomendo que se tenha atenção a esta diferença, que é substantiva.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou dramatizar o trabalho feito pelo PSD no plenário da Assembleia, porque também não dramatizo o trabalho que não é feito pelo PSD na Comissão.

As comissões existem para fazer apreciações predominantemente técnicas. Essa apreciação foi feita e o relatório foi aprovado por unanimidade, quando nem sequer é habitual.

Não estou a pôr em dúvida o mérito da observação actual, não estou a censurar o facto disso não ter surgido na Comissão, estou a considerar isso como perfeitamente natural, sem ser necessário teatrealizar esta situação que se reduz apenas a substituir e a precisar o sentido de uma coisa que estava correcta na sua intenção, mas que falhou numa das palavras porque não reproduziu exactamente a palavra que estava no texto do Estatuto.

Portanto, acho que está esclarecido e tanto vale o trabalho em plenário como vale o trabalho em Comissão. Vale o bom efeito e o bom resultado conseguido em plenário, como conseguido em Comissão.

É apenas este aspecto que gostava de deixar claro e o que for necessário fazer, faremos sempre na altura em que cada um, na sua apreciação subjectiva, considere própria e de interesse a apresentar.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos votar esta proposta de alteração para o artigo 7º, apresentada pela Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à parte restante do artigo 7º, que não foi alterada, consoante a proposta vinda do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A parte restante do artigo 7º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Fica o registo de que é necessário, em sede de Comissão, alterar a palavra *aprovar* e escrever à frente *bem como apreciar*.

Artigo 8º. Para este artigo também existe uma proposta de alteração para o nº 4 e uma proposta de eliminação para o nº 5.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração e de eliminação para o artigo 8º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o artigo 8º, incluindo estas alterações.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º. Para este artigo existe uma proposta de alteração nos mesmo termos da anterior, vinda da Comissão

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 9º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o artigo 9º, na totalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 10º.

A Comissão de Economia propõe que o anterior artigo 5º, há pouco referido, passe a ser o 10º com a seguinte redacção: “Órgãos com competência consultiva”.

Está aberto o debate sobre este novo artigo 10º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 11º. Para este artigo existe uma proposta de alteração.

Na sequência da alteração propugnada para o artigo 5º da proposta, torna-se necessário eliminar o nº 3 do artigo 11º, a que se refere o artigo 5º deste diploma.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 11º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o artigo 11º, na totalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 12º existe uma proposta de alteração vinda da Comissão e subscrita pelo PS.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 12º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o artigo 12º, na sua totalidade, incluindo a proposta anteriormente aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º. Para este artigo existe uma proposta de alteração vinda da Comissão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 14º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o artigo 14º, na totalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para este artigo existe ainda uma proposta de aditamento do artigo 14º-A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, como obviamente se depreende, porque é de leitura directa,

pretende vincar e determinar prazos para a entrega dos relatórios, tanto de execução financeira, como aqueles de execução de avaliação material e financeira.

Pela experiência que já temos nesta Casa, um dos problemas no acompanhamento e fiscalização destas matérias têm a ver com o Plano, com os relatórios e os atrasos com que eles muitas vezes nos surgem.

Por isso mesmo, em sede de renovação, adaptação ou melhoria da organização do planeamento regional, através do SIRPA, entendemos que seria a altura oportuna, como aliás já vincámos no passado nesta Casa, para impor um tempo para que esses documentos fossem apresentados nesta Casa.

Certamente quando as coisas podem ser discutidas e analisadas a tempo, têm sempre outro valor do que aquele que uma dilação muito grande, como às vezes acontece, não permite.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a prazos, é uma problemática que em prática já foi referida para o problema anterior, que é o facto de estar a pôr na lei coisas que previsivelmente na prática não são exequíveis.

Em relação ao ponto 1 da proposta de alteração e em relação ao relatório de execução financeira isso parece perfeitamente exequível, exceptuando, como já referiu o Sr. Subsecretário, em relação ao último trimestre de cada ano.

Portanto, aceitamos essa proposta, acrescentando *excepto para o último trimestre de cada ano*.

Em relação ao nº 2 sabemos que nem sempre será exequível essa apresentação nesse prazo rigoroso dos 90 dias. Portanto, acho que não vale a pena estar a criar expectativas para algo que presumivelmente não haverão meios técnicos, nem humanos de concretizar.

Isso significa que aceitando a alteração para o nº 1, temos de rejeitar a alteração do nº 2, apresentando na Mesa uma proposta para o nº 1.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao nº 2 deste aditamento do artigo 14º-A que apresentamos, gostaríamos de pedir um esclarecimento à bancada do Governo ou do Partido Socialista sobre qual o prazo que julgam razoável para apresentação deste documento, porque em função desse esclarecimento poderemos ter aqui alguma proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao ponto 1 e acrescentando o que o Sr. Deputado Dionísio Sousa referiu, acho que é perfeitamente possível apresentar os relatórios financeiros trimestrais um mês após cada trimestre e quando digo excepto o último, é porque há sempre um conjunto de pagamentos finais que são feitos em Janeiro e eu como gosto de cumprir com rigor os prazos que são impostos, penso que é complicado pormos os 30 dias no relatórios anual de execução financeira.

Relativamente ao relatório de execução material e financeira, da experiência que eu também tenho, proveniente de relatórios que elaborei anualmente, posso dizer que toda a informação que integra estes relatórios é solicitada a cada um dos departamentos do Governo que têm que fazer um levantamento designadamente com as intervenções em cada uma das ilhas e em cada um dos sectores. Na maioria das vezes é muito morosa a obtenção dessa informação, porque não é o representante de uma Secretaria na Comissão Técnica de Planeamento, que vai fazer dessa secretaria os levantamentos de cada departamento, ilha a ilha.

O prazo que nós costumamos ter é de 6 meses, normalmente.

Enquanto que nalgumas secretarias conseguimos essa avaliação, principalmente aquelas que têm rubricas menos desagregadas espacialmente, em dois ou três meses, há outras secretarias que pela sua natureza é extremamente complexo eles darem-nos informação em três ou quatro meses.

Eles fazem esse levantamento mas é sempre muito moroso.

O Governo não se opõe à fixação de um prazo, mas tem que ser um prazo realista e condicente com a realidade e com os nossos meios técnicos, humanos e financeiros.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, em bom rigor, o aditamento deve ser discutido no fim, mas como estava aqui integrado, iniciámos o debate.

Entretanto chegou à Mesa uma proposta apresentada pelo Partido Socialista, para o artigo 14º-A. Como não tive tempo para mandar fotocopiar, passo a ler:

“Apresentação dos relatórios de execução financeira.

Os relatórios de execução financeira são apresentados à Assembleia Legislativa Regional durante os 30 dias seguintes ao período a que respeitam, excepto ao quarto trimestre de cada ano.”

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante as palavras do Sr. Subsecretário Regional Carlos Corvelo, o Grupo Parlamentar do PSD solicita um intervalo regimental para reflectir e de acordo com os prazos que foram dados pelo Sr. Subsecretário, fazer uma alteração à nossa proposta, inclusivamente no que se refere àquilo que nos parece justo relativamente à proposta de alteração do Partido Socialista.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: **Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.**

(Eram 18 horas e 50 minutos)

Como se recordam, estávamos no artigo 14º-A. Entretanto chegou à Mesa uma proposta do PSD que substitui as proposta de aditamento que tinham sido entregues na Mesa, e creio que esta proposta resulta de um acordo parlamentar.

Está aberto o debate sobre esta proposta.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: **A proposta de aditamento, foi aprovada por unanimidade.**

Presidente: **Artigo 15º.**

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 16º. Para este artigo existe uma proposta de eliminação.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 17º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 17º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, queria aproveitar esta oportunidade para, em nome da Assembleia, cumprimentar o Sr. Deputado Jorge Martins, do Grupo Parlamentar do PS/Madeira, que se encontra nesta Sala.

(Aplausos da Câmara)

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se refere à Proposta de Resolução:

- Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1998;
- Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1999;

Conforme foi deliberado na Conferência de Líderes, o debate pode ser feito em conjunto e a votação em separado.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No cumprimento de um preceito constitucional e estatutário está esta Assembleia a apreciar as Contas dos anos de 98 e 99.

Circunstâncias de todos conhecidas, justificam que sejam apenas 4 anos após a sua execução que estas contas estejam aqui para serem formalmente aprovadas por esta Assembleia.

Este lapso de tempo obrigou todos nós a fazer um esforço de investigação quase que histórico, porque havia muitas coisas que já não nos lembrávamos muito bem como se tinham passado.

Eu próprio, ao ler o relatório e parecer das comissões que apreciaram as contas, nomeadamente a Comissão de Economia, lembrei muitos dos factos que entretanto se passaram, mas de uma maneira geral e passado todo este

tempo, poder-se-á chegar à conclusão que quer a Conta de 98, quer a Conta de 99, expressam bem a execução financeira de um ano de actividade.

Assim, a Conta de 98 permitiu concretizar os objectivos traçados pelo Governo Regional no início do ano ou no final do ano anterior.

Cumpriram-se os objectivos de estabilização das finanças públicas, traduzidos num aumento das receitas próprias, numa diminuição relativa das despesas de funcionamento e num incremento substancial das despesas de investimento.

A taxa de cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas próprias da Região – e é este indicador que dá uma avaliação concreta e mais específica da capacidade autonómica da Região Autónoma dos Açores – no ano de 98 foi de 84%, ou seja, mais 4,4 pontos percentuais ao que havia sido no ano anterior.

As receitas fiscais atingiram o montante de 60 milhões de contos, mais 6,4% no ano anterior, tendo havido uma adesão, uma correspondência muito grande entre aquilo que foi executado e aquilo que havia sido programado. Tanto assim é, que a percentagem, por exemplo, de execução no IRS, foi de 98,23% relativamente ao previsto; no IRC tivemos uma percentagem de execução de 93% ao que havia sido previsto no Orçamento; o IVA superou ligeiramente o que havia sido previsto e teve um grau de execução de 101,1% e todas as outras previsões de receitas tiveram um grau de adesão às projecções então feitas pelo Governo Regional.

As transferências do Orçamento de Estado atingiram o montante de 26,2 milhões de contos, reflectindo assim uma notável taxa de crescimento de 40,5% relativamente a 1997 e isto como todos nós, certamente também temos bem presente, foi reflexo da lei de finanças regionais que veio a ser aprovada pela Assembleia da República com grande participação da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente do Governo Regional.

Digo isto porque tendo a Lei de Finanças Regionais sido aprovada apenas a 24 de Fevereiro de 1998, e tendo o orçamento de 1998 sido feito pelo Governo Regional em 1997, ele foi feito considerando já que a proposta de Lei de

Finanças Regionais seria aprovada tal como nós a tínhamos proposto. Daí que tenhamos elaborado o Orçamento de 1998 como se a Lei de Finanças Regionais já tivesse aprovada.

É com muita satisfação que se constata que no capítulo das transferências do Orçamento de Estado, que são ditadas pela Lei de Finanças Regionais, a execução orçamental corresponde exactamente a 100% daquilo que havia sido previsto e que, relativamente ao ano anterior, teve um acréscimo de 40,5%.

As despesas de funcionamento registaram um acréscimo, relativamente a 97, de 2,4%, o que se considerarmos a taxa de inflação verificada em 1998, e que foi de 3,1%, podemos chegar à conclusão de que o crescimento das despesas de funcionamento foi negativo, isto é, a taxa de crescimento foi inferior à taxa de inflação, o que reflecte bem o grande cuidado e o esforço feito pelo Governo Regional na contenção das despesas que são possíveis conter e que são precisamente as despesas de funcionamento, nomeadamente nas aquisições de bens e serviços e nas despesas variáveis com pessoal, que não a dos encargos fixos e estas, sim, tiveram um acréscimo de 4,71% relativo ao ano anterior, acréscimo este que é muito reduzido, apenas ligeiramente superior à inflação e reflecte os aumentos salariais ocorridos durante o ano e também as progressões nas carreiras que são sintomáticos não apenas neste orçamento de 98, mas em todos os orçamentos da Região Autónoma dos Açores, quer os passados, quer os posteriores a essa data.

Os encargos com o serviço da dívida diminuíram 4,2 milhões de contos; os juros atingiram o montante de apenas 1,2 milhões de contos tendo registado um decréscimo relativamente ao ano anterior de 28%. Aqui já se faz sentir o efeito da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, porquanto em 1998 e ao abrigo desta própria lei, já foi transferido para a responsabilidade do Governo da República uma parcela dos 110 milhões de contos, negociados precisamente com o Governo da República para transferências deste passivo da Região para a responsabilidade do Governo da República.

As despesas de investimento efectuadas em 1998, atingiram os 38 milhões de contos, ou seja, mais 12,2% do que em 1997.

A taxa de execução do Plano da Região em 1998, atingiu também uma percentagem que foi a melhor dos últimos 13 anos, tendo atingido 91,02%.

Pode-se dizer que a Conta de 1998 correspondeu a todas as expectativas formuladas pelo Governo aquando da apresentação do Orçamento e pode-se dizer que foi um ano de execução orçamental tranquilo e que correspondeu aos anseios de desenvolvimento defendidos pelo Governo Regional, que se materializou nomeadamente em planos de investimento, mais concretamente no Plano de 1998 e dos planos mais elevados de todo o sempre na nossa Região Autónoma dos Açores.

Quanto à Conta de 1999, correndo o risco de me repetir na metodologia de análise, poderei dizer, já que estão as duas em conjunto para serem apreciadas, que tal como em 1998, a Conta de 1999 também expressa bem a prossecução dos objectivos que haviam sido definidos no início pelo Governo Regional.

Assim, a taxa de cobertura das despesas de funcionamento pelas receitas próprias da Região, foi superior àquela que havido sido registada no ano anterior, tendo atingido a percentagem que talvez muito dificilmente virá a ser novamente atingida por qualquer orçamento na Região Autónoma dos Açores, nos próximos anos, de 101,2%, ou seja, as receitas próprias da Região, cobriram todas as despesas de funcionamento da Região naquele ano e ainda sobraram 2,2% para financiar despesas do Plano.

Foi um ano único, até então, e que na minha perspectiva, muito dificilmente virá a ser superado ou mesmo igualado no futuro.

As receitas efectivas da Região registaram um acentuado acréscimo de 27,2%, relativamente a 1998.

Tal como no ano anterior, constata-se que as receitas fiscais são a principal fonte de financiamento do Orçamento da Região. Atingiram o valor de 75,9 milhões de contos, revelando uma taxa de crescimento de 26,4%.

Ainda dentro do capítulo das receitas, poder-se-á dizer que a arrecadação de todas as receitas neste ano, foi superior àquelas que haviam sido previstas no início do ano do Orçamento de 1998.

Assim, as receitas próprias na sua totalidade foram superiores às que haviam sido previstas em 5,9%. O IRS foi superior em 7,8%, o IRC em 24%, e o IVA em 15,7%, relativamente ao ano anterior. Foi um ano único no que se refere à arrecadação da receita fiscal. Isto tem a sua explicação e poderá ser desde já alinhavada, isto é, o efeito das reduções fiscais na Região Autónoma dos Açores feitas em 1998 e 1999, não tiveram reflexo ou o efeito não se fez sentir no ano de 1998/99, daí que as previsões orçamentais para este ano haviam sido feitas na presunção de que a administração fiscal nacional iria já fazer algumas deduções provenientes das baixas de impostos que aqui houve. Não fez. Veio a fazer mais tarde com outros efeitos que quando chegarmos à análise das contas dos anos posteriores, veremos qual o efeito das reduções fiscais ocorridas neste ano.

Daí que o ano de 1999 tenha sido um ano único na história dos Açores e muito dificilmente será igualado no futuro.

As transferências do Orçamento de Estado atingiram o montante de 33,9 milhões de contos, revelando também uma significativa taxa de crescimento relativamente a 98 de 29,5%, isto é reflexo da aprovação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

O endividamento líquido neste ano ficou-se pelos 5 milhões de contos, ao contrário do ano anterior que tinha sido um pouco superior uma vez que também aqui houve a necessidade de fazer um orçamento rectificativo com mais 5 milhões de contos de endividamento, precisamente para ocorrer às necessidades de pagamento derivadas da execução do Plano e que tinha sido motivada por atrasos na recepção de fundos comunitários.

As necessidades de financiamento em 99 ficaram-se pelos 5 milhões de contos, o que permitiu que na estrutura da receita o seu peso relativo tenha passado dos 15,1% em 1998 para apenas 4% em 1999.

As despesas de funcionamento mais uma vez tiveram uma taxa de crescimento de apenas 1,9%, o que comparado com a inflação do ano de 1999, foi 2,6%. Também aqui, em 1999, conseguiu-se que as despesas de funcionamento da Região tivessem crescido a uma taxa inferior à inflação, ou seja, um decréscimo real nas despesas de funcionamento da Administração Pública Regional.

As despesas de investimento também foram superiores ao ano anterior, tendo atingido o valor de 49 milhões de contos, o que reflecte uma taxa de crescimento na ordem dos 28,9%.

A taxa de realização do Plano em 1999, pelas razões que atrás já referi, foi a mais elevada de toda a história da nossa autonomia, desde 1976 até ao presente, tendo atingido o valor de 94,25%. Também esta taxa, repito, muito dificilmente será atingida em anos seguintes.

Foi a mais elevada de sempre e ainda bem que o foi, porquanto foi possível conseguir-se no ano de 1998 e de 1999 taxas de execução de orçamentos ou previsões do Plano que já por si eram superiores às do passado e foram realizadas também com taxas francamente superiores às do passado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em linhas gerais, sintéticas e fazendo um trabalho quase de refrescamento da nossa memória, trago-vos aqui estes dados quanto à execução dos Orçamentos de 1998 e de 1999. Fico ao dispor de V. Exas. para qualquer outro esclarecimento complementar se assim o entenderem e se, porventura, nas notas que eu tenho aqui conseguir ainda lembrar algum pormenor que venha a ser solicitado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: **Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.**

Deputada Andreia Cardoso *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

Correndo o risco de repetir alguns dos elementos que já foram fornecidos e aduzidos aqui pelo Sr. Secretário das Finanças, numa primeira abordagem queria salientar das Contas de 1998 e de 1999, três aspectos que as mesmas têm em comum.

O primeiro, é o facto de ambas beneficiarem da aplicação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, nomeadamente no que concerne à assunção da dívida.

O segundo, diz respeito à cobertura por receitas próprias de parte das despesas do Plano.

E o terceiro, diz respeito ao superavit decorrente, registado quer no ano de 1998, quer no ano de 1999, o que é um facto sem precedentes nos 5 anos imediatamente antecedentes.

Numa abordagem à Conta de 98, no que diz respeito às receitas, as mesmas ascenderam a 112 milhões de contos, aproximadamente, tendo uma taxa de execução de 94,4%.

Relativamente à componente das receitas correntes, teve uma estimativa orçamental muito próxima da sua execução original, correspondendo a uma taxa de execução de 99,2%, que é a taxa de execução mais elevada desde 1992, onde as receitas correntes excederam a previsão orçamental atingindo 101,1% de execução.

Relativamente à receita fiscal, componente da receita corrente, penso que é importante salientar o crescimento de 5,66% na receita arrecadada de IVA e de destacar a sua taxa de execução que foi de 98,5%.

No que diz respeito à evolução da receita fiscal, gostaria de dizer que ela apresenta uma taxa média de crescimento de 4,6%, tomando por base o período de 94 a 98. Se considerarmos o crescimento entre 97 e 98, a evolução é de 3,2%.

Relativamente a indicadores da evolução da receita, gostaria de dizer que se verifica uma diminuição significativa da importância das transferências de capital, principalmente ao nível das transferências do Orçamento de Estado. Verifica-se também uma menor dependência do Orçamento Regional na contratação de empréstimos e um ligeiro aumento do peso da receita efectiva no total da receita e o aumento do peso da receita corrente, em detrimento da receita de capital.

Relativamente à despesa, importa salientar o índice de realização de 91%, que foi o mais elevado nos últimos 4 anos.

No que se refere à despesa corrente, que representa 64,6% do total da despesa, importa referir que ascendeu a 72,5 milhões de contos.

Ao nível das despesas, dos encargos correntes com a dívida, graças à assunção da dívida pelo Governo da República e à aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, registou-se um decréscimo de 28% nos encargos correntes com a dívida, passando a representar apenas 4% da despesa corrente.

Relativamente às despesas de Plano e para terminar, no que se refere ao ano de 1998, gostaria de referir que se constata uma melhoria do índice de execução, subindo de 86,4% em 97, para 91% em 98, o que traduz um aumento de 6 pontos percentuais na execução média do PMP de 93 a 96.

Passando à Conta de 1999, ao nível da execução da receita, tivemos uma taxa de 94,6%, não considerando as contas de ordem. Relativamente à receita corrente, excedeu a estimativa orçamental em 5,3 milhões de contos, conduzindo a uma taxa de execução de 106,4%.

Podemos concluir que, ao nível da receita, o índice de realização orçamental nestes últimos 4 anos registou um crescimento substancial, reflectindo uma melhoria dos métodos e estimativas orçamentais.

Ao nível da despesa, expressa-se uma taxa de execução de 96,9%, o que representa um significativo índice de execução e tem três componentes essenciais: as despesas do Plano que crescem substancialmente; as despesas com o pessoal que se mantêm relativamente estáveis e as transferências decorrentes que têm um incremento significativo graças à aplicação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, que permite a divisão da contabilização das transferências por capital e correntes, aumentando o peso das transferências correntes.

No ano de 1999, verifica-se um decréscimo de 35% nos encargos correntes com a dívida, o que é significativo e resulta necessariamente da aplicação da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Constata-se que se verificou uma melhoria no índice de execução relativamente a 98, que tinha ficado pelos 91% e agora sobe 3 pontos percentuais, ficando em 94%.

Ao nível das despesas do Plano, destaca-se um aspecto essencial, isto é, o valor investido em calamidades que ascendeu a 12,6 milhões de contos, o que equivale a 25,6% das verbas do Plano, o que é bastante significativa e decorre necessariamente da calamidade do sismo de 98.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Segundo o nº 2, do artigo 24º, da Lei 79/98, que é a Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, “o Governo deve entregar na Assembleia a Conta até 31 de Dezembro do ano seguinte ao que respeita”.

O seu nº 3 diz que “a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, após o parecer do Tribunal de Contas, aprecia até 30 de Janeiro”.

A Conta de 98 entrou no dia 31 de Janeiro de 2000, a Conta de 99 no dia 30 de Janeiro de 2001 e a Conta de 2000 no dia 28 de Dezembro de 2001.

Os pareceres do Tribunal de Contas entraram, em relação à Conta de 98, a 20 de Junho de 2000 e no que se refere à Conta de 99, a 20 de Junho de 2001.

Isto quer dizer que o Governo apresentou as Contas de 98 e de 99 com um ligeiro atraso, mas corrigiu na apresentação da Conta de 2000, entregando-a no limite do prazo.

Nos anteriores debates acerca das Contas, já foi referida várias vezes uma questão que penso que é importante, por isso volto a colocá-la de novo. Esta Assembleia tem que fazer um esforço para diminuir o tempo que medeia entre a data da recepção dos pareceres e a sua apreciação, para que podendo passar apenas um ano e meio do ano a que respeitam, não estejamos agora relativamente à de 98, a fazer a sua apreciação a mais de 3 anos de distância.

O Governo, o Tribunal de Contas e em especial esta Assembleia, têm que fazer um esforço para acelerar os trabalhos a nível das Contas.

Em relação à entrega de documentação para que a sua análise política possa ser feita em tempo oportuno, é fundamental que o Governo cumpra, em tempo útil, a entrega dos documentos, – Lei de Enquadramento Orçamental, artigo 23º, nº 1, empréstimos e sua utilização – algo que não está a acontecer, bem como em relação aos balancetes trimestrais de execução, previstos no nº 2 do artigo 23º da citada lei.

É importante que se cumpram estes documentos tal como a própria Lei de Enquadramento Orçamental prevê, para que possamos, além de encurtar os prazos das análises das Contas, sistematicamente e ao longo do percurso que vai existindo da execução dos Orçamentos, fazer o acompanhamento concreto e rápido dos números que são executados.

Em relação às Contas provisórias trimestrais que o artigo 24º desta Lei prevê que sejam entregues pelo Governo 90 dias após o termo do trimestre, deve haver um esforço para elas sejam entregues e possam ser analisadas.

Acabámos de aprovar o SIRPA. Felicito a Câmara e em particular o Governo por se ter conseguido chegar a um entendimento da definição de prazos que o

Governo julgou razoáveis e que por nós foram atendidos como favoráveis para se poder fazer o acompanhamento devido, no caso, ao Plano.

Srs. Deputados, temos que fazer um esforço para que de alguma forma se tente instituir uma nova cultura no planeamento, no que incumbe à Assembleia e no que toca a todo o processo, na perspectiva estatutária e regimental de apreciação e fiscalização.

Recentemente, com o Ministro Oliveira Martins, foi instituído o hábito de apresentação de execução orçamental na República, nos 15 dias seguintes ao mês a que correspondem.

Nos Açores não se exigirá tanto desde já, mas temos que nos começar a preocupar nesse sentido, para caminhar no sentido do rigor, da transparência e da verdade, em tempo útil. Aliás, se tal tivesse acontecido na República com mais antecedência, não se tinha chegado à situação que se chegou e que agora vivemos.

Por isso e por razões de verdade e de transparência, é preciso que o Governo apresente os dados que a Lei obriga e por razões de controlo, fiscalização e até saúde financeira da Região, é preciso que tenhamos todos os dados precisos e atempadamente, mas temos que exigir que o Governo cumpra uma política de verdade a todos os níveis que já tem o devido enquadramento legal, mas também com informações acerca daquilo que, por ser recente em termos técnicos e/ou ainda não clarificado legalmente, não é discutido e se desconhece os números.

Em concreto, estou a falar, por exemplo, do factoring, das parecerias público-privadas, da dilação que muitas vezes é pedida na facturação às empresas. Falamos, ao fim e ao cabo, de responsabilidades financeiras para a Região que têm que ser conhecidas para que não suceda nos Açores aquilo que sucedeu no país, em que se chegou a uma situação praticamente de rotura nas contas públicas.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não aconteceu nada disso no país!

O Orador: **Em relação às Contas que estamos a discutir, começaria por renovar o que noutras discussões nesta mesma índole foi dito nesta Assembleia por outros deputados, nomeadamente desmontando o tal embandeiramento que mais uma vez foi feito pelo Governo, no que toca à execução orçamental, neste caso, em 98, de 94,5% e em 99, de 94,6%.**

O que importa, como aqui já se começou a tornar evidente noutras vezes e que hoje importa relevar, não é a quantidade de execução, mas sua qualidade.

Deputado José San-Bento *(PS)*: **Por isso é que os senhores quiseram ir para o Governo!**

O Orador: **De nada serve ter menos receitas, aplicá-las mais ou menos, mas sim a boa aplicação que se tem.**

De nada serve atirar o dinheiro para os problemas, pois corre-se o risco de ficar sem dinheiro e com os mesmos problemas.

A verdade, Srs. Deputados, é que uma das leituras deste período de 98/99, já está feita e foi patente nos documentos que o seu próprio Governo apresentou.

O PIB per capita desta Região, da nossa riqueza, progresso e até análise de parametrização de aproximação aos nossos parceiros nacionais e europeus, já é sabido. Sabe-se também que de 95 a 99, não subiu. Portanto, a verdadeira dimensão do sucesso da aplicação dos dinheiros a que se referem estas Contas, já está devidamente feita.

Como se vê, mais dinheiro não corresponde a melhor nível de vida para os açorianos.

Muita da execução dos Planos e Orçamentos que estamos aqui a analisar, passou pela atribuição de subsídios.

Aliás, esta é uma crítica recorrente do Tribunal de Contas, porque se em 98 chegaram a quase 14 milhões de contos e em 99 foram quase 15, em 2000, pelos números que já tenho, esta atribuição de subsídios poderá ter chegado aos 18 milhões de contos.

Numa legislatura, de 96 a 2000, segundo dados oficiais, o Governo do Partido Socialista atribuiu tanto como 65 milhões de contos de subsídios.

Fazendo a análise para 99, porque não é substancialmente diferente para os outros anos, cerca de 34% destes foram para áreas económicas e 66% destes para as áreas não produtivas.

Pior, no entanto, é a crítica que o Tribunal de Contas faz relativamente à falta de enquadramento legal da atribuição de subsídios. Muitas vezes atribuem-se os subsídios apenas remetendo para o Estatuto da Região e até alguns sem qualquer referência legal, além de que os subsídios, na sua grande maioria, na sua esmagadora maioria, são a fundo perdido.

Outra preocupação a reter das análises que se fazem destes documentos, tem a ver com a dívida. Segundo os dados, em 1999, o seu global situa-se em 72 milhões de contos, com o Serviço Regional de Saúde a ter neste ano um défice quase duplicado relativamente a 98. Passou de 5,8 para 10,9.

A um ritmo destes e sem que se vejam claras melhorias no serviço aos utentes ou até uma diminuição das listas de espera, bem pode a República de tempos a tempos sanear um pouco do défice das nossas contas da saúde.

Bem pode também o Governo e o PS propor uma Comissão Parlamentar Eventual para de algum modo alijar as suas responsabilidades incontornáveis nas deficiências e ineficiências dos serviços e no escalar do seu défice que, quanto ao seu crescimento, quase duplicou de 98 para 99. Estamos conversados.

Aliás, seria importante que a Sra. Secretária Regional da Saúde trouxesse aqui, no próximo mês de Abril, como referiu, os dados verdadeiros, incluindo o factoring de que temos algumas informações particulares, mas que esta Assembleia e os açorianos merecem ser esclarecidos com toda a clareza.

Em relação a este factoring, é importante reter uma crítica do Tribunal de Contas e exigir ao Governo a sua correcção. Este factoring tanto existe na saúde como agora noutras áreas, como é bem conhecido, inclusivamente como parece,

das verbas destinadas das Secretarias, nomeadamente da Secretaria da Habitação e Equipamentos.

Além do parecer do Tribunal de Contas, a legislação é clara (o Decreto Legislativo Regional 7/97/A que aplica à Região Autónoma dos Açores as disposições da Lei de Bases da Contabilidade Pública, o Decreto Legislativo Regional 18/84/A, o Decreto Legislativo Regional 19/98/A, relativo ao orçamento de 99 e a sua regulamentação através do Decreto Legislativo 2/99/A).

Todos os documentos anteriores da mesma índole estatuem claramente a necessidade de se enquadrar legislativamente estas que são verdadeiras autorizações de crédito ao Governo Regional.

Em relação às despesas correntes, mais de 90% são para despesas com pessoal, 64,5 milhões em 98 e 69,3 milhões em 99. Portanto, estes valores são para despesas correntes e transferências.

De 98 para 99, as despesas com pessoal cresceram cerca de 10,5%. Aliás, os números de 95 a 99 foram respectivamente 27,8, 30,4, 33,3, 35,9 e 38,5.

No entanto é preciso termos em consideração que metade das verbas das transferências são para encargos com pessoal, nomeadamente Serviço Regional de Saúde que em 98 representaram cerca de 14 milhões de contos e em 99 cerca de 16 milhões de contos. Portanto, mais 14% do que no ano anterior, pelo que o crescimento e o volume global de encargos com o pessoal da máquina pública regional, assume contornos eloquentes. Se somarmos em 98 serão 50 milhões de contos e em 99 quase 55 milhões de contos.

Agregadamente e numa despesa global de 112 milhões de contos em 1998, as despesas globais com o pessoal mais os subsídios, representam 64 milhões de contos e em 99, para uma despesa global de 127 milhões de contos, este agregado ascende a 70 milhões de contos. Isto é, em 98, 57% e em 99, 55% da despesa global.

Tudo isto são números. Eles já foram referidos e os senhores vêem numa perspectiva da execução do dinheiro que se gasta, mas é importante que todos

nós reflectamos sobre estes números, para vermos as despesas que se fazem e o efeito que isto tem na sociedade civil e na economia açoriana.

Certamente que é preciso o Governo ter em atenção as críticas que são feitas pelo Tribunal de Contas, aquilo que se está a falar aqui e aquilo que infelizmente se está a repetir hoje e que já várias vezes se falou.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui foi salientado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas e pela Sra. Deputada Andreia Cardoso, alguns dos aspectos que me parecem fundamentais a tratar num debate desta natureza.

Começando pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, eu julgo que todos nós temos consciência – e subscrevendo rigorosamente o aspecto prévio que ele levantou e sem ferir alguma susceptibilidade – que não tem nenhum interesse estarmos hoje a analisar as contas de 1999.

Estamos aqui por atraso próprio da Assembleia. Respeitando a própria lei, estamos sempre desfasados e tanto assim é que estamos aqui a analisar as Contas de 98 e 99 em simultâneo, quando devia ser com um ano de diferença, porque elas foram apresentadas com um ano de diferença. Se o Tribunal de Contas tivesse relatado com um ano de diferença, não fazia sentido estarmos a apreciar hoje as duas. Isso é uma anomalia.

Admitindo essa exceção, em situações passadas, como já foi aqui referido, chegámos a sugerir – e mantemos a sugestão, não é a descoberta milagrosa da solução – para (e porque não?) a Assembleia Legislativa Regional fazer um debate político sobre as Contas da Região quando elas são entregues pelo Governo nesta Casa.

Se nós nos disponibilizamos para fazer debates sobre relatórios de execução, para fazer debates a nível de Plano e a nível de Orçamento, se nós debatemos e bem, aquando da apresentação do Plano e do Orçamento, e chegamos a fazer debates interessantíssimos nesta Casa, tendo em conta o relatório de execução parcial, geralmente referente ao primeiro semestre que acompanha os elementos de diagnóstico da proposta de Orçamento apresentada nesta Casa, não é verdade que há uma certa tradição nesse âmbito, são os elementos que existem, mas em relação ao ano de 2002 nós já discutimos em Outubro passado, elementos referentes ao primeiro semestre do ano 2000.

Quem fez isso e está agora a ver a de 98 e 99, desculpem a expressão, é como quem viu e cegou. Realmente isto é um exercício penoso para entusiasmar seja quem for, quer o Governo, quer a bancada que o apoia, quer a oposição.

Sob o nosso ponto de vista, porque pensamos assim, queremos registar o desinteresse, em matéria de oportunidade até política, desse exercício que somos obrigados a fazer.

Porém, não impede que se registre historicamente – e é nesse capítulo que o CDS/PP se pronuncia – o que se passou na legislatura anterior, algures em 1998.

O primeiro registo parece-nos histórico e é um registo que quem vier a estudar no fundo a evolução das contas regionais, que é um pouco o que estamos aqui a fazer, vai ter presente que foi em 98 e em 99 que a Região conseguiu sanear parcialmente a situação financeira, que era de desequilíbrio preocupante e de asfixia que caracterizou um período financeiramente muito negativo da nossa vida autonómica. Portanto, não se pode deixar de fazer esse registo e a Sra. Deputada Andreia Cardoso referiu e muito bem.

Naqueles dois anos a Região consegue ver a assunção dos 110 milhões de contos, se a memória não me falha.

A verdade é que por um outro dado, e este já não é tão simpático, mesmo depois da Região ver a assunção por parte do Estado dos 110 milhões de contos, em 31

de Dezembro de 99 já víamos outra vez 71 milhões de contos. Isto é como alguns fenómenos citados popularmente, ou seja, “dívida fêmea”, porque reproduz-se.

(Risos da Câmara)

O Orador: Ela é assumida pelo Estado e descobre-se em 31 de Dezembro que ela já está em 72 milhões de contos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral)*: Como? Está em 72 milhões de contos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento *(Roberto Amaral)*: Não. O Sr. Deputado deve estar enganado.

O Orador: Eu estou a ver aqui uma página que diz Região Autónoma dos Açores, Assembleia Legislativa Regional, Comissão de Economia. Acho que não me enganei no papel!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu explico o que está aqui. Ainda bem que não fui eu que fiz as contas.

Tenho aqui a dívida directa, a dívida indirecta, a dívida administrativa de 12 milhões, departamentos governamentais, 1 milhão, Serviço Regional de Saúde, 11 milhões de contos. Estamos aqui a falar destes números daí ter comparado os 156 milhões, salvo erro, que era esse o mapa comparativo com este.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tem que se registar aqui, por um lado, a assunção relativa no âmbito da Lei das Finanças Regionais e, por outro, a incapacidade de nós próprios e da

Região conseguirmos manter ou dominar as taxas de crescimento de endividamento.

Sr. Secretário, o mandato anterior, como V. Exa. sabe, foi significativo.

Vamos discutir aqui coisas que já discutimos há muito tempo e têm a ver com a assunção de alguns compromissos por parte da Região que vinha de trás.

Se formos ver o grau de endividamento no quadriénio havemos de ver, quando analisarmos a Conta de 2000, que é um grau de endividamento penalizante e diríamos que a Região não pode manter nos anos subsequentes. Sob esse ponto de vista, este Governo também vai deixar uma marcazinha interessante neste quadriénio relativamente à sua capacidade de recorrer à banca.

A sorte que teve e todos nós açorianos, foi o facto de apanharmos uma taxa de juro muito mais simpática. A Região evoluiu muito no ranking e não sei se se lembra daquela história do “Spray” que se falava.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mesmo com o “dito cujo”, a Região endividou-se. Eu não sei de cor, mas V. Exa. saberá, mas julgo que foram 50 a 60 milhões de contos naquele quadriénio. A despesa de endividamento não foi feita por menos. Não vale a pena adicionarmos isso, mas no seu conjunto deve ser 50 ou 60 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Referindo e reconhecendo aqui os rácios apresentados pela Sra. Deputada Andreia Cardoso que sintetizou os principais crescimentos aqui referidos, gostaria de lembrar que em relação a um deles, o equilíbrio orçamental, é bom ter presente que isso não resultou de uma melhoria económica e de uma melhoria estrutural das nossas finanças públicas. É um dado histórico e resultou.

Acho que os Governos do PSD já o podiam ter feito em certa medida, e houve um que o fez, que é a afectação de parte das receitas, das transferências de Estado, afectá-las directamente a receitas correntes.

Por conseguinte, é mais uma arte – e nós na altura felicitámos a Secretaria – de esconder o défice real estrutural e daí resultar um equilíbrio.

Não é fruto de uma alteração estrutural e permitam-me chamar a atenção para isso, para que alguns dos nossos concidadãos e a comunicação social que possam estar atentos a estas matérias, não pensem que houve aqui um milagre, que uma Região que é estruturalmente comunitária, em termos do seu orçamento corrente, de repente, num determinado ano, tem o grande mérito, porque o indicador é verdadeiro. Passa a ser uma Região, pela primeira vez na sua história, superavitária graças ao “boom” económico e graças à lucidez da política financeira e do orçamento pouco expansionista do Governo Regional em 1999. Não é nada disso, mas sim graças a uma operação contabilística que julgo que houve um Governo qualquer do PSD que também tentou fazer no tempo do Sr. Raúl Gomes dos Santos.

Se os senhores forem ver, se se derem a esse luxo, e alguns têm a obrigação de se darem, hão-de ver que o grande mérito do Sr. Secretário Regional das Finanças, se calhar foi pegar numa medida que o nosso comum amigo e histórico da Autonomia, Sr. Raúl Gomes dos Santos, aplicou em 1977/78. Presumo que fez isso.

Afectou parte das transferências do Estado às receitas correntes. Havia uma classificação que era aquela verba que vinha por conta da compensação dos custos da insularidade, que nalguns casos chegava a ser 1 milhão de contos. Essa verba era afecta às receitas correntes e isso dava cá um jeitão, porque depois o défice era composto ou de um ano ao outro não havia défice.

Portanto, grande mérito para o Governo Regional do Partido Socialista que também teve em conta uma ideia que foi boa na altura do Sr. Raúl Gomes dos

Santos, nessa matéria, mas que depois não foi adoptada pelos Governos do PSD nos anos seguintes e deu esses défices crónicos.

Um pequeno registo histórico sobre o significado real, económico e financeiro da Região ter a partir de agora um equilíbrio orçamental corrente. Por esta lógica, há-de tê-lo para o resto da sua vida.

Deputado Cabral Vieira (PS): E muito bem!

O Orador: E muito bem, como diz o nosso ilustre colega. Portanto, há-de ter para o resto da sua vida um superavit corrente.

Entre a verba que vem do Estado, colocamos nas receitas correntes toda aquela que é necessária para cobrir o défice e o défice é coberto. É isso, não é, Sr. Deputado?

Deputado Cabral Vieira (PS): É isso mesmo!

(Risos da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nessa análise histórica é bom desmistificar algumas coisas, porque parece que há alguns milagres económicos. Não há milagres económicos. Há nalgum caso uma alteração de metodologia, de classificação que não deixa de ser positivo para a imagem da Região e tem lógica, porque a Região é compensada de uma receita que corresponde, nalguns casos, a obrigações do próprio Estado para com serviços e despesas correntes.

Deputado Cabral Vieira (PS): É isso mesmo. Já chegou lá!

O Orador: Já chegámos há muito tempo. O meu amigo ainda andava a estudar o orçamento americano e eu já andava por cá!

(Risos da Câmara)

Sr. Secretário, foi aqui referido o número de 11 milhões de contos que corresponde ao défice, ao buraco, do Serviço Regional de Saúde. O Tribunal de Contas, no seu parecer, faz comentários em relação ao ano de 1998, se não estou em erro.

Hoje, o que nos interessa saber é quanto é que é o défice neste momento. Nós não somos propriamente historiadores, não estamos aqui num colóquio.

A Sra. Secretária Regional da Saúde disse que tinha esses elementos nos próximo mês. Não sei se V. Exa., no âmbito da Secretaria Regional das Finanças, tem elementos específicos que nos permitam avaliar como é que tem evoluído a conta do Serviço Regional de Saúde.

Finalmente, e tendo em conta as recomendações que são feitas pelo Tribunal de Contas, gostaria de perguntar se o Governo tem tido em conta, nos anos subsequentes – nunca haverá uma Conta que não tenha recomendações do Tribunal de Contas – ir respondendo às exigências, umas mais pertinentes outras mais formais, do Tribunal de Contas.

Se não tivermos os dados actualizados sobre os fluxos, para nós podermos emitir o nosso juízo, importa saber pelo menos se o Governo nessa matéria, passados 4 anos, conseguiu saldos qualitativos. Certamente que o conseguiu nesse domínio.

O CDS/PP vai abster-se na sua votação, tendo presente esse conjunto de observações.

Portanto, traduz a aceitação de que essas são as contas que resultam da gestão dos governos do PS em 98 e em 99.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota, com o alerta de que aproximamo-nos rapidamente da nossa hora regimental.

Possivelmente, os nossos trabalhos terão que prosseguir amanhã de manhã.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar a minha intervenção sobre este tema, gostaria de fazer uma observação. Eu não gostaria de falar assustado, com a ameaça do Sr. Presidente, porque eu não tenho culpa nenhuma de serem 20 horas.

Presidente: Não é para assustar é só para lembrar que estamos quase a atingir as 20 horas.

O Orador: Aliás, a minha intenção a este respeito, é fazer uma intervenção muito breve. Penso que não vai partir desta bancada o arrastar dos trabalhos, como tem acontecido esta tarde, de forma não muito justificada para esse fim.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer em nome da bancada do PCP que partilhamos de algumas preocupações e observações aqui colocadas, nomeadamente no que respeita ao carácter desfasado das apreciações, ao tempo que demora e à culpa que nós próprios, Assembleia, temos nisso. Efectivamente são procedimentos que têm que ser revistos no futuro sob pena desta apreciação passar a ser uma mera apreciação mais ou menos formal, com significado político diminuído ou diminuto.

Em segundo lugar, gostaria de colocar o ponto de vista do PCP em relação ao que estamos a discutir: Contas de 98 e de 99.

Nós estamos a tentar apurar – sim ou não – se as contas desses anos estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Regional.

É evidente que pode haver várias perspectivas de encarar esta questão.

O partido que apoia o Governo naturalmente que dirá – aliás, já o disse – que aprova as contas, porque elas transmitem o sucesso de uma política que é reflectida no Orçamento, grandes execuções desse orçamento e que estão a provar ser um sucesso.

Penso que é perfeitamente legítima outra leitura e outra postura.

Em primeiro lugar, na aprovação política das Contas deve-se ter a preocupação de saber se elas estão feitas com conformidade legal, o que é atestado pelo Tribunal de Contas. Portanto, esse aspecto está ultrapassado.

Em segundo lugar, e é a postura com que nos colocamos, a avaliação que se tem que fazer é se a execução feita sobre o Orçamento e da qual resulta a Conta, corresponde àquilo que era a intenção anunciada em termos quantitativos.

Estamos a falar de termos quantitativos. Estamos a falar de números.

Suponhamos que foi gasto 98% em investimento na área da educação. Obviamente que a maioria terá o juízo político de que foi um belo investimento, mas eu posso pensar que, politicamente, esse investimento foi errado.

Colocando-nos nessa postura, o Grupo Parlamentar do PCP chegou à conclusão de que está em condições de aprovar as Contas de 98 e de 99.

É isso que faremos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer duas ou três observações relativamente a estas Contas. Prometo que serei bastante sintético, realçando apenas aquilo que é fundamental nas mesmas.

No futuro, quem tiver alguma curiosidade sobre a evolução da Região, durante a década de 90, poderá ver isso com mais precisão do ponto de vista estatístico. Estas Contas marcam aquilo que nós chamamos actualmente uma quebra estrutural no processo de financiamento da região e a sua situação financeira. É preciso realçar isto e esperamos que ela continue aqui da mesma forma, durante os próximos anos.

É bom trazer para este debate aquilo que é a análise de documentos que se fazem normalmente ao nível das empresas, porque muitas vezes é importante

para o Estado aquilo que são os critérios de análise financeira ao nível das empresas. Coloco isto de uma forma muito simples:

O que estas Contas mostram é um aumento substancial da origem de fundos que vieram para a Região, origens de fundos essas que depois tiveram como contrapartida uma aplicação e vou salientar apenas as origens de fundo que derivaram, por um lado, das transferências do Orçamento de Estado e, por outro lado, da diminuição dos encargos com a dívida.

As aplicações desses fundos são necessariamente, em primeiro lugar, uma aplicação ao nível da despesa corrente, que faz todo o sentido, e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acabou por concordar, porque a prestação de cuidados de saúde e outros cuidados, mesmo na Região, tem que ser compensada, porque tem custos acrescidos. O Estado terá responsabilidades em transferir algum dinheiro, mesmo que seja para este meio.

Em segundo lugar, a outra aplicação verifica-se ao nível do plano. Penso que isto é o fundamental destas Contas, embora o Tribunal faça alguns reparos e algumas observações.

É importante registar isso e espera-se que no futuro isto sirva como referencial para as próximas Contas.

Gostaria de fazer uma pequena observação, porque sei que foi uma observação lateral do Sr. Deputado Duarte Freitas, mas não resisto a comentá-la e tem a ver com a atribuição de subsídios.

Só hoje é que percebi que o PSD poderia ser contra a atribuição de subsídios ou, em determinado momento histórico, se os atribuía não os revelava. Eu fiquei muito mais esclarecido depois da sua intervenção e dou um exemplo recorrendo ao primeiro parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região de 1987.

Nessa Conta, em relação à concessão de subsídios, o parecer é totalmente omissivo sobre essa matéria.

A segunda, tem a ver com o regime jurídico dos subsídios que é disperso e pouco rigoroso. Muito foi feito desde 87 até hoje, 2002. Basta consultar a legislação referida no relatório do Tribunal de Contas e consultar os Jornais Oficiais de 2000 e de 2001.

Por último, e na sequência disso, dizia o Tribunal de Contas que “tudo isso dificulta e quase impede que uma área tão importante e tão sensível e melindrosa da actividade financeira, seja objecto de fiscalização com as hipotéticas consequências daí advenientes”.

Eu olhei para isto já lá vai algum tempo, Sr. Deputado e não acreditei, julgava impossível que naquela altura não se concedessem subsídios.

Suspeitei que a terminologia tivesse mudado desde essa altura e consultei a Conta da Região procurando as palavras apoio, ajudas, assistência, beneficiações, donativos, ofertas, dávidas de caridade, etc., etc. ... Nada! Absolutamente nada!

Hoje, fiquei a perceber que não estavam lá, porque os senhores queriam pretensiosamente fazer crer que eram contra a atribuição de subsídios. Foi exactamente isso que o Sr. Deputado Duarte Freitas veio revelar com a sua intervenção.

A questão dos subsídios é uma temática que tem sido sucessivamente abordada pelo Tribunal de Contas. Os auditores terão sempre algo a dizer.

Aliás, nesta temática e noutras, penso que face a uma autorização, é sempre possível encontrar um caso ou outro, mas no global, penso que muito foi feito para melhorar o enquadramento dos subsídios na Região Autónoma dos Açores, como é reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas.

Relativamente à Conta, eu penso que o impacto da despesa realizada foi bastante positivo. Aliás, como é reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas, no capítulo dos subsídios, que o considera bastante positivo para o crescimento económico, para a expansão da actividade produtiva, etc., etc..

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, de uma forma muito breve, tecer duas ou três considerações sobre este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Em primeiro lugar, salientar que apesar de todo o carácter técnico que assume esta discussão, há a necessidade de se ter uma leitura política destes documentos. Essa leitura está, talvez por ser mais optimista do que alguns Srs. Deputados que me antecederam, de sobremaneira valorizada pelo facto de fazermos esta apreciação com algum tempo de distância.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, que acompanhei com toda a atenção, devo confessar que me surpreendeu, porque notava-se o esforço do Sr. Deputado se esquivar ao conteúdo das Contas.

Teceu considerações sobre a forma, sobre o método de apresentação de Contas, fez sugestões que não tenho pejo nenhum em considerar que até poderão ser muito válidas, mas fugiu ao conteúdo das mesmas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E os números? A parte dos números?

O Orador: Isso tem uma questão que é de realçar, ou seja, a tentativa de evitar uma pronúncia clara e um juízo político claro sobre o conteúdo dessas Contas.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, num estilo que lhe é peculiar e muito próprio, pairou sobre a questão da Conta. Na minha opinião, evitou uma pronúncia concreta sobre o conteúdo da mesma.

Das poucas questões que foram levantadas pela intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, existem algumas que já foram avançadas pela minha bancada, mas que não gostaria de deixar passar, sempre dentro da perspectiva de um juízo político sobre estes documentos, sem referi-las.

Em primeiro lugar, a questão dos subsídios. Eu não quero entrar em polémicas, mas há, clara e inequivocamente, uma divergência de entendimento sobre esta matéria.

Nós não temos problema nenhum com a questão dos subsídios. Os senhores têm.

Qual é o nosso problema?

O nosso problema é que a atribuição de subsídios se faça dentro de um quadro legal claro e inequívoco.

Na Conta de 1998, que diz respeito a um ano em que o Governo Regional tinha entrado em funções apenas há um ano e meio, não deixa de ser curioso verificar que – é a tal vantagem de estarmos a apreciar estes documentos hoje – de relatório para relatório do Tribunal de Contas, passaram muitos decretos legislativos regionais que regulamentavam a atribuição de subsídios e esta Assembleia tem condições privilegiadas para ter conhecimento disso. Este é o primeiro aspecto que interessa salientar.

O PSD discorda da atribuição de subsídios. O PS reconhece a sua utilidade e necessidade, desde que eles se façam dentro de um quadro legal claro.

Nós tivemos a coragem de consagrar legalmente as condições para a atribuição de subsídios e este é motivo de orgulho para os governos do Partido Socialista. É um facto que importa realçar aqui.

Eu sei perfeitamente o que é que diz o parecer do Tribunal de Contas em 98, mas também sei o que é que diz em 99 e também sei todos os decretos legislativos regionais que por aqui passaram.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E também sabe que o PSD não é contra os subsídios! Não é isso que está em causa.

O Orador: Não foi isso que o senhor disse. O senhor referiu a questão do montante, dizendo que era exagerado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exactamente!

O Orador: Não vamos entrar na quantificação do montante, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não, o senhor é que está a pôr na minha boca palavras que eu não disse.

O Orador: **Do ponto de vista político, conforme demonstra a vossa experiência, os senhores preocupam-se com a atribuição *qua tale*.**

Nós preocupamo-nos que cada pessoa que tenha necessidade de recorrer a um apoio extraordinário do Governo, saiba claramente quais são os requisitos, saiba claramente aquilo a que tem direito.

Este é um facto, Sr. Deputado Duarte Freitas, que nós podemos discutir hoje toda a noite e amanhã todo o dia.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Sabe o que é que o Sr. Juiz Presidente do Tribunal de Contas disse?**

O Orador: **É um facto inegável, Sr. Deputado, que o processo de criação de um quadro jurídico claro para atribuição de subsídios, é algo que consta do património do Partido Socialista e isto, por muitas voltas que os senhores dêem, não nos conseguem retirar.**

Em segundo lugar, a questão do défice da saúde.

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu não sou especialista em economia. Se calhar o meu problema é esse!

O Sr. Deputado como responsável político sabe – e acredito piamente como político responsável – que a questão do défice da saúde deve ter um tratamento muito cuidado em relação a este aspecto concreto do seu financiamento, do seu impacto e da sua importância. Deve ser analisado com muito cuidado.

O senhor sabe perfeitamente que o Governo Regional do Partido Socialista e o Partido Socialista, assumiram como ponto de honra lutar contra esse tipo de situações.

O senhor sabe tão bem ou melhor do que eu, a situação em que deixaram a questão do défice da saúde, mas isso não é motivo para algo mais se constarmos o trabalho que foi feito e o esforço que está a ser feito para o colmatar.

Por último, uma nota política, uma nota de felicitação, por uma taxa de execução histórica em relação aos orçamentos da Região, por uma taxa de execução que denota claramente um esforço sério, empenhado e mais do que isso, resultados relativamente ao Governo cumprir com aquilo que esta Assembleia aprova.

Está de parabéns o Governo Regional e está de parabéns a Região por termos conseguido estas taxas de execução.

Esperemos, sinceramente, continuar nesta senda e que no meio de toda uma conjuntura que nos vai aqui e ali levantando algumas dificuldades, o Governo Regional continue com o mesmo vigor, com a mesma persistência, com o mesmo espírito de combatividade para levar por diante o progresso e o desenvolvimento dos Açores.

Os meus sinceros parabéns, meus senhores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Pedia aos Srs. Líderes Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional para se abeirarem da Mesa, a fim de programarmos os nossos trabalhos, porque atingimos a hora regimental para encerrarmos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos, que serão breves de acordo com a conferência aqui realizada.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de responder, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Em relação ao défice da saúde, é sabido, e já foi dito nesta Assembleia, que o Partido Social Democrata, em 96, deixou um défice acumulado na saúde de 5,3 milhões. De 98 para 99, tivemos quase 5 milhões de contos acrescidos ao défice, tendência essa que se manteve nos anos subsequentes pelo que sabemos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): E cada vez vai subir mais!

O Orador: E segundo diz o Sr. Secretário, vai subindo sempre. Muito bem. É bom que isso fique aqui registado, porque a esse nível não cola o défice que os senhores herdaram no Serviço Regional da Saúde. O défice acumulado nos anos de governação do PSD é tanto quase como aquele que os senhores estão a crescer ao ano.

Em relação à atribuição de subsídios, não é verdade que o PSD esteja contra a atribuição de subsídios. Não é verdade e o senhor sabe que é assim. Portanto, não aceito que ponha na minha boca coisas que eu não disse e não penso e que o PSD não disse nem pensa.

É bom também lembrar que foi o Sr. Presidente do Governo Regional, quando ainda deputado nesta Casa e porta-voz do Partido Socialista, por variadíssimas vezes se insurgiu contra a atribuição discricionária de subsídios...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E muito bem!

O Orador: ... e que iria ser algo que iria alterar na sua postura política.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): Ainda a semana passada saiu uma portaria sobre isso!

O Orador: Eu vou ler afirmações do Sr. Juiz Presidente do Tribunal de Contas.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Qual é a data?

O Orador: É relativo à Conta de 1999.

O Orador: **Diz ele: “Há a necessidade de legislação que enquadre a atribuição de subsídios para o Governo ficar salvaguardado e não ser susceptível de crítica de que está a satisfazer clientelismos.”**

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Não quer dizer que esteja a satisfazer clientelismos!**

O Orador: **Temos aqui alguns exemplos e inclusivamente já não estamos a falar de 98 nem de 99, estamos a falar de uma postura que se mantém até à actualidade.**

Ainda em 2001, foram vários os subsídios a atribuir, baseados em nada.

No Jornal Oficial, II Série, de 21 de Agosto de 2001, foram atribuídos, sem qualquer enquadramento legal, à Associação Académica dos Antigos Alunos do Liceu da Horta e ao Núcleo Açoriano da Associação Portuguesa de Astrónomos Amadores (32 mil e 500 contos).

No Jornal Oficial de 16/10/2001, à Casa dos Açores do Norte.

No Jornal Oficial de 13/11/2001, atribuíram a um antigo Deputado do Partido Socialista, mil setecentos e quarenta contos, também sem qualquer enquadramento legal.

Em relação às taxas de execução, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, já ficou aqui bem patente, o que é que quer dizer execução orçamental. Em termos quantitativos é uma questão, em termos qualitativos é outra.

Presidente: **Sr. Deputado, agradecia que fosse concluindo.**

O Orador: **Sim, senhor.**

Deputado Francisco Barros *(PS)*: **Isso é que é a avaliação de uma Conta?**

O Orador: **É sim senhor, a avaliação de uma Conta. Os senhores fizeram da avaliação desta Conta, a relação com a boa execução e com as boas políticas do Governo Regional.**

Essas boas políticas do Governo Regional, naquilo que pode transparecer da Conta, também se podem analisar por outros dados.

O que é certo é que com todo este engalanamento da taxa de execução orçamental – eu já disse e repito que os dados são conhecidos – de 95 a 99, o PIB per capita da Região não aumentou.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): E o investimento per capita aumentou ou diminuiu?

O Orador: De 98 a 99 não serve de nada ter muitas contas, mais pareceres ou menos pareceres do Tribunal de Contas, se além do enquadramento estatutário e legal e de se provar ou não a melhor ou pior execução orçamental do Governo, não só em termos qualitativos mas em termos quantitativos, de nada serve se nós virmos que o PIB não aumentou e se não aumentou é porque foi dinheiro gasto sem efeito na criação de riqueza na Região. É isto que é importante reter.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Eu tinha muitas mais questões para referir, mas infelizmente não temos tempo.

Para terminar, gostaria de dizer que o Partido Social Democrata – aliás, é um pouco a tradição desta Casa – não vai votar contra esta Conta. Nós vamos abster-nos, porque estas Contas referem-se a 98 e a 99.

A sua análise política já foi feita nesta Casa e fora dela. A nível da fiscalização e da análise política já muito foi dito.

Apesar das várias recomendações recorrentes do Tribunal de Contas, nomeadamente em relação ao enquadramento legal dos subsídios, o que fica aqui expresso é que não vale a pena mais uma vez os senhores se vangloriarem de grandes taxas de execução orçamental, porque essas taxas só seriam uma boa notícia para os açorianos se isso significasse que nos estávamos a aproximar das médias nacionais e comunitárias.

Como disse e repito, a história a esse nível já está feita. O PIB de 99 é igual ao de 95.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: **Muito obrigado, Sr. Deputado.**

Para esclarecimentos finais, conforme ficou acordado, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados:**

São muitas as questões que foram levantadas nas diferentes intervenções feitas neste debate, mas em primeiro lugar queria expressar a minha admiração com a habilidade que foi preciso encontrar para desmerecer a execução orçamental de 98 e de 99 e que foi das melhores registadas na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): **Não se fala na quantidade, mas na qualidade!**

O Orador: **É preciso uma certa imaginação e nisso louvo o Sr. Deputado Duarte Freitas.**

Admiro também a habilidade e a ginástica feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que, com o seu tom jocoso que provoca gargalhadas, o que é também saudável introduzir neste debate, não se centra no objectivo principal que estamos aqui a discutir, como já iremos ver a seguir.

Sr. Deputado Duarte Freitas, admira-me que tenha insistido novamente nesta questão do PIB numa altura em que isso já foi discutido, já foi rebatido nesta mesma Assembleia e se me der licença volto a rebater.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Os dados são vossos!**

O Orador: **Os dados não são nossos. São do Instituto Nacional de Estatística.**

De 95 a 99, a estrutura do PIB nacional manteve-se a mesma quando analisada à décima, ou seja, o peso do Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores, no todo nacional, representa 1,7 em cada um destes anos.

Se o Sr. Deputado se der ao trabalho de fazer a percentagem à centésima, vai verificar que entre 95 e 98, a estrutura do PIB vinha a descer e em 99 começa a subir. Faça a conta, Sr. Deputado que eu não estou aqui a inventar. Faça a conta à centésima e vai ver que o PIB inflecte a partir de 1998 e começa a aproximar-se da média nacional.

Diz também que os subsídios mais as transferências têm crescido mais do que nos outros anos anteriores.

Quanto aos subsídios devo dizer que se analisar o montante dos subsídios em si sobe ou desce, isto é ilusório, porquanto nestes subsídios mal ou bem estão contabilizados todos os incentivos ao investimento. Portanto, pode haver incentivos ao investimento que estejam a ser dados com mais intensidade num ano, que faz com que os subsídios subam.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Dois terços não é para sectores económicos!

O Orador: O que interessa aqui, Sr. Deputado, é ver o enquadramento legal dos subsídios e a forma como os diferentes governos têm lidado com esta matéria. Devo dizer, Sr. Deputado, que na minha intervenção evitei sempre referir-me ao passado, porque já tinha dito que não fazia mais referências ao passado, mas vou ser obrigado a fazer uma comparação com o passado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi o que o Sr. Secretário José Contente fez toda a manhã!

O Orador: O quê?

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário José Contente levou toda a manhã a falar no passado!

O Orador: Sr. Deputado, se quiser usar da palavra, peça, mas deixe-se de apartes e não perturbe.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fica incomodado com os apartes?

O Orador: Quando eles são desse género, fico incomodado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **É porque não vem há muito tempo ao Parlamento!**

Presidente: **Sr. Secretário, pode prosseguir.**

O Orador: **Em 1998 o Tribunal de Contas diz textualmente, relativamente aos subsídios.**

“Tem-se verificado alguma melhoria no cumprimento da sistemática recomendação pela falta de regulamentação na atribuição de subsídios em várias áreas de actuação.”

Se compararmos estas mesmas comparações com o que o mesmo Tribunal de Contas diz relativamente às anteriores, nomeadamente a de 1995, vê-se a diferença. Em 95 referia:

“A inclusão de informações sobre subsídios, apoios financeiros no relatório que acompanha a Conta da Região, tem constituído matéria objecto de recomendação nos pareceres anteriormente emitidos por esta Secção regional, nomeadamente a partir de 1989, sem que sobre ela se tenha obtido ainda os resultados práticos”.

Diz ainda:

“Na generalidade, os elementos remetidos sobre subsídios e apoios financeiros concedidos, não correspondem na íntegra ao solicitado, nomeadamente quanto ao serviço que nos concedeu, à finalidade, objecto, enquadramento legal, à publicação no Jornal Oficial, à inscrição contabilística, com indicação de capítulo havendo ainda a ausência de informação.”

Além disso, havia discrepância de valores.

Presidente: **Sr. Secretário, agradecia que concluísse.**

O Orador: **Isto para dizer, Sr. Deputado, que este Governo muito fez no enquadramento legal dos subsídios e podia citar aqui legislação já produzida por este Governo enquadradora de subsídios:**

- **Decreto Regulamentar Regional nº 3/97/A;**

- **Decreto Regulamentar Regional nº 4/98/A;**
- **Decreto Legislativo Regional nº 6/99/A;**
- **Decreto Regulamentar Regional nº 7/98/A.**

Portanto, há uma série de decretos enquadradores dos subsídios.

No mesmo parecer, o Tribunal de Contas, inclusivamente e pela falta de resposta sistemática que tinha da parte do Governo, ameaçava com disposições legais a dizer que era punível a não informação por parte do Governo Regional às solicitações do Tribunal de Contas.

Presidente: Sr. Secretário, estou à espera que abrevie a sua intervenção.

O Orador: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez algumas considerações, algumas delas com as quais eu concordo e desde já posso dar-lhe o meu apoio, nomeadamente quanto ao desfaseamento que existe entre a apresentação das Contas e a sua discussão política neste Parlamento.

Eu próprio, na minha intervenção inicial, referi precisamente este desfaseamento e que com certeza nos tinha levado a todos a fazer alguma investigação histórica do que havia sucedido no passado.

Nós estamos prontos a discutir a qualquer momento os elementos que o Governo Regional apresenta a esta Assembleia. No entanto, há algumas coisas em que é preciso cumprir a lei e a discussão das Contas só pode ser discutida neste Parlamento depois do parecer do Tribunal de Contas.

Por outro lado referiu, numa tentativa de desmerecer o trabalho que este Governo tem feito ao longo dos anos, nomeadamente nos anos que aqui estão em apreciação, com o seu ar brincalhão, algumas coisas que não vinham nada a propósito, nomeadamente a questão do equilíbrio orçamental, que eu não falei.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro está nesta Assembleia desde 1976. Sabe que se lutou bastante no sentido de incluir na Constituição e nos Estatutos da Região, a necessidade de haver transferências para a Região para ocorrer precisamente a custos de insularidade.

São precisamente estas transferências que são feitas e que este Governo adoptou na sequência de sistemáticas recomendações do Tribunal de Contas, que nunca tinham sido aceites até ao momento e que introduziu a questão do equilíbrio orçamental, no sentido de fazer com que o Orçamento corrente fosse equilibrado. Receitas correntes, despesas correntes serem equilibradas e sempre superavitárias desde que nós começamos a construir o Orçamento e digo construir mesmo na sua verdadeira acepção, porque este equilíbrio só pode ser feito utilizando transferências no Orçamento de Estado, que são transferidas para a Região a título de ocorrer aos custos de insularidade.

A partir desta altura, os orçamentos ficaram equilibrados.

Isto não é nenhuma proeza, Sr. Deputado. O Governo fez isto na sequência de recomendações do Tribunal de Contas.

Por que é que não se fez antes disso?

Não sei. Talvez quem esteve no Governo na altura se lembre por que é que não fez. Nós fizemos e deixou de haver essas recomendações do Tribunal de Contas, assim como nós temos sempre a preocupação no sentido de fazer com que em cada ano que passa haja menos recomendações do Tribunal de Contas ou pelo menos que incidam sobre outros aspectos, porque haverá sempre objecções e recomendações do Tribunal de Contas. Ainda bem que assim é, porque na altura em que isto não acontecer, o Tribunal de Contas certamente não está a cumprir o seu papel.

Por outro lado, Sr. Deputado, desde 1997, há uma diferença na estrutura do orçamento, com a introdução da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que concluísse.

O Orador: Sr. Presidente eu vou ser o mais breve possível, mas não posso terminar sem dizer...

Presidente: Sr. Secretário, eu não lhe posso dar mais tempo, com muita pena nossa, certamente.

O Orador: Nós podemos aqui ver que, por exemplo, no período de 93/96, as necessidades líquidas de financiamento da Região foram em média de 14 milhões de contos por ano.

No período de 97/2000, foram 10 milhões de contos por ano. Neste período, temos os anos de 97 e de 98 sem Lei de Finanças Regionais e o endividamento da Região foi muito maior, porque se virmos isto ano a ano, vemos que na estrutura de receitas da Região os empréstimos representam apenas, em 2000, 3,8% e em 1999, 4%, enquanto que nos anos do período de 93 a 96, representavam 20%, Sr. Deputado (17,8% em 1994; 20% em 1993; 16% em 1995; 10% em 1999).

Portanto, há uma estrutura diferente assim como há também uma estrutura diferente nas transferências do Orçamento de Estado que duplicaram. Isto são diferenças assinaláveis e que são de registar.

Quanto à dívida, Sr. Deputado, posso dizer-lhe que em 31 de Dezembro do ano 2001, a dívida directa da Região era de 55,6 milhões de contos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos assim ao final do debate. Vamos votar as duas Propostas de Resolução.

Os Srs. Deputados com concordam com a Proposta de Resolução relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1998, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1998, foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Passamos agora à Proposta de Resolução – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1999.

Os Srs. Deputados com concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 1999, foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP e registou 18 votos de abstenção do PSD e 1 voto de abstenção do PP.

Presidente: Temos ainda mais uma Proposta de Resolução que passo a ler:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Abril.”

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados com concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, boa noite.

Muito obrigado e boa viagem de regresso às vossas casas.

(Eram 20 horas e 30 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

José Francisco Salvador Fernandes

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Luís Paulo de Serpa Alves

A Redactora: **Maria da Conceição Fraga Branco.**